

Lília Santos Abreu-Tardelli  
Talita Storti Garcia  
Anise de Abreu G. D'Orange Ferreira  
(Organizadoras)

# **PESQUISAS EM LINGUAGEM:**

DIÁLOGOS COM A  
CONTEMPORANEIDADE



Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.  
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia  
sem a autorização escrita da Editora.  
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.  
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo – SP)

---

A162p Abreu-Tardelli, Lília Santos; Garcia, Talita Storti; Ferreira, Anise de Abreu G. D'Orange (orgs.).

Pesquisas em Linguagem: Diálogos com a contemporaneidade / Organizadoras:  
Lília Santos Abreu-Tardelli, Talita Storti Garcia e Anise de Abreu G. D'Orange  
Ferreira.– 1. ed.– Campinas, SP : Pontes Editores, 2021.

181 p.; il.; quadros; figuras.

E-Book: 4,53 Mb; PDF.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5637-223-5.

1. Linguagem. 2. Linguística Aplicada. 3. Pesquisas. I. Título.

II. Assunto. III. Organizadoras.

---

Bibliotecário Pedro Anízio Gomes CRB-8/8846

### **Índices para catálogo sistemático:**

1. Linguística. 410

2. Linguagem / Línguas – Estudo e ensino. 418.007

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de  
Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES)-Código de Financiamento 001



# **PESQUISAS EM LINGUAGEM:**



DIÁLOGOS COM A  
CONTEMPORANEIDADE

Lília Santos Abreu-Tardelli  
Talita Storti Garcia  
Anise de Abreu G. D'Orange Ferreira  
(Organizadoras)



Copyright © 2021 – Das organizadoras representantes dos autores  
*Coordenação Editorial:* Pontes Editores  
*Diagramação e capa:* Vinnie Graciano  
*Revisão:* Joana Masen

**PARECER E REVISÃO POR PARES**

Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação e revisados por pares.

**CONSELHO EDITORIAL:**

**Angela B. Kleiman**

(Unicamp – Campinas)

**Clarissa Menezes Jordão**

(UFPR – Curitiba)

**Edleise Mendes**

(UFBA – Salvador)

**Eliana Merlin Deganutti de Barros**

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

**Eni Puccinelli Orlandi**

(Unicamp – Campinas)

**Glaís Sales Cordeiro**

(Université de Genève – Suisse)

**José Carlos Paes de Almeida Filho**

(UNB – Brasília)

**Maria Luisa Ortiz Alvarez**

(UNB – Brasília)

**Rogério Tilio**

(UFRJ – Rio de Janeiro)

**Suzete Silva**

(UEL – Londrina)

**Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva**

(UFMG – Belo Horizonte)

**PONTES EDITORES**

Rua Dr. Miguel Penteado, 1038 – Jd. Chapadão

Campinas – SP – 13070-118

Fone 19 3252.6011

[ponteseditores@ponteseditores.com.br](mailto:ponteseditores@ponteseditores.com.br)

[www.ponteseditores.com.br](http://www.ponteseditores.com.br)

# SUMÁRIO

---

## APRESENTAÇÃO.....7

*Lília Santos Abreu-Tardelli*

*Talita Storti Garcia*

*Anise de Abreu G. D'Orange Ferreira*

## A DIMENSÃO ALGORÍTMICA DOS DISCURSOS OU COMO A LÍNGUA SE TEXTUALIZA NOS MÍDIAS DIGITAIS.....12

*Luciana Salazar Salgado (UFSCar, IEB-USP)*

## NOMEAR, ENUNCIAR, RESISTIR: A GREVE DE MULHERES.....30

*Mônica Graciela Zoppi Fontana (UNICAMP/CNPq)*

## BARBIES PERFEITAS: O ANTIFEMINISMO CONTEMPORÂNEO.....54

*Luciane de Paula (UNESP)*

*Laura Pereira Teixeira (Mestre UNESP)*

## LINGUISTAS: PRÁTICA CIENTÍFICA E MANIFESTAÇÃO RETÓRICA.....84

*Ronaldo de Oliveira Batista (UPM/CNPq)*

## LINGUAGEM, PENSAMENTO, CULTURA.....100

*Paulo Oliveira (UNICAMP)*

## UM DICIONÁRIO BILÍNGUE INGLÊS-PORTUGUÊS DE COLOCAÇÕES VERBAIS: QUESTÕES E DECISÕES.....122

*Stella E. O. Tagnin (USP)*

## FORMAS LEXICOGRAFICAS DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO LÉXICA: UMA ANÁLISE DE DICIONÁRIOS ELETRÔNICOS DE ESPANHOL.....135

*Odair Luiz Nadin (UNESP)*

## DA ANÁLISE LINGÜÍSTICA À ANÁLISE SEMIÓTICA: NOVOS DESAFIOS AO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA.....154

*Eliane Soares de Lima (USP)*

## SOBRE AS ORGANIZADORAS.....177

## SOBRE OS AUTORES.....179



## APRESENTAÇÃO

Esta obra contempla trabalhos apresentados por convidados durante o XI Seminário de Estudos Linguísticos da UNESP (SELin), realizado no câmpus de São José do Rio Preto em 2019. Para podermos apresentar esta obra, acreditamos ser importante contextualizar o SELin. A obra e os temas nela abordados se situam sócio-historicamente em um momento particular do cenário brasileiro e as pesquisas apresentadas retratam esse momento cujo reflexo ainda se sente nos dias de hoje.

O SELin é um evento da Pós-Graduação de dois Programas da UNESP, a saber, *Linguística e Língua Portuguesa* da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara e *Estudos Linguísticos* do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, de São José do Rio Preto. O Seminário tem como objetivo proporcionar aos alunos dos cursos de mestrado e doutorado uma oportunidade de reflexão sobre suas pesquisas em andamento por meio dos debates com professores-pesquisadores desses programas e também com pesquisadores de outros programas, nacionais ou internacionais, através de conferências e mesas redondas em torno de um eixo temático.

A temática do XI SELin, realizado nos dias 14, 15 e 16 de agosto de 2019, foi *Pesquisas em linguagem: diálogos com a contemporaneidade*, edição que buscou suscitar uma reflexão sobre os diálogos que os Estudos da Linguagem podem estabelecer com diferentes áreas do conhecimento na contemporaneidade, tais como: mídia, tecnologia, gênero, ensino-aprendizagem, estudos da tradução, dentre outros. O evento pretendeu proporcionar, por meio das discussões, mesas-redondas e conferências, um lugar de partilha e de diversidade de pensamento nos âmbitos político, ideológico e epistemológico, sobretudo, em suas intersecções com os estudos da linguagem. O ano de 2019 foi o ano marcado por medidas políticas que evidenciavam explicitamente que a ciência e o conhecimento não eram bem-vindos e, portanto, um ano de início a um combate explícito ao obscurantismo. É inevitável que toda a realidade vivida no ano de 2019 aparecesse nos textos aqui abarcados.



Vale a pena lembrar que o SELin é um evento diferente de outros eventos: é um espaço que privilegia o debate de trabalhos não finalizados, trabalhos muitas vezes em sua fase ainda embrionária e outros prestes a serem submetidos à banca de qualificação. Nesse sentido, o SELin prima pelo debate de pesquisas em andamento em um espaço por excelência, privilegiado, que é o espaço acadêmico, que sempre, em diferentes épocas, proporcionou mudanças e transformações em todas as áreas do conhecimento. Para nosso grande privilégio, todas as áreas de conhecimento, sem distinção, são atravessadas pela linguagem.

A XI edição do SELin pretendeu enfatizar que essa incompletude dos trabalhos a serem debatidos no SELin *só se preenche pela discussão e pelo diálogo*. Para provocarmos o debate dessas pesquisas na contemporaneidade, o SELin reuniu, nos três dias de evento, 159 trabalhos (81 debates e 78 painéis). Além disso, tivemos trinta comunicações inscritas e uma dezena de ouvintes. Foram convidados para debater esses trabalhos, 47 professores. Vale destacar que, pela primeira vez, o evento contou com dois intérpretes de libras em mesas e conferências para viabilização de seus trabalhos<sup>1</sup>.

Assim, o SELin constituiu-se, ao longo desses anos, enquanto um espaço para organizar, debater e mostrar as contribuições de nossas ciências. Afinal, nossa capacidade enquanto pesquisadores de refletir, de conhecer nosso objeto, de propor problemas e perguntas relevantes não são inatas, nem nos são dadas. Essas capacidades são formadas. Como nos lembra Friedrich (2018), muitas vezes, no processo de nos formarmos pesquisadores, nós nos esquecemos que essa formação deve nos proporcionar prazer: o prazer de pensar, de dialogar, de discutir, de propor novos caminhos e novas perguntas. Muitas vezes, esse “refinamento do pensar”, usando as palavras de Friedrich, é que nos ajuda a tornar algo mais claro. O prazer de pensar é objeto e instrumento principal de todas as ciências e, em particular, das Humanas e das Ciências em Linguagem.

Convidamos o leitor a adentrar no universo do “refinamento do pensar” que os convidados para o XI SELin compartilharam para compor esta coletânea sobre temas distintos, evidenciando que o fazer científico nas Ciências da Linguagem permite a reflexão sobre diferentes objetos, sob diferentes abordagens teórico-metodológicas.

---

1 Disponível em: <https://www.ibilce.unesp.br/#!/noticia/2621/xi-seminario-de-estudos-linguisticos-da-unesp-selin/>. Acesso em: 13 abr. 2021.



Abre esta coletânea o capítulo de Luciana Salazar Salgado intitulado *A dimensão algorítmica dos discursos ou como a língua se textualiza nos mídiuns digitais*, temática contemporânea e necessária com que a autora nos presenteou na abertura do evento. De uma perspectiva discursivo-midiológica, Salgado concebe as materialidades inscricionais como partícipes da produção dos sentidos, posto que a técnica algorítmica funciona em objetos técnicos como *notebooks*, *tablets*, celulares, que ensejam relações sujeito-objeto típicas do atual período. A autora traz à tona a discussão, referenciando outros autores, como é o *nós* o que está em jogo no uso que fazemos diariamente dos dispositivos digitais, e propõe, diante do cultivo das práticas que se estabelecem nessas relações, diferenciar *cibercultura* de *cultura digital*.

Também de temática atual e de debate cada vez mais necessário, Mônica Graciela Zoppi Fontana, no capítulo intitulado *Nomear, enunciar, resistir: da greve de mulheres ao feminismo 99%*, analisa dois momentos recentes das mobilizações feministas: a convocação à “Greve feminista” em 2017 e o manifesto do “Feminismo para o 99%” de 2018. A análise se debruça sobre a descrição dos processos de nomeação e definição dos sujeitos e objetos dessas práticas quanto nos processos enunciativos de construção da cena enunciativa, em particular na configuração das imagens que representam o lugar dos feminismos e o de seus adversários na luta política. A autora mostra, nesses contextos, como a linguagem participa de maneira central na produção de sentidos que legitimam discursos e ações de embate ideológico.

O terceiro capítulo também trata da questão do feminismo na contemporaneidade, ou, melhor dizendo, do antifeminismo. O antifeminismo é abordado por Luciane de Paula e Laura Pereira Teixeira no capítulo *Barbies Perfeitas: o antifeminismo contemporâneo*, em que as autoras analisam enunciados relacionados ao movimento *TradWives* e explicitam o antifeminismo presente nesse momento sócio-histórico-político-cultural, como jogo de forças em resposta à luta feminista por igualdade de direitos. Para isso, com base nos postulados bakhtinianos, analisam sentidos atribuídos ao signo ideológico Barbie (a boneca/madame fútil, a esposa submissa e a “cidadã de bem”, conservadora e de direita, especificamente), em embate responsivo entre a boneca, o filme *Mulheres Perfeitas* com a página oficial do movimento *TradWives* e os memes da “Barbie Fascista”.

No quarto capítulo, *Linguistas: entre a prática científica e a manifestação retórica*, Ronaldo de Oliveira Batista considera a ciência da linguagem

(tal como formatada no século XX) como prática intelectual e social, permeada por dinâmicas de pertencimento ou não a grupos de especialidade teórica. O autor mostra como os linguistas elaboram discursivamente suas circunscrições em comunidades de interlocução. Nesse sentido, recupera-se, por uma observação ancorada na Historiografia Linguística, o lado humano da ciência, inegável, mas constantemente ocultado pelo simulacro da neutralidade científica.

A ciência da linguagem também é abordada por Paulo Oliveira no quinto capítulo. Intitulado *Linguagem, pensamento, cultura*, o autor retoma, à luz da filosofia da linguagem, algumas questões bastante antigas, mas contemporâneas, sobre a relação entre pensamento e linguagem, por um lado, e a própria origem da linguagem humana, por outro – questões essas que voltaram a ter certo destaque no debate contemporâneo e ilustram bem algumas diferenças fundamentais na forma como são abordadas em fazeres acadêmicos distintos.

O sexto e o sétimo capítulo voltam-se para a própria linguagem ao abordar questões sobre a produção de dicionários. O sexto capítulo, de autoria de Stella E. O. Tagnin, intitulado *Um dicionário bilíngue inglês-português de colocações verbais: questões e decisões*, aborda, como o título já diz, as questões e soluções tomadas ao longo da compilação de um dicionário bilíngue inglês-português com base em suas pesquisas de doutorado e de livre-docência.

No sétimo capítulo, *e-Lexicography: por um Dicionário Pedagógico Bilíngue português-espanhol em suporte on-line*, Odair Luiz Nadin, considerando o avanço teórico-metodológico da Lexicografia, da Linguística, das Tecnologias e do Ensino de Línguas em decorrência da aproximação da obra lexicográfica ao cidadão em geral, discorre sobre o processo de elaboração do protótipo de um dicionário português-espanhol desde a organização dos *corpora* até a inserção dos dados na plataforma *on-line* para os testes de funcionamento do protótipo da obra.

No oitavo e último capítulo da coletânea, *Da análise linguística à análise semiótica: novos desafios ao ensino de língua materna*, Eliane Soares de Lima traz um panorama das principais concepções de ensino de língua materna observadas nos últimos anos, desde Guias Curriculares, 1975, até a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, 2018. Mostra a autora que um novo olhar para o ensino de língua foi aos poucos se configurando e com ele uma outra concepção das funções e dos objetivos da escola, do

que deve ser ensinado e do tipo de texto que o professor deve explorar em suas aulas. Diante disso, ela apresenta as contribuições que a proposta teórico-metodológica da Semiótica Discursiva traz a esses novos desafios do ensino de língua materna.

Os capítulos aqui reunidos, como se observa, contemplam o desejo do diálogo das pesquisas em linguagem e suas interfaces com a contemporaneidade, contribuindo para o enriquecimento desta coletânea que teve como intuito reunir uma pequena e valiosa mostra de trabalhos que evidenciam a heterogeneidade do fazer científico, em especial, dos estudos linguísticos.

Agradecemos às autoras e aos autores por suas valiosas contribuições, aos discentes e docentes dos programas de pós-graduação de Araraquara e de São José do Rio Preto, e aos colegas da comissão organizadora do evento que viabilizaram que as temáticas dos trabalhos aqui reunidos fossem contempladas. Agradecemos ao apoio financeiro concedido pela CAPES e pela FAPESP, agências financiadoras que viabilizam o fazer científico em nosso país e que possibilitaram a realização do SELin em 2019. Agradecemos, por fim, ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da UNESP do câmpus de Rio Preto e ao apoio da CAPES que apoiaram o financiamento desta publicação.

São José do Rio Preto (SP), abril de 2021.

Lília Santos Abreu-Tardelli

Talita Storti Garcia

Anise de Abreu G. D'Orange Ferreira

## REFERÊNCIA

FRIEDRICH, J.; ABREU-TARDELLI, L. S.; KOMESU, F. C. Contribuições dos estudos da psicologia e da filosofia para o ensino e a pesquisa de letramentos e gêneros: entrevista com Janette Friedrich. In: ABREU-TARDELLI, L. S.; KOMESU, F. C. (org.). **Letramentos e gêneros textuais/discursivos**: aproximações e distanciamentos. Belo Horizonte: PUC-MG, 2018, v. 1, p. 140-147.

# A DIMENSÃO ALGORÍTMICA DOS DISCURSOS OU COMO A LÍNGUA SE TEXTUALIZA NOS MÍDIUNS DIGITAIS

Luciana Salazar Salgado (UFSCar, IEB-USP)

Este ensaio retoma a conferência de 14 de agosto de 2019, proferida na abertura do XI SELin – Seminário de Estudos Linguísticos da UNESP, procurando especificar algumas noções que foram apresentadas naquela altura e que, desde a interlocução ali estabelecida, pela qual agradeço imensamente à Organização, circularam em outros ambientes, acumulando reflexões.

Assim, o título inicial “Técnica algorítmica, mídiuns digitais” passou a este outro, acima, com o qual procuro explicitar o ponto central neste programa de pesquisa: há uma dimensão algorítmica nos discursos em circulação, pois a língua, nas suas formas de distribuição hoje hegemônicas, textualiza-se em dispositivos digitais, nos quais uma tela tem efeito de suporte-primeiro, quando, de fato, a própria projeção na tela decorre de operações bastante sofisticadas, em que pacotes de informação trafegam por infovias e combinam-se conforme uma programação engenhada antes e alhures<sup>1</sup>. Com isso, propomos entender que a emergência dos enunciados ou dos discursos textualizados, se se preferir, é o ponto de partida de uma análise que deve considerar *como* apareceu ali aquele enunciado e não outro em seu lugar.

---

1 O termo “dispositivo” assume aqui um uso que se tornou corrente nos estudos do discurso, possivelmente a partir da obra de Foucault: dispositivos são conjuntos de práticas institucionalizadas, portanto de normas (tácitas ou não), ligadas a certos objetos, lugares e atores.

Na análise do discurso de tradição francesa, quadro teórico de base da reflexão aqui desenvolvida, o estudo dos sentidos produzidos nos enunciados em coocorrência sempre leva em conta suas condições de produção, descrevendo a conjuntura em que tais enunciados emergem, e sempre se considera que essa conjuntura não é um ponto zero, mas o ponto de partida para um trabalho interpretativo de algo que tem uma memória. Segundo essa perspectiva, todo dizer faz vibrarem sentidos conforme uma dupla operação: i) a indicação de uma filiação, para a qual o enunciado aponta, forjando seu pertencimento e ii) o ensejo de uma linhagem; apresentando-se como retomável, o enunciado é um ponto numa cadeia semântica que não pode prescindir dele. Evidentemente a escala de cada uma dessas operações e a potência efetiva de sua vibração no interdiscurso variam. Os gêneros e campos que se delimitam com sua circulação, social e historicamente demarcados, balizam diferentemente cada caso, e os sujeitos atualizam os discursos de acordo com o posicionamento que assumem nesse *enjeu*:

Qualquer gênero de discurso mantém uma relação com a memória: certos enunciados são conservados, outros não, e as modalidades de sua conservação são inseparáveis de sua identidade. Os jornais diários, escritos ou televisionados, são concebidos como imediatamente perecíveis, enquanto os discursos constituintes têm uma relação privilegiada com a memória: discursos literários, religiosos, jurídicos... são destinados a “suscitar falas que os retomem, que os transformem ou falem deles” (FOUCAULT, 1971, p. 24). **O desenvolvimento de novas tecnologias de gravação e estocagem renovou profundamente essa questão** (MAINGUENEAU *in* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 326, grifos nossos).

Feitas essas considerações iniciais, que nos põem na trilha dos estudos da linguagem que se ocupam de descrever o modo como um dito se amarra decisivamente a uma dizer, faço um breve registro de como se iniciou este programa de pesquisa. Em 2003, estudando a promulgação da Lei do Livro (Lei nº 10.753, de outubro de 2003), logo vi se estabelecer uma rede de objetos culturais que se organizavam filosoficamente como uma cultura de partilha: os Pontos de Cultura, que ainda estão por ser compreendidos em toda sua potência transformadora, se instituíram como logística fundamental das ações de incentivo a atividades que já

estavam em curso em cada lugar, definidas no espaço banal e postas em dinâmica sistêmica<sup>2</sup>. Providências técnicas viabilizavam essa orientação filosófica. No relato de Costa (2011), lê-se:

O documento “A imaginação a serviço do Brasil”, elaborado a partir de debates promovidos com artistas e personalidades da cena cultural, de junho a setembro [de 2002], apontava um modelo de gestão cultural com maior presença e participação do Estado, em contraposição ao “Estado-mínimo” defendido pelos governantes anteriores, que guardavam o viés neoliberal dos anos 1990. O documento propunha ações a partir da discussão do conceito de cultura de uma perspectiva antropológica, que ampliava a abrangência das políticas culturais para além das artes e das letras, de forma a incluir os modos de vida, os direitos humanos, os costumes e as crenças; a interdependência das políticas nos campos da cultura, da educação, das ciências e da comunicação; e a necessidade de levar em consideração a dimensão cultural do desenvolvimento (p. 26).

E assim se deu a inscrição do MinC (nascido com essa marca em 2003) na chamada “jangada digital”, como ficou registrada essa experiência nacional de “reconhecimento, amadurecimento e conquista da Cultura Digital pelo Ministério da Cultura” (COSTA, 2011, p. 178), que estabeleceu duas frentes de trabalho:

uma pautada pela agenda do ministro, que buscou trazer o digital para o campo da cultura e da política, e outra, que trabalhou a tradução desse conceito em uma política pública, movimento que convergiu na chamada Ação Cultura Digital, a implantação de estúdios digitais de produção audiovisual nos Pontos de Cultura do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva (p. 178).

Embora a troca de ministros em 2011 tenha enfraquecido esse “do-in antropológico” (tonificação de pontos previamente existentes),

---

2 “Quando me refiro à realização da economia, da sociedade, da cultura, da política, o que eu tenho são espaços adjetivados, o espaço econômico, o espaço cultural, o espaço político, o espaço social, mas o que quero entender e preciso entender, é o espaço banal. O espaço banal é o espaço de todos os alcances, de todas as determinações; o espaço banal é o espaço de todos os homens, não importam as suas diferenças; o espaço banal é o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço banal é o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder.” (SANTOS, 1996, p. 9).

como o chamava o Ministro Gilberto Gil desde 2004, foi com essa lógica de fortalecer os lugares onde já havia criação, produção, movimento que a rede se desenhou e fez uma grande transformação no repertório nacional, adotando como diretriz as licenças *Creative Commons*<sup>3</sup>, uma das frentes do movimento Copyleft, e multiplicando os equipamentos de letramento e inclusão digital<sup>4</sup>.

A grande batalha, nessa etapa, era o acesso à boa barda larga. Ela foi vencida em partes do território brasileiro, seguiu renhida em outras partes, e aí entra o aspecto crucial de nosso tema: era uma proposta que se fazia na contramão dos modelos de negócios que dominaram o que costumamos chamar de “internet” e que configuram, hoje, *a agonia do Eros*, nos termos do filósofo Byung-Chul Han (2017), a agonia do que ele chama de disposição erótica, atitude que nos põe abertos para o que é outro, para nos darmos ao contato com o que é diferente de nós mesmos, para aceitar viver o que não sabemos direito o que é e que, por isso, experimentamos com delícia, com vertigem... certamente com deslocamento de nossos centros – que, afinal, são sempre uma ilusão<sup>5</sup>.

- 
- 3 Movimento jurídico libertário instituído nos anos 1990 com vistas a equalizar remuneração do criador e acesso ao bem cultural, colocando no centro decisório o autor da obra. Em termos práticos, trata-se de um conjunto de licenças que graduam as formas de retomada admissíveis para uma criação. De caráter internacional, convive com variados fenômenos de superveniência nos chamados capítulos nacionais. Detalhamentos em <https://br.creativecommons.org>, último acesso em: 15 set. 2020.
- 4 A história dos Pontos de Cultura ainda está por ser contada, inclusive na sua relação com os Telecentros e o Comitê Gestor da Internet. Parte dessa documentação ainda é encontrada por buscadores em abas ocultas nos sites governamentais ou via “Acesso à Informação”. Uma compilação dos trabalhos havidos entre 2003 e 2010 no MinC traz registros importantes dessa implantação: GIL, G.; FERREIRA, J. *Cultura pela palavra*. Coletânea de artigo, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura 2003-2010. Org. Armando Almeida, Beatriz Albernaz e Mauricio Siqueira. Rio de Janeiro: Versal, 2013.
- 5 Recorro a formulações da linguista Jacqueline Authier-Revuz, que, com seus trabalhos sobre a relação entre *heterogeneidade mostrada* e *heterogeneidade constitutiva*, desenvolve concepções como as *não-coincidências do dizer*, a *auto-representação opacifiante do dizer*, as *palavras que não são óbvias* e as *palavras mantidas a distância*. Desenvolve essas categorias analíticas ao tratar de um paradoxo discursivo a que chama *conflito solidário*, a partir do qual discute estratégias de construção da identidade enunciativa, uma ilusão de autonomia assentada na porosidade da condição de sujeito: os sujeitos se instituem à medida que procuram colmatá-la. Segundo a linguista, não se trata de supor que é desejável superar a clivagem original. Ao contrário, trata-se de entender o quão necessária é a *ilusão de sujeito* que, a despeito de sempre deixar ver menos ou mais explicitamente a clivagem que há, mostra-se ao apontar seu outro, e assim é que constitui a enunciação. Dessa perspectiva, enunciar é emergir no emaranhado interdiscursivo, exercitando polêmicas e apropriações definidoras de um “um” (cf. AUTHIER-REVUZ, 1998).



Han tem insistido, em seus ensaios recentes, no quanto as práticas comunicacionais em dispositivos digitais são hoje uma *autoabdição*. Ao usarmos os dispositivos digitais, fornecemos nossos dados e, mais além, nosso tempo, nosso desejo, e este é o negócio dos aplicativos e plataformas proprietários: nós. Em nome de participar desse mundo de facilidades, aceitamos. Transformados em produtos, chamam-nos de clientes, mas pouca coisa nessa arquitetura atual da internet está de fato a nosso serviço. Nós é que servimos a um acúmulo de hits, cliques e *likes* que são a moeda corrente nesses negócios, que nos ultrapassam como seres humanos. Obras como *Bem-vindo ao futuro* de Jaron Lanier (edição brasileira de 2012), que aborda as características técnicas da arquitetura dominante na dimensão *web* da internet, e *Cultura Livre*, de Laurence Lessig (edição brasileira de 2005), que aborda os aspectos jurídicos dessas características técnicas, há mais de uma década sinalizam para essa questão da distribuição dos dizeres, procurando registrar o que tem ficado de fora das análises – os objetos técnicos.

Autores como Henri Jenkins, Pierre Lévy e Zygmunt Bauman foram mais lidos na grande área Linguística e Literatura e essas leituras, creio, obnubilaram a dimensão técnica que proponho aqui como central. Os problemas de *mídium*, conceito que apresentarei mais adiante, foram ignorados ou tratados lateralmente. Mesmo em clássicos como o pioneiro *Galáxia da Internet* de Manuel Castells (de 2003), que historio-grafa o nascimento e a estruturação dessa rede mundial, ou em recentes revisões teórico-metodológicas de fôlego, como *A visão em paralaxe*, de Slavoj Žižek (de 2008) que, ao propor a descrição da lacuna paraláctica como fundamental para a análise do atual período, não toca nos problemas que decorrem também, senão sobretudo, da técnica hegemônica de distribuição dos dizeres. Em todo caso, meu ponto aqui é que isso que está se passando não é uma fatalidade, produziu-se materialmente, no modo como nos apropriamos de uma técnica. Proponho uma breve descrição do que se passa.

O geógrafo Milton Santos esquadrinhou o funcionamento da formação socioespacial do atual período, a que chamou *período técnico-científico informacional*, que se organiza a partir dos anos 1970, quando

tudo passa a ser informação<sup>6</sup>. Lembremos, por exemplo, que em 1971 há a quebra da paridade outro-dólar, e até o dinheiro vira informação, perdendo seu lastro numa materialidade tangível:

Defrontam-nos, agora, com uma subdivisão extrema do tempo empírico, cuja documentação tornou-se possível por meio das técnicas contemporâneas. O computador é o instrumento de medida e, ao mesmo tempo, o controlador do uso do tempo. Essa multiplicação do tempo é, na verdade, potencial, porque, de fato, cada ator – pessoa, empresa, instituição, lugar – utiliza diferentemente a velocidade do mundo. Por outro lado, e graças sobretudo aos progressos das técnicas de informática, os fatores hegemônicos de mudança contagiam os demais, ainda que a presteza e o alcance desse contágio sejam diferentes segundo as empresas, os grupos sociais, as pessoas, os lugares. Por intermédio do dinheiro, o contágio das lógicas redutoras, típicas do processo de globalização, leva a toda parte um nexo contábil que avassala tudo. [...] Tirania do dinheiro e tirania da informação são os pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado. Sem o controle dos espíritos seria impossível a regulação das finanças (SANTOS, 2009, p. 34-35).

De fato, a partir daí tudo pode virar informação e circular intensamente pelo planeta – nos anos 1980, os bancos ofereciam as aplicações assim: “enquanto você dorme, seu dinheiro trabalha pra você”, era o *overnight*. Aceleradamente era possível saber mais e mais coisas, juntar mais e mais dados, cruzá-los. E é esse estágio do cruzamento de dados que nos traz, no tempo presente, à produção de verdades que nós mal podemos compreender: são tantos dados cruzados o tempo todo, com tal precisão e com fins que mal definimos (e que as máquinas de autoaprendizado definem elas próprias), que de repente se produzem “verdades” como as do *FaceApp*, que nos diz como seremos envelhecidos. Seremos? Quantas coisas podem acontecer e nos levar a não sermos o que o aplicativo nos diz que seremos?

Nos termos de uso desse aplicativo – que circulou no Brasil em 2019 com filtros de envelhecimento das faces fotografadas e, em 2020, suscitou nova comoção com os filtros que alteram o gênero –, verifica-se

---

6 Importa considerar a definição de *formação socioespacial* que o autor propõe: conjuntos de sistemas de objetos indissociáveis de conjuntos de sistemas de ações. As relações entre atores diversos e objetos técnicos está na base do quadro teórico que produziu (cf. SANTOS, 1996).

que essa brincadeira que se ofereceu gratuitamente e viralizou é de fato um coletor de dados<sup>7</sup>. Os dados... a mais importante moeda do chamado *capitalismo de vigilância* (ZUBOFF, 2019), que vive tanto do que voluntariamente oferecemos quando preenchemos formulários de toda sorte, quanto dos resíduos de navegação, a atividade de que nem temos consciência e que revela hábitos e disposições, viabilizando as previsões que constituem o *marketing one to one*, ultrapersonalizado, ultrapreciso no seu modo de oferecer um certo produto ou serviço no exato momento em que se calculou que se está especialmente suscetível de aderir a ele.

Mas também podemos pensar em outro efeito desse tipo de aplicativo, o de profecia autorrealizável: são tão realísticos os efeitos de sentido da brincadeira, que começamos a nos ver como o aplicativo diz que somos. Se considerarmos todos os avatares, perfis e identidades que todos nós somos chamados a fabular cotidianamente (frisem-se os termos *avatares*, *perfis* e *identidades*), logo entendemos que somos chamados a produzir metamorfoses sucessivas que projetamos como um “nós mesmos”, e é isso que funciona como ponto de contato com tudo o mais que está em rede.

Mais além, há experimentos impressionantes, como o da *Microsoft* relatado em Choudhury, Counts e Horvitz (2013), no artigo intitulado “Predicting Postpartum Changes in Emotion and Behavior via Social Media” [Previsão via mídias sociais de mudanças emocionais e comportamentais no pós-parto], que trata da criação de um aplicativo que, com base em postagens do *Twitter*, preveria as chances de uma grávida ter depressão pós-parto ao aferir, por exemplo, a frequência com que ela usa palavras como “eu” e “mim”. A quem serviriam essas previsões, esses modelos?

As grávidas são, aliás, um dos pontos mais sensíveis no modo como hoje funciona essa arquitetura a que chamamos internet. São assediadas com mil produtos e serviços futuros, passam a ser lidas pelo sistema como “futuras mães” e, com isso, seguem recebendo material para uma “mãe”: primeiro de um bebê nas suas várias fases, depois de

---

7 Estima-se que 63 milhões de usuários brincaram de “envelhecer” amigos, parentes etc. Desenvolvido pela empresa russa Wireless Lab, que fornece o dado, o aplicativo foi criado para o sistema iOS em janeiro de 2017 e em fevereiro do mesmo ano também para Android, distribuindo-se massivamente no mundo todo.

uma criança pequena, depois de uma criança em idade escolar, depois de um adolescente... cada uma dessas categorias delimitada conforme cruzamentos de dados sobre o que sejam um bebê, uma criança pequena etc. Tudo delimitado por modelos que se constroem a partir de coletas. O que de mais assombroso tem acontecido? Isso continua sendo oferecido a mulheres que, outrora grávidas, não se tornaram mães. Se elas não informarem o sistema sobre sua nova condição, continuam a ser tratadas conforme a curva produzida pelos cruzamentos de dados. Mas como “informar o sistema”? Da tela pra cá, na perspectiva de um usuário, é tudo uma imensidão dispersa, não temos com quem falar, a quem solicitar a dispersão de um dado; da tela pra lá, há uma convergência de dados regida por lógicas informacionais que nos escapam, com seus algoritmos opacos, sobre os quais não há ainda regulação específica. A assimetria estabelecida por esses novos aparelhos ideológicos ainda é bastante desconhecida ou desconsiderada, e é dela que precisamos falar, com vistas e incorporá-la nos estudos da linguagem.

A primeira coisa a levar em conta é o que se chama, nos dispositivos digitais, de “engajamento”. De fato, o que os modelos de negócios atuais precisam fazer é produzir engajamento e, para isso, precisam conhecer o perfil que se engajará: uma pessoa não pode ficar meia hora atrás da tela lendo um texto sem clicar em nada, ela tem de se mexer, de explorar o hipertexto. São os hits, cliques e *likes* que mantêm os negócios dessas plataformas que todos usamos e que são gratuitas. Gratuitas? Essas estruturas complexíssimas não são gratuitas, nosso engajamento é o modo como pagamos a conta. Eis aí uma primeira característica da técnica algorítmica nos atuais dispositivos digitais: ela nos mantém em permanente movimento, pulando de uma aba a outra, sem ancoradouro. Precisam disso. E certamente isso nos leva a discussões que não desenvolveremos aqui, mas que devem ser mencionadas: uma certa “epidemia” de falta de foco na leitura e, cada vez mais, em todas as tarefas, como tem sido atestado em grupos de diferentes faixas etárias e condições socioeconômicas (WOLF, 2019) e o estímulo a comportamentos provocadores, ou seja, que produzem mais engajamento, uma vez que as chamadas redes sociais “despertam o troll em cada um de nós” (LANIER, 2012, p. 69), pois os comentários capazes de gerar rumor público é que são estimulados nessa

arquitetura, na qual a indignação e o mau humor movimentam mais do que a concórdia<sup>8</sup>.

Milton Santos propõe compreendermos que, pela primeira vez na história da humanidade, temos uma técnica que se distribui por todo o globo, uma *tecnoesfera* de diferentes densidades nas diferentes partes do globo, mas que toma todo o planeta distribuindo informação, coletando informação, cruzando dados, cruzando dados, cruzando dados... e produzindo as “verdades” que geram “engajamento”. Segundo o autor, à *tecnoesfera* corresponde uma *psicoesfera*, um conjunto de valores, crenças, sonhos... uma espécie de “grande sentimento de mundo” que não só deriva dos usos da *tecnoesfera* como recai sobre ela, demandando ajustes ou transformações. Importa, então, saber quem a ajusta ou transforma, conforme que parâmetros.

Tal como está organizada a arquitetura dessa rede mundial informacional e comunicacional, que é a *tecnoesfera*, produz-se a seguinte *psicoesfera*: aflitos e irritados, clicando sem parar, engajamo-nos em uma quantidade imensa de pequenas tarefas, atendendo às notificações e mesmo programando notificações, tarefas que executamos praticamente em qualquer tempo e em qualquer lugar desde o advento dos superportáteis (o celular o mais bem-sucedido), às quais se somam as tarefas burocráticas outrora exercidas por trabalhadores específicos, como expedientes de banco, de correio, secretariamentos de todo tipo. E agora mesmo, enquanto digito estas linhas, outras telas e o celular ao meu lado exercem sobre mim uma força centrífuga que me projeta em compromissos futuros e me põe em contato com o que estão vivendo outros, sobre os quais recebo notícias sem pedir; sou arrancada a todo tempo deste exercício de reflexão que devo fazer para redigir um raciocínio. O traço fundamental da *psicoesfera* que se produz pode ser sintetizado nestes termos: engajamo-nos aflitadamente em múltiplas pequenas tarefas que nos desancoram de nosso presente.

Coisas desse tipo é que estabelecem a *psicoesfera* de “mundo sem fronteiras”, onde tudo se dá convergentemente, borrando espaços

---

8 Um documentário recentemente lançado na plataforma *Netflix* explica essa questão de modo bastante didático, tecendo um alerta a partir de depoimentos de designers que participaram da criação de funcionalidades típicas dessas redes: “The Social Dilemma”, dirigido por Jeff Orlowski, 2020.

e tempos. E aí se desdobra toda uma semântica do inefável... *nuvens*, o *buscador Google* como um *oráculo*, a internet como *mar aberto*, onde tudo se pode encontrar, a própria ideia de *navegar*... É notável que essa psicoesfera se produza com uma malha técnica que, de fato, está mais para riozinhos meândricos do que amplo oceano, e se a quilha de nossa canoinha não for boa, emperramos; se não soubermos remar, não saímos de um certo lugar definido algoritmicamente.

Ora, não há nuvens. O marketing mais engenhoso definiu uma metáfora palatável para o que são enormes galpões hiperrefrigerados numa região desértica no Vale do Silício, por exemplo, funcionando 24 horas por dia, consumindo uma quantidade gigantesca de energia elétrica, mantidos por profissionais hiperqualificados para estocar tudo. Os serviços de *streaming* são um dado cabal dessa sofisticação: os de música, os de filme, e também os de aplicativos como o *Uber*, como o *Waze* ou como o *Ifood* não existem senão investindo fortunas no ir-e-vir de dados hiperprecisos que, por exemplo, a *Amazon* estoca. A *Amazon* vive dos dados, não dos livros que vende a preços baixíssimos, como se fez crer... É uma empresa de logística, uma intermediária, e nós somos mais mercadoria do que clientes nessa intermediação: as compras dos usuários são fornecem dados, suas formas de comprar deixam os rastros que a *Amazon* comercializa.

Como se vê, essa questão da designação é deveras importante – o próprio nome “*Amazon*” merece reflexão. Se soubermos o que é “a nuvem”, temos uma chance de modificar a psicoesfera hoje hegemônica, e isso inclui mudar o modo de referirmos esses megagalpões. Podemos virar o jogo, se soubermos que o buscador *Google* nos propõe uma crescente sedutora facilitação ao completar o que mal começamos a escrever, e que o ranqueamento do que se oferece como resposta à busca não é nem tudo o que há sobre o tema, nem o que necessariamente amplia os horizontes de quem pesquisa. Tecnicamente, um algoritmo seleciona e filtra respostas conforme rastros de buscas anteriores e devolve o que entende ser precisamente o que se busca. O buscador não é uma vitrine, é uma pinça. E não é raro que desistamos do que tínhamos começado a digitar para checar o que se ofereceu no autocompletamento. Curiosidade? Praticidade? Autoabdicação? Desse funcionamento do buscador rapidamente passamos do *Google* à *Google*, a empresa como um todo, e vemos

que já se sugerem respostas “nossas” aos e-mails: mensagens recebidas de endereços conhecidos suscitam a formulação de uma réplica que nos exige apenas um clique, e cada vez mais essas réplicas se produzem com nossos próprios termos, aqueles mais idiossincráticos. Nossos gmails fornecem os materiais que redigimos para essa precisa seleção de léxico, de sintaxe... Enfim: se soubermos que há uma técnica algorítmica prometendo precisão e agilidade a qualquer custo e que talvez isso não seja exatamente o melhor, temos uma chance de transformar a psicoesfera, portanto a apropriação da tecnoesfera e, assim, produzir novidade.

Ou seja, falo em considerarmos que a um discurso prometeico sobre a bonomia de um sistema em que tudo parece ágil e supostamente útil por ser assim, corresponde uma prática fáustica, que faz usarmos a tecnologia como algo desejável em si mesmo porque demonstrativo da inteligência humana, pura fruição do poder que temos – do poder de quê? Na atual arquitetura, de abdicarmos da constituição de nossas subjetividades, porque fornecemos os dados e somos modulados por eles:

As plataformas ganharam ainda mais poder quanto mais armazenavam dados dos seus clientes para, com isso, construírem amostras que permitiam às empresas de marketing atingirem com precisão o público que buscavam influenciar. O *microtargeting* é muito mais eficiente do que as técnicas massivas de propaganda. O mundo industrial forjou tecnologias que não eram as mais propícias para a coleta de dados, mas as tecnologias da informação permitiam realizar as transações e, simultaneamente, gerar dados sobre como elas ocorreram e quem as realizou (SRNICEK, 2017). O *Big Data*, o *machine learning* e os sistemas de algoritmos preditivos aprimoraram a capacidade de tratar e analisar as informações obtidas nas plataformas. Eli Pariser (2011) alertou-nos que essas plataformas filtram nossa comunicação, analisam nossos comportamentos e nos inserem em bolhas de pessoas semelhantes. Um grande mercado de dados e uma microeconomia da interceptação de informações pessoais se fortaleceram a partir do final da primeira década do século XXI (SILVEIRA, 2017). A limitação desse mercado só pode ser dada pelas legislações de proteção de dados pessoais e pelo direito à privacidade. Todavia, Shoshana Zuboff (2015) mostrou-nos que as corporações que operam essa economia atuam nos vazios legais e nas fragilidades das leis e dos seus órgãos de execução (SILVEIRA, 2019, p. 17).



A chamada “internet das coisas” é a realização mais próxima de efetivar plenamente uma distopia: nossas geladeiras nos oferecerão água nos dias quentes ou secos e informarão o quanto de água tomamos ou que nos recusamos a tomar, informações que podem subsidiar as decisões dos planos de saúde, por exemplo. Nossas ações e nossas recusas serão captadas ininterruptamente por todos os objetos que funcionarão, segundo a promessa, para melhor atender a nossas necessidades. E, conforme sabemos, a questão é que, a partir da imensa quantidade de dados coletados pelos objetos a nossa volta, se produzirão aí, na rede que teceirão, as nossas necessidades. Os dados cruzados dirão o que queremos ou aquilo de que precisamos.

Mas o ponto aqui, insisto, é que nós, como cidadãos se pretendendo autônomos, e eu diria sobretudo como estudiosos da linguagem, temos o que fazer nessa conjuntura, atuando para alterar algumas de suas variáveis. Estamos falando de fluxos de textos, de terminologia, de processamento de línguas naturais, de aspectos sociais e cognitivos do que dizemos, de como dizemos... A lógica da técnica algorítmica incide sobre esse material. Então sublinho: estou falando de considerarmos as materialidades inscricionais como participantes da produção dos sentidos, assumirmos o que há da tela pra lá como condicionante dos dizeres, incluir a linguagem de programação no entendimento da multimodalidade dos textos em língua natural e levar em conta os objetos técnicos em que os discursos se textualizam.

Nisso me detenho e caminho para o último acréscimo teórico neste raciocínio. Régis Debray, um midiólogo, isto é, que estuda as mediações, define os objetos técnicos como *mídium* (*médium* em francês, objeto da *mediologie*).

Debray (2000) diz que todo objeto técnico é mediador de valores e crenças, é, portanto, um *vetor de sensibilidade* (circula sensibilizando os que com ele tem contato numa dada direção) e esse vetor de sensibilidade se legitima por estar ligado a uma *matriz de sociabilidade* para a qual aponta (uma instituição social, jurídica ou um discurso consagrado). Assim, todo vetor de sensibilidade sustenta, com sua circulação, uma matriz que, por sua vez, lhe dá sustentação. Penso num exemplo analisado em trabalho anterior: a revista *Pesquisa Fapesp*, muito antes

de ser uma revista de divulgação científica, é um vetor que sensibiliza para uma certa noção de ciência, que aponta para os financiamentos que a Fundação Fapesp faz, mostra uma “ciência brasileira”, segundo seus termos, que é institucionalmente paulistana, uspiana de fato, e tipicamente ligada à produção de patentes e/ou à captação de financiamento e prestígio internacional, o que se considera “inovação” – conceito crucial em sua definição de ciência (SALGADO; DELEGE, 2019).

Se olhamos para os objetos técnicos que constituem os dispositivos digitais como *mídiuns*, entendemos que eles conduzem entendimentos numa certa direção, que se determina conforme uma dada matriz de sociabilidade. A metodologia consiste, então, em conhecer as matrizes e seus vetores, estudar seus funcionamentos, portanto exigir que os algoritmos hoje fechados possam ser conhecidos e ajustados. Todos sabemos o quanto de horror o algoritmo fechado do *Facebook* já provocou: as últimas eleições nos EUA (2016), antes o genocídio em Myanmar (em 2013), antes a Primavera Árabe (em 2010)... para citar casos comprovados no âmbito da ONU e assumidos pela empresa<sup>9</sup>.

Diante disso, os que estudamos a língua, segundo a perspectiva desenvolvida aqui, temos de levar em conta, mesmo que não seja como objeto de estudo mas apenas como uma questão de fundo, essa dimensão da língua inscrita em mídiuns, organizando-os e organizando-nos socialmente e, como não podia deixar de ser, reorganizando-se a própria língua também – morfologicamente, sintaticamente, semanticamente... É certo que muitas frentes de pesquisa se abrem aqui. E urge que sejam abertas.

Finalmente, espero oferecer uma contribuição para os estudos do discurso com o que se segue. Analisando casos em que essas

---

9 Em setembro de 2020, uma notícia retoma as discussões morais e legais que vêm sendo suscitadas pelo funcionamento da empresa, que oferece serviços para a quase totalidade dos usuários de internet: a cientista de dados Sophie Zhang relata, em memorando vazado, que o *Facebook* recebeu, em setembro de 2018, alerta sobre uma rede no Brasil que usava “contas falsas para semear divisão e compartilhar desinformação”. Cf. “Ex-funcionária diz que *Facebook* prejudica eleições e cita o Brasil: ‘Tenho sangue nas mãos’”, In: *Revista Fórum*, matéria de Plínio Teodoro, publicada em 17 set. 2020, disponível em: <https://revistaforum.com.br/redes-sociais/ex-funcionaria-diz-que-facebook-prejudica-eleicoes-e-cita-o-brasil-tenho-sangue-nas-maos/amp/>, último acesso em: 18 set. 2020.

condicionantes dos mídiuns digitais são postas no centro<sup>10</sup>, temos constatado que há hoje, nas formas de apropriação da tecnoesfera, dois discursos em disputa na constituição da psicoesfera. Chamaremos um de *cibercultura* e outro de *cultura digital*. Frequentemente esses termos são usados como sinônimos, mas nós propomos essa diferenciação: são dois discursos em coocorrência, semânticas distintas, definidas na preferência por certos mídiuns, certas designações, que engendram diferentes dispositivos e, assim, estimulam diferentes disposições.

Para entender o que é a técnica algorítmica, consideremos que ela se define por ser uma conjugação de *protocolos* (instruções precisas codificadas numa linguagem numérica) com fins de *propagação* (dos fluxos de informação gerados). Os protocolos são padrões estritos que viabilizam seletividade, filtragem, a precisão de codificação sem a qual não se cria o que, nesse sistema, se chama “informação”. A propagabilidade define o fim último dessa técnica: difundir, multiplicar, compartilhar o mais celeremente possível<sup>11</sup>. Esses são os pilares da técnica algorítmica, que se desdobra em tecnologias variadas, como as plataformas e os aplicativos mencionados acima<sup>12</sup>.

Com isso, podemos dizer que a cibercultura tem a ver com mídiuns digitais cujo desenvolvimento enfatiza os aspectos dos protocolos. Ela

- 
- 10 Entre outras iniciativas que se vêm desenvolvendo em todo o território nacional, tomo a liberdade de registrar aqui os trabalhos que desde 2017 se desenvolvem no âmbito do Grupo de Pesquisa Comunica – inscrições linguísticas na comunicação (UFSCar/CEFET-MG, CNPq), acessíveis no *site* oficial do grupo.
- 11 Os protocolos de rede se classificam conforme o serviço que operam e a camada de distribuição que configuram: *camada de aplicação*, por exemplo WWW (navegação *web*), HTTP (urls), SMTP (e-mails), FTP (transferência de arquivos), usados para enviar e receber dados de outros programas; *camada de transporte*, por exemplo TCP, UDP e SCTP, é a difusão dos dados recebidos da camada anterior, transformados em pacotes de informação menores; *camada de rede*, por exemplo IP, recebe os arquivos empacotados na camada anterior, que aqui são anexados à máquina envolvida nessa troca; *camada de estrutura física*: Ethernet e Modem efetivam o recebimento ou o envio de arquivos nos pontos específicos.
- 12 Lembremos que, na história da humanidade, há relação inextricável entre o estado das técnicas e o estado da política: “há uma tendência a separar uma coisa da outra. Daí muitas interpretações a partir das técnicas e, por outro lado, interpretações da história a partir da política. Na realidade, nunca houve na história humana separação entre as duas coisas. As técnicas são oferecidas como um sistema realizado combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso. É isso que fez a história. No fim do século XX e graças aos avanços da ciência, produziu-se um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação [cibernética, telemática, informática...], que passaram a exercer um elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária” (SANTOS, 2000, p. 23).

nasce da cibernética, atividade interdisciplinar que desde os anos 1950 elaborava tecnologias de controle dos fluxos de pessoas e de informação, e que está no nascimento desse conjunto de dispositivos, primeiro para servir às Forças Armadas dos EUA, depois nas pesquisas científicas consideradas de ponta etc. (cf. CASTELLS, 2003). Ela tem a ver com tecnologias como login e senha, que são uma espécie de credencial que temos de apresentar para atravessar fronteiras em quase todas as navegações que fazemos; tem a ver com antivírus, que pretende proteger conteúdos ao rastrear sistematicamente máquinas; com as licenças de uso de *softwares* proprietários, que apenas alugamos e que se atualizam sem que tenhamos feito um pedido ou concedido permissão, pois os proprietários é que definem quando e como serão atualizados, *softwares* que, aliás, são tão codificados para evitar apropriação indevida, que frequentemente bugam ao processar suas próprias rotinas e exigem máquinas com bastante memória, com processadores ultraeficientes etc.; tem a ver com as tecnologias de fechar grupos selecionando membros ou bloqueando membros por reconhecimento de certos termos ou imagens nas mensagens, por exemplo. É uma dimensão da psicoesfera que enfatiza tecnologias orientadas pela semântica de segurança e proteção – tecnologias de seleção, filtragem e personalização.

A cultura digital tem a ver com o desenvolvimento de mídiuns que enfatizam tecnologias voltadas à propagabilidade. É nativamente digital, nasce nos anos 1980 com a cultura hacker universitária e se desdobra em movimentos como os do *software* de código aberto, a chamada ciência livre, as plataformas de partilha e a bandeira criptopunk, que defende que todos saibamos encriptar nossas mensagens, com nossos instrumentos e conforme nossas decisões; tem a ver com os tutoriais que nos ensinam de tudo, da troca da resistência de um chuveiro à troca de um radiador de automóvel; tem a ver com o entendimento de que o próprio usuário deve customizar funcionalidades conforme suas necessidades, portanto tem a ver com sistemas como o Linux, navegadores como o Thor, buscadores como o Duck-Duck Go... para citar alguns bem conhecidos. São tecnologias elaboradas com vistas às compatibilidades, menos exigentes de *hardwares*, sem filtros cuja tecnologia de seleção não seja programada pelo usuário ou por membros de uma comunidade. Certamente é uma cultura que tem a ver com a disposição para ir aos

fóruns descobrir como resolver um bug, como ir aos sites noticiosos por conta própria, em vez de aceitar os compilados automáticos que vêm instalados da fábrica. É uma dimensão da psicoesfera que enfatiza tecnologias orientadas pela semântica do acesso e da partilha – tecnologias compatibilização, difusão e troca.

Com essa diferença feita, retomando a descrição que fizemos da atual conjuntura, portanto das condições de produção dos enunciados que circulam hoje, podemos dizer que a cultura hegemônica na apropriação da técnica algorítmica é, desde os anos 2000, a cibercultura<sup>13</sup>. Quando pensamos na psicométrica usada nas eleições em todo o planeta, que tem na modulação de comportamentos das chamadas redes sociais seu modelo mais depurado, entendemos que prevalece hoje a semântica da segurança, que é a outra face da semântica do medo: é porque há uma psicoesfera de medo que parece preciso procurar proteção o tempo todo ou, talvez, o inverso... Aflitos e cansados, delegando aos aplicativos a gestão do viver, procuramos o que se põe como “garantido” nesse ambiente de total fluidez. É disso que fala Han, de um sistema que nos protege de tudo o que não é prontamente identificado com o que se projetou como identidade “própria”. Fundamentalmente informados por essa lógica algorítmica, esgarçamos o exercício de alteridade das trocas comunicacionais.

Em todo caso, uma conjuntura é sempre um equilíbrio instável ou que pode ser desestabilizado, e o cultivo de mídiuns da cultura digital pode transformar o modo como temos nos apropriado predominantemente dessa técnica. Cultivando-os, alteram-se as correlações de força da psicoesfera, que pode, assim, exigir transformações na tecnosfera, com ajustes que sejam operados não só pelas GAFAM – *Google, Amazon, Facebook, Apple, Microsoft*.

Como pesquisadores, podemos produzir estudos que orientem ações voltadas para a semântica da partilha: usar *software* de código aberto, preferir licenças *Creative Commons*, lutar pelo acesso aberto e

---

13 Uma breve cronologia pode ser útil, mostra como os modelos de negócios das plataformas de algoritmo fechado prevaleceram: a *Amazon* é de 1996; o buscador *Google* é de 1997; em 2003 nasce o *LinkedIn*; o *Orkut* em 2004, como também o *Facebook* e o *gmail*; em 2005 nasce o *YouTube*; em 2006, o *Twitter*; em 2008 o *Airbnb* e o *Uber*, assim como o *Waze* (adquirido pela *Google* em 2013) e o *Spotify*; em 2009 nasce o *WhatsApp*; em 2010 o *Instagram* (adquirido pelo *Facebook* em 2012); em 2011 a *Netflix*...

gratuito dos periódicos, etc. Enfim, preferir dispositivos que alimentem a disposição de encontrar aquilo que não é só mais do mesmo, entrar em estado de busca e não aceitar os combos que chegam à tela no primeiro clique. Precisamos de espaços em que o diverso convive, com suas delimitações consensuadas pelos sujeitos e não pelas modulações algorítmicas. É preciso cultivar a disposição erótica, nos termos de Han.

Em resumo, o que hoje chamamos de internet é um monte de territórios sitiados, permitidos pelos modelos de negócios que tiram daí a segmentação eficaz de perfis que servem a seus propósitos, mas esse desenho técnico pode ser alterado com criatividade e legislação adequada, avivando outros elementos da memória do que podemos chamar de “nascimento do Vale do Silício”, esse marco espaciotemporal em que conviveram utopias *hippies* e a *yuppies*:

A Ideologia Californiana oferece uma maneira de se entender a realidade vivida por esses artesãos da alta tecnologia. Por um lado, estes trabalhadores essenciais são parte privilegiada da mão de obra. Por outro, são herdeiros das ideias radicais dos ativistas da mídia comunitária. A Ideologia Californiana, assim, simultaneamente reflete as disciplinas da economia de mercado e as liberdades do artesanato hippie. Esse híbrido bizarro só é possível através de uma crença quase universal no determinismo tecnológico. Já desde os anos 1960, os liberais – no sentido social da palavra – esperavam que as novas tecnologias da informação fossem realizar seus ideais. Respondendo ao desafio da Nova Esquerda, a Nova Direita ressuscitou uma forma antiga de liberalismo: o liberalismo econômico. Em lugar da liberdade coletiva visada pelos radicais hippies, eles defendiam a liberdade dos indivíduos no mercado (BARBROOK; CAMERON, 1995, p. 18).

Investigar como as apropriações da técnica produziram, ao longo de seu engenho e implantação, o deslizamento de uma “filosofia de vida liberal” da dimensão social para a dimensão estritamente econômica permitirá entender melhor o que se passa hoje. Assim desenvolveremos uma metalinguagem adequada para referir o embate discursivo que caracteriza o atual período e disputar as possibilidades de organização social em rede.

## REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras Incertas** – as não-coincidências do dizer. Vários tradutores. Campinas: Editora da Unicamp, 1998 (Coleção Repertórios).
- BARBROOK, R; CAMERON, A. **A Ideologia californiana**. Tradução Marcelo Tränsel. União da Vitória: Monstro dos Mares, Baixa Cultura, 2018. CC BY
- CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet** – reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- COSTA, E. **Jangada digital**. 2 ed. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.
- GIL, G.; FERREIRA, J. **Cultura pela Palavra** – coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura 2003-2010. Armando Almeida, Maria Beatriz Albernaz e Mauricio Siqueira. (org.). Rio de Janeiro: Versal, 2013.
- HAN, B.-C. **A agonia do Eros**. Tradução Enio Diachini. Petrópolis: Vozes, 2017.
- LANIER, J. **Bem-vindo ao futuro** – uma visão humanista sobre o avanço da tecnologia. Tradução Cristina Yamagami. São Paulo: Saraiva, 2012.
- LESSIG, L. **Cultura Livre**. Vários tradutores. São Paulo: Trama, 2005. CC BY
- MAINGUENEAU, D. Memória discursiva. Tradução Maristela Cury Sarian. *In*: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (org.). **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 235-236.
- SALGADO, L.; DELEGE, M. Mundo ético e mídiu: uma cenografia paulistana para a ciência brasileira. **Letras Hoje**, v. 53, n. 3, p. 374-385, 2018.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. 18 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço** – técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVEIRA, S. A. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. **PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM**, São Paulo, v. 3, n. 6, jul./dez., p. 18-26, 2019.
- WOLF, M. **O cérebro no mundo digital** – desafios da leitura na nossa era. Tradução Mayumi Ilari e Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2019.
- ZUBOFF, S. **The Age of Surveillance Capitalism** – the fight for the human future at the new frontier of power. New York: Public Affairs, 2019.



# NOMEAR, ENUNCIAR, RESISTIR: A GREVE DE MULHERES

Mônica Graciela Zoppi Fontana (UNICAMP/CNPq<sup>1</sup>)

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos os movimentos feministas têm se firmado como práticas de resistência com imenso poder de mobilização, tanto no Brasil quanto em outros países. Na construção desses movimentos a linguagem participa de maneira central na produção de sentidos que legitimam discursos e ações de embate ideológico. Nomear os sujeitos, os objetos e os processos envolvidos; legitimar lugares de enunciação e espaços de circulação para os enunciados militantes; configurar coletivos de identificação que permitam a adesão ao movimento, são todas ações inteiramente atravessadas pela linguagem, tanto no funcionamento da língua quanto na prática social da enunciação. Nesse texto analisamos um momento recente das mobilizações feministas: a convocação à *Greve feminista* ou *Greve das mulheres*, a partir de 2016. A análise se debruça tanto sobre a descrição dos processos de nomeação e definição dos sujeitos e objetos dessas práticas quanto sobre os processos de agenciamento enunciativo que representam o lugar de enunciação dos novos feminismos.

Já é praticamente um truísmo falar que os feminismos vêm ocupando na atualidade um papel de destaque e de vanguarda nos movimentos sociais e nas práticas de resistência ao avanço dos governos e das políticas

---

1 O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil, processo nº 307842/2017-7.

neoliberais. Esse protagonismo dos feminismos e dos movimentos de mulheres é reconhecido mundialmente a partir de sua atuação de destaque em diversos países nos últimos anos: a *Marcha das mulheres* contra o governo de Donald Trump nos EUA, o movimento *#metoo*, também nos Estados Unidos, o movimento *Ni una a menos* e a *Marea verde* na Argentina, o *#Elenão*, o movimento das secundaristas e mais recentemente o *#14m Marielle presente* no Brasil, o *#tomasmfeministas* no Chile, o *Paro de Mujeres* na Espanha e na Argentina, a convocação ao *Feminismo 99%*, lançada em janeiro de 2019 nos Estados Unidos e a *Marcha das Margaridas*, organizada desde o ano 2000 e realizada em Brasília em 14/8/2019, junto com a primeira *Marcha das Mulheres Indígenas*.

Algumas características são comuns: enquanto movimentos pro-teiformes e autoconvocados encontram sua organização ancorada principalmente no funcionamento das mídias digitais e das redes sociais. O caso da Marcha das Mulheres Indígenas e da Marcha das Margaridas é diferente, porque embora utilizem as redes sociais para divulgação e impulsionamento da convocação, esses movimentos têm na base organizações sociais que atuam na definição das ações projetadas. Por causa desse seu modo privilegiado de circulação, os textos que dizem e redizem essas práticas estão marcados pela dispersão de enunciados, pela repetição, pelo imediatismo, por uma estética farta de imagens e vídeos, pela performance em espaços públicos<sup>2</sup>, por uma retórica que se sustenta em um tom lúdico, que encontra na ironia e o deboche uma de suas principais práticas argumentativas e cujos enunciados circulam amplamente na forma de gifs, memes, vídeos, eventos, e outras formas de textualização próprias ao *discurso digital*<sup>3</sup>.

Todos esses movimentos tiveram uma enorme força de convocação, produzindo manifestações massivas e ocupações de espaços públicos, com repercussão considerável na mídia, que lhes deu cobertura e visibilidade, significando-os como um *acontecimento discursivo*, que

---

2 Ver p.e. o hino feminista criado pelo coletivo chileno LasTesis, que denuncia a violência contra a mulher e cujo título é “Un violador en tu camino”; esse hino teve sua primeira performance acontecida frente à Casa de la Moneda (Santiago de Chile) em 25/11/2019, dia de combate à violência de gênero, e ganhou rapidamente alcance global, sendo interpretado e performado em várias línguas e cidades do mundo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z4sbB1FSjyg>. Acesso em: 19 mai. 2021.

3 Cf. Dias (2018).

consistiria em uma nova onda dos feminismos que intervêm na sociedade como uma das forças políticas com poder de convocação e mobilização mais significativas da atualidade.

Observemos o recorte que segue, montado a partir de notícias que circularam em diversos jornais na época. Nele os fatos históricos narrados ganham a dimensão de acontecimento ao serem interpretados por uma produção intensa de discursos na imprensa, na mídia, nas redes sociais e na academia (os grifos são nossos).

1. *O feminismo toma o Chile. Um tsunami feminista ganhou força como resposta positiva às ocupações universitárias demandando o fim do assédio.*

No Chile, maio **foi tomado pelo lilás**. Isso se deve a um **verdadeiro tsunami feminista** que dominou a discussão pública no país e ganhou os meios de comunicação. Trata-se de uma resposta positiva à **força das ocupações das universidades por coletivos feministas de dentro e fora do movimento estudantil**, em denúncia aos casos de violência sexista e para demandar o fim do acobertamento institucional dos assediadores por parte das reitorias. (*Carta Capital*, 7/6/2018)

2. *El fenómeno de la marea verde en Argentina.*

El voto positivo de la Cámara de Diputados de la Argentina por la interrupción voluntaria del embarazo es **un hito político de trascendencia histórica**. Una **marea verde ha inundado el país** en estos últimos meses con el color que identifica la “Campaña nacional por el derecho al aborto legal, seguro y gratuito” que comenzó en el año 2005 [...] Algo sucedió en este último tiempo, potenciado desde **la masiva marcha en 2015 contra la violencia hacia las mujeres y la consigna “Ni una menos”**, porque hasta hace algún tiempo eran pocas las mujeres que se reivindicaban **feministas en público**. [...] Ahora, **la ola de pañuelos verdes** rodeará al Senado para que sancione la ley de manera definitiva. Solo que esta ola ya se está convirtiendo en **un verdadero tsunami**. (*CNN*, 14/6/2018)

3. *#EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos.*

Protesto contra Bolsonaro foi o maior de mulheres no Brasil, englobou todo o espectro político e começou nas redes, em um

momento em que o voto feminino pode ser decisivo nas eleições. (*BBC BRASIL*, 30/9/2018)

**4. *Marcha de mulheres indígenas e camponesas se unem em pressão a Bolsonaro.***

Encontro em Brasília marca encerramento da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas e início da 6ª Marcha das Margaridas.

**Neste ano, pela primeira vez**, não entregaram ao governo a pauta de reivindicações. Em vez disso, escreveram uma plataforma política com dez eixos temáticos para compartilhar com a sociedade.

“Construímos uma plataforma com o modelo de sociedade que as margaridas defendem. Não está alinhada com o que o governo está fazendo, que é retirar os direitos das trabalhadoras e das mulheres”, diz Mazé Moraes, coordenadora geral da Marcha.

A amostra é pequena, mas textos semelhantes se multiplicaram na mídia brasileira e global, em relação a cada um dos movimentos que mencionamos, dos quais trazemos notícias somente dos ocorridos na América Latina para exemplificar como as interpretações produzidas para essas grandes manifestações coincidem em lhes atribuir os sentidos de ineditismo e de emergência de uma força de extrema potência, cujos significados, no entanto, permanecem extremamente opacos.

Pêcheux (1990a [1983], p. 17) define o acontecimento discursivo como “o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” e explica ainda que se trata de um elemento histórico descontínuo e exterior que afeta a memória produzindo rupturas e deslocamentos. Na análise que o autor apresenta sobre as eleições francesas, ele percorre uma série de enunciados que, relatando o fato de François Mitterrand ter sido eleito, o significam de maneira equívoca. É no arquivo e na relação com outros enunciados e com a memória discursiva que um fato histórico devém *acontecimento discursivo*. Na produção do acontecimento discursivo, a língua intervém para dar inteligibilidade aos fatos por meio de *processos de nomeação*: dar nome ao acontecimento, a seus sujeitos e a suas ações é também um ato político que mobiliza inteiramente a língua nas práticas discursivas.

Para descrever a configuração do acontecimento discursivo no arquivo de imprensa que pesquisamos, montamos uma tabela para reunir as nomeações que designam os fatos e as pessoas neles envolvidas e as predicções que lhes são atribuídas no recorte de textos que apresentamos acima.

Nomear o acontecimento	Nomear os sujeitos	Designar as ações
tsunami feminista/ verdadeiro tsunami feminista/resposta positiva à força das ocupações das universidades	o feminismo/coletivos feministas/o lilás	toma Chile/Chile foi tomado/maio foi tomado/ dominou a discussão pública no país/ganhou força/ ganhou os meios de comunicação/em denúncia e para demandar
el fenómeno de la marea verde /una marea verde/ un hito político de trascendencia histórica/ la ola de pañuelos verdes/ un verdadero tsunami/algo sucedió en este último tiempo	las mujeres que se reivindicaban feministas en público/ la masiva marcha en 2015 contra la violencia hacia las mujeres y la consigna “Ni una a menos”	ha inundado el país/ rodeará al Senado para que sancione la ley/ya se está convirtiendo
#EleNão: a manifestação histórica liderada por mulheres/protesto contra Bolsonaro	mulheres no Brasil/o voto feminino	foi o maior/englobou todo o espectro político/ começou nas redes
encontro em Brasília/por primeira vez	as margaridas/as trabalhadoras e as mulheres/as mulheres indígenas e camponesas	se unem em protesto para pressionar/escreveram uma plataforma política/ defendem

O evento inédito é nomeado a partir de processos metafóricos: as manifestações feministas são interpretadas como *onda*, *maré*, *tsunami*, *marco histórico*, e as predicções que lhe são atribuídas aludem todas a uma potência incontrolável: *tomar*, *dominar*, *ganhar força*, *inundar*, *rodear*, *englobar*. Tudo na língua se mobiliza para significar um ponto de

inflexão, uma fratura e uma emergência, que têm dado lugar, inclusive, a abundante produção acadêmica, algumas entusiastas, como um livro recentemente publicado na Argentina, com o título de *La revolución de las mujeres*<sup>4</sup>.

Um belo exemplo desses deslizamentos metafóricos o encontramos na declaração da coordenadora nacional da *Marcha das Margaridas*, quando reflete sobre o nome dado à marcha e no qual se reconhecem e identificam as mulheres que dela participam:

5. Quando a gente fala *Marcha das Margaridas* e quando a gente diz *Somos todas Margaridas*, homens e mulheres, não é porque a gente está falando de uma flor, a gente está falando de uma mulher que lutava pelo direito da classe trabalhadora, de uma grande líder sindical, uma trabalhadora rural [...] que foi brutalmente assassinada.

A memória é convocada no acontecimento discursivo para produzir espaços de subjetivação: o nome próprio da trabalhadora rural e líder sindicalista Margarida Maria Alves, assassinada em 1983 quando lutava pelos direitos das trabalhadoras na Paraíba, ganha uma forma plural – *Margaridas*, nome próprio pluralizado no qual as mulheres camponesas se reconhecem na luta, metaforizando-o nas imagens dos estandartes e faixas que portam e nos adereços dos chapéus de palha que lhes cobrem a cabeça<sup>5</sup>. Margarida/margaridas, a língua se inscreve na história e faz seu trabalho político no equívoco entre a denominação única, a designação plural e a metáfora.

Conforme Gadet e Pêcheux (1981) os processos revolucionários atingem em pleno as línguas.

---

4 Parker, L. (2016) *La revolución de las mujeres*. Buenos Aires: Edivim.

5 Note-se que no recorte se menciona a palavra de ordem de ampla circulação em manifestações coletivas de denúncia: *Somos todxs X*, onde X é o nome próprio da pessoa que foi vítima de opressão e pelos direitos da qual o movimento espontâneo luta (cf. Pereira (2018) para uma análise da hashtag #somostodos). Porém, no caso da #hashtag e palavra de ordem *Somos todas Margaridas* encontramos duas diferenças importantes: a marcação de gênero no pronome indefinido *todas* e a marcação de plural no nome próprio *Margaridas*; interpretamos essa diferença como efeito da sobreposição do funcionamento da nomeação enquanto nome próprio de pessoa *Margarida* e enquanto substantivo comum que nomeia uma flor *margarida*, usado em sentido metafórico.

Toda desordem social é acompanhada de uma espécie de “dispersão anagramática” (Baudrillard), que constitui um emprego espontâneo das leis linguísticas do valor: as massas “tomam a palavra” e uma profusão de neologismos e de transcategorizações sintáticas induzem na língua uma gigantesca “mexida”, comparável, em menor proporção, àquela que os poetas realizam (GADET; PÊCHEUX, 1981, p. 64).

Há um jogo na língua e sobre a língua que participa do acontecimento produzindo rearranjos nas filiações ideológicas: criam-se neologismos, deformam-se as palavras, subvertem-se os nomes próprios, multiplicam-se as metáforas. Nos movimentos de luta das mulheres na nossa história política recente, a língua em seu jogo equívoco está inscrita nas práticas de resistência ao avanço de um discurso patriarcal, machista, homofóbico, racista e autoritário. É o caso do movimento #ELENÃO, grande mobilização de mulheres no Brasil promovida no período pré-eleitoral de 2018, no qual o nome próprio do candidato rejeitado (*Bolsonaro*) ficou interdito, num gesto de resistência que fez incidir o *silêncio local* como uma das formas materiais do *contradiscurso*. Orlandi (1992) define o silêncio local ou censura como aquele produzido a partir de uma posição de poder com a finalidade de impedir que haja elaboração histórica dos sentidos e movimento no trabalho de identificação dos sujeitos. Aqui nos apropriamos da noção de silêncio local e a invertemos, para significá-la como *uma prática de resistência inscrita em um movimento de contradiscurso*. Trata-se de uma forma de silêncio produzida no interior de um coletivo que se contraidentifica em relação a uma posição de poder e se reconhece como sujeito nos laços sociais criados na luta contra a imposição de práticas autoritárias. Trata-se de uma forma de *silêncio defensivo* cujo funcionamento se aproxima do tabu



linguístico<sup>6</sup> e do recalque<sup>7</sup>. Forma de luta, portanto, que surge como uma prática contra-hegemônica adaptada às formas contemporâneas de circulação do discurso: a omissão do nome evita a ação de buscadores textuais e ferramentas de marcação e indexação digitais (como *tags*, *hashtags* e outras), impedindo desse modo promover *trend topics* no *Twitter* ou destaques nas páginas da *web* e nas mídias sociais. Calar o nome impede a replicação automática, enfraquecendo o poder de penetração e circulação dos enunciados do adversário. O nome indesejado virou, assim, tabu, ícone de tudo aquilo contra o qual se lutava, e foi substituído pelo pronome *ele* ou pelo substantivo comum *coiso*, com efeito pejorativo e reificante: *o coiso*; ou, ainda, pelas múltiplas alterações do nome próprio, que foi subvertido das mais diversas maneiras, dando lugar a neologismos que trabalham no limiar do deboche:

- a. *Boçonaro*: similaridade fonética + composição morfológica por meio da segmentação do nome próprio e a substituição das duas primeiras sílabas por uma alteração do adjetivo *boçal* → *boço* + *naro*.
- b. *Bostonaro*: similaridade fonética + composição morfológica por meio da segmentação do nome próprio e a substituição das duas primeiras sílabas por uma alteração do substantivo *bosta* → *bosto* + *naro*.
- c. *Bozonazi* ou *Bolsonazi*: similaridade fonética + composição morfológica por meio da segmentação do nome próprio e a substituição das duas últimas sílabas pelo adjetivo *nazi*, que atribui determinações morais e políticas ao candidato *Bozo/Bolso* + *nazi*.

---

6 Segundo Mansur Guérios, há duas definições de tabu linguístico: própria e imprópria. Propriamente, o tabu linguístico é a proibição de dizer certo nome ou certa palavra, aos quais se atribui poder sobrenatural, para evitar infelicidade ou desgraça. Impropriamente, o tabu linguístico é a proibição de dizer qualquer expressão imoral ou grosseira. O autor menciona os mecanismos linguísticos identificados por Havers por meio dos quais a representação à qual se associa a palavra interdita é exprimida indiretamente: alteração fonética; empréstimo; antifrase; substituição por pronomes; contaminação eufemística (cruzamento vocabular); extensão de sentido; perífrases oracionais; “captatio benevolentiae”; eclipse; instrumental-sujeito; fuga para a generalidade (cf. GUÉRIOS, M. *Tabus lingüísticos*, Rio de Janeiro: Organização Siniões, 1956).

7 O recalque é o processo psíquico através do qual o sujeito rejeita determinadas representações, ideias, pensamentos, lembranças ou desejos, submergindo-os na negação inconsciente, no esquecimento, bloqueando, assim, os conflitos geradores de angústia (cf. FREUD, S. A repressão. In: *Obras Completas* – v. 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 61-112).

- d. *Bolsossauro*: similaridade fonética + composição morfológica por meio da segmentação do nome próprio e a substituição das duas últimas sílabas pelo sufixo *sauro*, que atribui determinações temporais e políticas ao candidato *Bolso* + *sauro*
- e. *Bozonaro*: similaridade fonética + composição morfológica por meio da segmentação do nome próprio e a substituição das duas primeiras sílabas por outro nome próprio, que designa um *clown* conhecido *Bozo* + *naro*.

É no interior das condições de produção atuais, nas quais os chamados novos feminismos ocupam um papel de destaque, e considerando a emergência desses movimentos como acontecimento político, social e discursivo, que desenvolvemos uma análise da convocação a uma *greve internacional de mulheres*.

## GREVE DE MULHERES

O que é uma *greve de mulheres*? Estamos face a um significante – *greve* – que, embora já estabilizado na memória das lutas operárias, ganha novas inflexões nas condições de produção da convocação endereçada globalmente às mulheres por ocasião do 8 de março de 2017.

Em primeiro lugar, a convocação para uma *greve de mulheres* e a nova circulação dessa designação – assim redefinida – é interpretada, mais uma vez, como um acontecimento, particularmente no interior das lutas feministas. Por outro lado, essa designação se inscreve na memória de forma equívoca e ganha nos novos movimentos feministas impulso e investimento direcionados à construção de uma nova memória. Observemos as condições de produção e circulação dessa designação em algumas convocações ocorridas recentemente, principalmente no espaço dos feminismos argentinos e do movimento de mulheres na Polônia.

No dia 19 de outubro de 2016, milhares de mulheres argentinas vestiram preto e pararam de trabalhar durante uma hora (de 13h a 14h) nos seus postos de trabalho, em suas casas ou onde se encontrassem no

momento. O protesto foi organizado pelo movimento *Ni Una Menos*<sup>8</sup>, que luta pela prevenção e combate à violência contra a mulher. A mobilização foi convocada como um *Paro de mujeres* (Greve de mulheres) e contou com o apoio de mais de 300 partidos, organizações e coletivos desse país<sup>9</sup>. *Selfies* e outros registros fotográficos ou em vídeo foram postados nas redes sociais, representando mulheres em greve em diversos espaços de trabalho e domésticos do país. O ato teve grande repercussão internacional e ganhou importante cobertura midiática, inclusive no Brasil. Embora convocada como protesto contra um caso de violência sexual seguido de homicídio cometido contra uma garota de 16 anos, essa mobilização trouxe elementos que deslocaram sentidos já estabilizados para práticas atuais de manifestação política, tanto feministas quanto sindicais. A designação do ato, *Paro de Mujeres*, já aponta para traços pouco usuais da ação política de movimentos feministas contemporâneos, que não identificavam suas mobilizações, até essa época (2016), como “greve” nem vinculavam diretamente as reivindicações de equidade de gênero a uma ação direta sobre as relações de produção. Neste sentido, uma das palavras de ordem presente nos cartazes da mobilização argentina é representativa dessa nova inflexão: *¡Si nuestras vidas no valen, produzcan sin nosotras!* [palavra de ordem que foi traduzida para o português nas notícias sobre a marcha como: “Se a minha vida não vale, que produzam sem mim”].

De acordo com as reportagens publicadas sobre a mobilização, “ao promover a manifestação, as argentinas inspiraram-se nas polonesas”, que em 3 de outubro de 2016 decretaram *greve geral* para protestar contra um projeto de lei que poderia impedir o aborto legal. Outro antecedente mencionado pelos jornais é a *greve de trabalho* convocada em 24 de outubro de 1975 na Islândia com o mote de *Dia de Folga das Mulheres*, durante a qual milhares de islandesas suspenderam todas as atividades exigindo igualdade de direitos. Para nossa pesquisa, essas narrativas jornalísticas são reveladoras, porque fazem trabalhar discursivamente o acontecimento em um espaço de memória, traçando trajetos de filiação

8 Cf. [https://www.instagram.com/\\_niunamenos/](https://www.instagram.com/_niunamenos/).

9 Cf. matéria do jornal digital Nexo de 19 de outubro de 2016. Link para a matéria: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/10/19/Niunamenos-por-que-as-mulheres-argentinas-entraram-em-greve-e-foram-às-ruas>. Acesso em: 11 ago. 2017.

ideológica e produzindo, por meio da *deíxis discursiva*<sup>10</sup>, um discurso de legitimação. As narrativas jornalísticas sustentam, também, o efeito metafórico pelo qual diversos significantes são mutuamente substituídos e substituíveis: *greve feminista*, *greve de mulheres*, *greve das mulheres*, #8M, *greve geral*, *greve internacional feminista*.

O movimento de “greve de mulheres” ganhou força e extensão por ocasião das mobilizações do dia 8 de março de 2017, quando o coletivo argentino *Ni una a menos*, em articulação com o coletivo polonês e a *Marcha das Mulheres* dos Estados Unidos, lançou uma convocação para “uma greve internacional de mulheres” ou “um dia sem mulheres”. Coletivos de mais de 30 países aderiram ao movimento, se identificando com o chamado para “se apropriar da greve como ferramenta política para fazer ouvir nossas demandas e para intervir concretamente na ordem da produção”, conforme declaração de uma liderança argentina do movimento *Ni una a menos*<sup>11</sup>.

O que é uma “greve de mulheres”? Que novas inflexões esse ato político traz para os discursos e práticas dos chamados novos feminismos? Como essa particular configuração da prática política afeta os processos de subjetivação que constituem as mulheres enquanto sujeitos políticos, em toda a equivocidade e contradição das interpelações? Que novos sentidos a designação *greve* ganha quando interpretada a partir das determinações de gênero e sexualidade? Como esses sentidos se inscrevem na memória discursiva dos movimentos operários e das práticas revolucionárias que significaram a greve como arma política ao longo da história? Que processos de silenciamento e interdição são visibilizados pelas discursividades atuais que articulam *greve* e *greve geral* à explicitação das mulheres como agentes dessa ação? Como esses sentidos respondem à conjuntura atual de programas neoliberais de reforma trabalhista e pauperização da população em países considerados periféricos em relação à estrutura do capitalismo tardio? Como esse apelo às mulheres para intervir paralisando as atividades de *produção*, *consumo* e *cuidado* das quais são agentes pode afetar a divisão sexual das relações de trabalho em formações sociais atravessadas por práticas de opressão de gênero? Como os discursos que circularam em torno desses atos

10 Cf. Maingueneau (1989); Orlandi (1996).

11 Declaração de Cecília Palmeiro ao jornal *El país*, reportagem de 10/2/2017.

políticos deslocam, transgridem ou reproduzem sentidos já presentes no campo literário e ficcional, no qual a greve de mulheres é significada como *greve de sexo*?

Essas são algumas das questões que as práticas contemporâneas de mobilização de mulheres nos colocam e que fazem parte da pesquisa que desenvolvemos, a partir da qual apresentamos algumas análises. Observemos para tanto o recorte que segue, organizado conforme os países de circulação dos textos que integramos ao arquivo.

#### 6. PORTUGAL

Imaginemos um dia em que as mulheres não vão ao supermercado, não vão trabalhar, não vão à escola, não vão à faculdade, não fazem tarefas domésticas, um dia de greve feminista. (*Coletânea 8M*, organizada por MES; PSOL; Disponível em: [https://portaldelaizquierda.com/pt\\_br/2019/03/coletanea-8m-2019//](https://portaldelaizquierda.com/pt_br/2019/03/coletanea-8m-2019//). Acesso em: 19 mai.2021).

#### 7. BRASIL

Não sabemos ainda se o dia 08 de março vai entrar para a história como o “Dia sem mulher” e nem se essa greve internacional vai ter a adesão pretendida, mas o importante é ver essa mobilização do movimento feminista. Juntas somos sim mais fortes e precisamos estar sempre pensando em estratégias para trazer visibilidade para nossas pautas e reivindicações. (Disponível em: <http://www.revistacapitolina.com.br/se-nossas-vidas-nao-importam-que-produzam-sem-nos/>. Acesso em: 5 mar. 2017).

Em primeiro lugar apontamos os sentidos de estupor e de surpresa que causa uma greve de mulheres: é da ordem do inédito, é necessário *imaginar* para se representar essa situação inusual (*imaginemos*). No recorte, a designação *um dia de greve feminista* é reformulada a partir do funcionamento da negação: *um dia de greve feminista* é reescrito por expansão<sup>12</sup> por *um dia em que as mulheres não vão ao supermercado, não vão trabalhar, não vão à escola, não vão à faculdade, não fazem tarefas*

12 A reescrituração é a relação que consiste em redizer algo que já foi dito em um texto. Segundo Guimarães, (2009, p. 53) “uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão”. A reescrituração pode ocorrer por repetição, substituição, elipse, expansão, condensação e definição.

*domésticas*. A negação atualiza as evidências já naturalizadas no interdiscurso do que seriam as rotinas próprias das mulheres.

No recorte encontramos ainda outras substituições para essa designação: *um dia de greve feminista* é reescrito como *um dia sem mulheres e greve internacional*. Assim, observamos como se constitui o objeto discursivo *greve de mulheres/feminista* deslocando sentidos históricos para essa prática de manifestação operária, ao associá-lo ao discurso de reivindicação de direitos relacionados à opressão de gênero em suas diversas frentes, incluindo, mas não só, a demanda trabalhista e a denúncia da divisão sexual do trabalho produtivo.

As mulheres pararam em todos os lugares e em todas as modalidades de trabalho que realizam, ou seja, pararam onde quer que seja que seu corpo está implicado em uma prática produtiva ou reprodutiva. *PARA TUDO!* Era a palavra de ordem que convocava à greve internacional. A convocação era parar inclusive as atividades de cuidado, que são as mais invisíveis enquanto modalidade de trabalho. O potencial subversivo dessa demanda e dessa mobilização é proporcional à surpresa que elas causam, refletida no enunciado do texto publicado em Portugal: “*imaginemos*” convida o texto, apontando para um cenário da ordem do impensado, do irrealizado; é necessário imaginar, pois o acontecimento da *greve feminista* implica a negação de uma ordem já estabelecida, a negação de tudo aquilo que é “*natural*”.

8. *Mulheres, corpo e insurreição*. Ao relacionar violência sexual e direitos reprodutivos com greve do trabalho, argentinas e polonesas atingiram muito mais do que parece. “Se a minha vida não vale, que produzam sem mim”. A frase no cartaz de uma manifestante nas ruas de Buenos Aires, em 19 de outubro, expressa um ponto de inflexão nos protestos contra a violência sofrida pelas mulheres. Não são apenas **mulheres no lado de dentro das ruas, mas mulheres fora da produção**. Ao relacionar corpos violados com corpos que se recusam a produzir, pela declaração de greve geral, o potencial de questionamento e de rebelião amplia-se. Não é uma fagulha, mas um incêndio. Este não é um outubro qualquer no campo dos feminismos. (*EL PAÍS*, 24/10/2016, Eliane Brum, disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/24/opinion/1477313842\\_805785.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/24/opinion/1477313842_805785.html), acesso em: 19 mai.2021, grifos nossos).

9. O movimento feminista está **criando suas próprias ferramentas e se apropriando de outras, como a greve**: não só paramos a produção, mas também a reprodução. Paramos todo o sistema e não apenas uma parte, colocando a vida, o cuidado no centro, diante da lógica da acumulação de capital. Também nos mostra algumas chaves para a construção de um sujeito político plural, podendo incluir, a partir do reconhecimento mútuo, as diferentes demandas e realidades que as mulheres vivem pelas múltiplas opressões que nos atravessam (*Coletânea 8M*, organizada por MES; PSOL; Disponível em: [https://portal-delaizquierda.com/pt\\_br/2019/03/coletanea-8m-2019/](https://portal-delaizquierda.com/pt_br/2019/03/coletanea-8m-2019/), acesso em: 19 mai. 2021, grifos nossos).

Nessas sequências discursivas encontramos novas formulações que reescrevem a designação *greve feminista*, são elas: *greve do trabalho* e *greve geral* e ambas as designações estão inscritas na memória das lutas trabalhistas e das práticas de resistência operária. No entanto, essas designações são ressignificadas no acontecimento discursivo que irrompe com a convocação a uma greve feminista e assim, ao mesmo tempo, que atualizam, deslocam os sentidos já estabilizados como evidência para o significativo *greve geral* na memória operária. A greve convocada é geral, mas é só de mulheres; é de mulheres no trabalho, mas de todas as mulheres e em todos os trabalhos, seja qual for sua natureza (assalariado, autônomo, reprodutivo, de cuidado). É uma greve que denuncia a violência contra a mulher, *mas não só*. No arquivo encontramos uma recorrência no funcionamento da argumentação, que aparece materializado na sequência discursiva 8-. Trata-se do esquema argumentativo:

NÃO (só/apenas) X, MAS (também) Y.

- ***Não são apenas*** mulheres no lado de dentro das ruas, ***mas*** mulheres fora da produção.
- ***Não é*** uma fagulha, ***mas*** um incêndio.
- ***Não é*** um outubro qualquer no campo dos feminismos.
- ***Não só*** paramos a produção, ***mas também*** a reprodução.
- *Paramos todo o sistema e não apenas uma parte.* (forma invertida)

Nesse esquema argumentativo aparecem articulados a negação, a estrutura clivada da frase com efeito de topicalização e o encadeamento adversativo. Na sua imbricação formal, trata-se do funcionamento discursivo que Courtine (1981) identifica como *enunciado dividido*, que se caracteriza por atualizar, na linearidade da sequência, um elemento da memória discursiva e opô-lo a um outro elemento inscrito em outra região da memória, frequentemente antagônica. A negação atualiza e desloca as evidências de uma formação discursiva hegemônica que é confrontada pelo segundo elemento incorporado à sequência discursiva pelo encadeamento adversativo; é essa nova interpretação que prevalece, deslocando as relações de dominância no interdiscurso pela força do acontecimento discursivo.

É uma greve geral contra a violência sofrida pelas mulheres, *MAS não só*: o primeiro argumento, que é da ordem do pré-construído, ele é atualizado no acontecimento e mantém seu efeito de evidência, porém perde sua posição de dominância, ao ser articulado a um novo argumento, inscrito em uma nova posição sujeito (novos feminismos), que passa a ser o dominante. Dessa maneira, o funcionamento do enunciado dividido reorienta as conclusões e redefine os significados da luta feminista, que utiliza um instrumento da luta política no espaço da produção e do mercado, para atingir também as relações familiares no espaço privado. Com base nesse esquema argumentativo, se efetiva no discurso um deslizamento metonímico. Há violência contra a mulher (evidência primeira incontestável), uma violência que mata com índices alarmantes, violência física, psicológica, sexual, obstétrica, laboral, no espaço público, doméstico, laboral, no âmbito da saúde. Há violência contra a mulher pelo fato mesmo dela ser mulher: há, portanto, feminicídio. Esse é o elemento pré-construído que comparece na enunciação, inclusive na forma de uma nominalização – *os protestos contra a violência sofrida pelas mulheres* –, porém, nas condições de produção do acontecimento discursivo produzido pela convocação à *greve feminista*, o argumento da violência não só não é suficiente, mas desliza metonimicamente, numa cadeia de substituições que denuncia o sistema patriarcal presente na base das relações de produção capitalistas: a *violência dos homens* contra as mulheres, a *violência do patriarcado* contra as mulheres, a *violência do capitalismo* contra as mulheres e a *violência do neoliberalismo* contra



as mulheres<sup>13</sup>. A convocação à greve feminista, enquanto acontecimento discursivo que mobiliza diversas interpretações, produzindo novos sentidos no entremeio das repetições e deslocamentos de argumentos, atinge de uma vez só essas formas articuladas de opressão e dá visibilidade às relações de sobredeterminação que as atravessam. Uma das palavras de ordem largamente repetida durante as manifestações representa bem esse funcionamento:

- “Se a minha vida não vale, que produzam sem mim”

Não basta ir pra rua se manifestar coletivamente, tem que interferir na produção. Como aparece explicitado na matéria de Eliane Brum sobre o *Paro* das mulheres argentinas de outubro de 2016:

- *Não são apenas mulheres no lado de dentro das ruas, mas mulheres fora da produção.*

O ineditismo da prática se manifesta, também, nas cartilhas e folhetos divulgados pelas diversas organizações que se somaram à convocação de uma *greve internacional de mulheres* em 8 de março de 2017. Se os sentidos da designação são novos e deslocam filiações na memória, a prática que essa designação nomeia também o é, portanto é necessário orientar as mulheres sobre como participar e se manifestar. O recorte que segue traz algumas das instruções que circularam na época; atente-se ainda ao título da matéria: *8 de março de 2017: uma jornada histórica do movimento feminista*.

10. A organização das manifestações em Pernambuco divulgou algumas sugestões de como protestar neste 8 de março:

**No trabalho:**

- i. Parada total no trabalho ou nas tarefas domésticas e/ou de cuidado;
- ii. Parada de tempo parcial no trabalho ou nas tarefas domésticas e/ou de cuidado por meia hora ou uma hora, de acordo com a possibilidade de cada uma;

---

13 Referimos aqui aos trabalhos de Federici (2017, 2019).

- iii. Use elementos ou acessórios da cor roxa ou lilás na vestimenta, como fitas ou qualquer elemento que destaque;
- iv. Use as praguinhas que estaremos distribuindo nesse dia em apoio à luta pelos direitos das mulheres;
- v. Coloque panos roxos nos carros e nas casas;
- vi. Boicote locais machistas;
- vii. Não compre nada neste dia;

#### #NasRedes

- i. Participe do twitaço às 12h00 do dia 8 de março usando as *hashtags*: #8m #8mbrasil #paradabrasileirademulheres #euparo
- ii. Participe do Apitaço às 12h30
- iii. Grave vídeos de toda a intervenção que fizerem no 8 de março com as *hashtags*: #8m #8mbrasil #paradabrasileirademulheres #euparo
- iv. (Laercio Portela, *Jornal Marco Zero*, Recife, 18/03/2019. <http://marcozero.org/8-de-marco-de-2017-uma-jornada-historica-do-movimento-feminist>. Acesso em: 19 mai. 2021).

Nessa lista de instruções destacamos o fato de aparecer enumeradas<sup>14</sup> como elementos similares duas recomendações: parar de trabalhar (*parada total ou em tempo parcial no trabalho ou nas tarefas domésticas*) e parar de consumir (*não compre nada neste dia*). Por outro lado, o texto diferencia dois espaços para o agir/intervenção das mulheres: *no trabalho ou nas tarefas domésticas*, que são apresentados como opostos e não complementares, o que atualiza as evidências do discurso patriarcal que interpreta *tarefas domésticas* como não trabalho. Esse modo de textualizar a convocação na forma de uma cartilha ou manual de instruções projeta sobre o acontecimento os efeitos de um processo de manualização<sup>15</sup>: uniformizar sentidos e práticas, estabilizar interpretações, antecipar identificações e reconhecimentos na relação com o outro, delimitar e restringir o espaço para derivas possíveis. Trata-se de um esforço pedagógico que tenta conduzir a prática política de forma eficiente e homogênea, de modo a dar contornos nítidos a esse novo objeto discursivo: a *greve de mulheres*.

14 Remetemos ao trabalho de Guimarães (2009) sobre o funcionamento da enumeração.

15 Cf. García (2018), que descreve o funcionamento dos processos de manualização em relação ao funcionamento de cartilhas destinadas a promover o uso de uma linguagem não sexista.

Descrevemos agora um outro modo de textualização do político que trabalha na produção de sentidos para a *greve de mulheres*: trata-se da presença de enunciados definidores no discurso, que produzem um movimento de construção e fixação de um novo sentido para a designação da palavra *greve*. No recorte que segue, observamos o funcionamento de uma definição por oposição; o sentido da designação é explicado por diferença aos sentidos de outra designação, que já estão estabilizados como memória discursiva e dos quais a designação nova se afasta.

**11. Por que estamos chamando isso de greve? Uma greve de mulheres é diferente de uma greve geral.** A greve das mulheres surge da reflexão política e teórica sobre as formas concretas do trabalho feminino nas sociedades capitalistas. No capitalismo, o trabalho das mulheres no mercado formal é apenas uma parte do trabalho que realizam. As mulheres são também as principais realizadoras do trabalho reprodutivo – trabalho não remunerado que é igualmente importante para a reprodução da sociedade e das relações sociais capitalistas. A greve das mulheres destina-se a tornar este trabalho não remunerado visível e enfatizar que a reprodução social é também um local de luta. (Cinzia Arruza e Thithi Bhattacharya *O significado da greve das mulheres neste 8 de março* – Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br>. Acesso em: 3 mar. 2017, grifos nossos).

O funcionamento dos *enunciados definidores*<sup>16</sup> materializa no discurso uma outra dimensão do movimento político de construção do #8M e de mobilização para uma *greve de mulheres*. Faz parte do acontecimento um trabalho discursivo de *produção de conhecimento*, que investe na definição e delimitação dos sentidos para essa designação, elaborados a partir de uma posição feminista. Dessa maneira, no acontecimento da greve feminista encontramos articulados *uma prática política, um processo de subjetivação e de construção de novos coletivos de identificação, um esforço de renovação das formas de protesto cidadão, um exercício de*

16 Cf. SILVA (2013) para uma análise semântico-enunciativa de enunciados definidores na circulação cotidiana de textos, cuja forma sintática segue o esquema X é Y, embora essa articulação equativa entre os dois elementos não especifique uma relação de sinonímia. Ao contrário, conforme o autor, a definição informal pode ser descrita como uma operação de reescritura que produz sentido para a palavra definida pela integração de sentidos presentes nos enunciados do texto onde se encontra o enunciado definidor; é necessário considerar o texto globalmente e não somente a estrutura binária do enunciado definidor.

*resistência ao poder e a produção de conhecimento*, estando todos esses gestos imbricados em dois espaços: o da militância e o da academia, espaços que não podem ser separados e que permeiam inteiramente o conhecimento assim produzido. A convocação a uma *greve de mulheres* tem, então, *impacto epistemológico*, *mobiliza um ponto de vista feminista* na produção de conhecimento sobre a prática social e política da *greve* e também na produção de conhecimento sobre a língua, em particular na relação do léxico com a significação. Assim, a presença de enunciados definidores explicita o esforço por delimitar novos sentidos por oposição com sentidos já estabilizados: *uma greve de mulheres é diferente de uma greve geral*. No entanto, não encontramos no texto uma definição *stricto sensu* do que seja uma greve de mulheres nem do que ela significa: se diz o que não é, mas não se definem suas propriedades diferenciadoras. A produção e estabilização dos sentidos para a nova designação e para a nova prática se dão por meio de uma caracterização que envolve a representação de uma linha temporal na enunciação. A *greve de mulheres* significa por sua inscrição em uma história particular, a partir da qual se diz de onde vem essa prática (seu passado) e para ela onde vai (seu futuro):

- A greve das mulheres ***surge da reflexão política e teórica sobre as formas concretas do trabalho feminino nas sociedades capitalistas.***
- A greve das mulheres ***destina-se a tornar este trabalho não remunerado visível*** e enfatizar que a reprodução social é também um local de luta.

Dessa forma, a prática teórica se mostra como fundamento para a prática política, dando visibilidade às dimensões de sentido apagadas pela naturalização dos discursos dominantes (patriarcal e capitalista) e deslocando na língua os sentidos das palavras, por serem determinadas na sequência discursiva por novas especificações: *greve das mulheres* se distingue de *greve dos trabalhadores*, *greve operária*, *greve geral*.

Trazemos ainda um último recorte, para analisar o funcionamento da definição, que acontece por meio de processos de reformulação, que interpretam o *gesto do corpo* como a *enunciação de uma tomada de posição*:

12. **Retirar o corpo** da esfera concreta da produção e colocá-lo nas ruas **é dizer muito claramente** que aquele que assim se enuncia não é objeto em nenhuma posição. **É dizer também que** o corpo com desejo jamais será só objeto, nem mesmo na linha de produção capitalista. O que não há no estupro é justamente desejo. O que havia nas ruas da Argentina eram corpos desejantes (*EL PAÍS*, 24/10/2016, Eliane Brum, disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/24/opinion/1477313842\\_805785.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/24/opinion/1477313842_805785.html) , acesso em: 19 mai.2021 grifos nossos).

A primeira frase do recorte se mostra como reescritura da designação *greve de mulheres*, ou seja, ao redizer explicita seu sentido: a *greve de mulheres* consiste em *retirar o corpo da esfera concreta da produção e colocá-lo nas ruas*. Mas esta formulação é ainda retomada e reinterpretada por meio de duas definições: 1- *é dizer muito claramente que aquele que assim se enuncia não é objeto em nenhuma posição*. 2- *é dizer também que o corpo com desejo jamais será só objeto, nem mesmo na linha de produção capitalista*. Assim, o texto da matéria assinada por Eliane Brum destaca a existência de *corpos fora da produção que enunciam o desejo*. Neste trabalho interpretamos esse modo de dizer/fazer como um gesto de interpretação: a prática da greve e os dizeres que ela convoca instauram um *lugar de enunciação*, a partir do qual o sujeito se faz no ato de sua recusa e de sua demanda, urgente e necessária. Um ato irredutível, como nos lembra Foucault (2017 [1979]):

As insurreições pertencem à história. Mas, de certa forma, lhe escapam. O movimento com que um só homem, um grupo, uma minoria ou todo um povo diz: “Não obedeco mais”, e joga na cara de um poder que ele considera injusto o risco de sua vida – esse movimento me parece irredutível. Porque nenhum poder é capaz de torná-lo absolutamente impossível (FOUCAULT, 2017 [1979], s.n.).

Esse dizer desejante e corajoso atualiza no acontecimento da greve de mulheres mais uma filiação na memória discursiva, aquela que significa a *greve de mulheres* como *greve de sexo*, tal como compreendida na antiguidade clássica: a recusa das mulheres a satisfazer o desejo sexual dos homens, a ser seu objeto. A designação *greve de mulheres* produz sentidos equívocos que dialogam com aqueles já historicamente

estabilizados para significar a prática política exercida no espaço doméstico de escamotear o corpo aos desígnios impostos pelo homem, e os ressignifica no campo do desejo próprio. Desejo que, no caso das mulheres, oprimidas historicamente e impedidas de decidir, é desejo de liberdade, de autonomia, de espaço, de voz, de gozo. Pura pulsão de vida que teima em não ser morta nem silenciada.

## CONCLUSÕES

A convocação a uma *greve internacional de mulheres* ressignifica velhas práticas, num esforço de reposicionamento ideológico das lutas dos feminismos. Nesse movimento de atualização e deslocamento há um trabalho na língua e sobre a língua que afeta os processos de textualização que interpretam o acontecimento. Neste trabalho analisamos alguns deles: os deslizamentos metafóricos e metonímicos nos processos de nomeação que produzem as designações; os processos de articulação que constituem as sequências discursivas, produzindo encadeamentos argumentativos recorrentes e a clivagem sintática que caracteriza o enunciado dividido; a textualização na forma de cartilha e os efeitos desse processo de manualização; a presença de enunciados definidores e o investimento em um discurso que trabalha simbolicamente para fixar os novos sentidos das designações.

Nas análises apresentadas observamos que a designação e o objeto de referência são produzidos ao mesmo tempo, a partir de gestos de interpretação (ORLANDI, 1996). Nomear é produzir os objetos e os sujeitos discursivos a partir dos embates ideológicos que atravessam o interdiscurso. É em relação às outras designações com as quais se encontram em relação parafrástica no arquivo que as designações fixam seu objeto de referência e seus sentidos<sup>17</sup>. Assim, a designação *greve de mulheres* significa pelas operações de reescritura e reformulação que irrompem com o acontecimento discursivo.

---

17 Cf. Zoppi Fontana (1999).

Por outro lado, os processos de designação, ao fornecer os pontos de estabilização referencial necessários para a prática enunciativa do sujeito na sua relação contraditória com o real que o afeta, se constituem como *processos de subjetivação*, não só em relação ao funcionamento dos nomes próprios, mas também e fundamentalmente em relação a todas as construções (morfos)sintáticas que referem a/predicam de o sujeito do discurso<sup>18</sup>. Para tanto, entendemos:

O sujeito como processo (de representação) interior ao não sujeito constituído pela rede de significantes: o sujeito é “preso” nessa rede – “nomes comuns” e “nomes próprios”, efeitos de shifting, construções sintáticas, etc. – de modo que o sujeito resulta dessa rede como “causa de si” no sentido espinosano da expressão (PÊCHEUX, 1975, p. 157).

Ao convocar a uma *greve internacional de mulheres* ou *greve feminista*, os diversos movimentos sociais envolvidos na sua organização investiram na reconfiguração do espaço simbólico a partir do qual um dizer legítimo sobre e das mulheres pôde irromper no discurso social e circular com força de ruptura e deslocamento em relação aos sentidos já estabilizados como evidência na memória discursiva. Assim, ao enunciar a denúncia por meio de uma prática de manifestação pública e de greve geral, os movimentos de mulheres ocuparam um *lugar de enunciação*, a partir do qual o discurso contra o feminicídio e pela equidade de gênero nas relações sociais, pode se aliar a um discurso que ousou nomear e dessa maneira deu visibilidade ao trabalho reprodutivo e de cuidado que o sistema patriarcal atribui às mulheres de forma naturalizada. Convocar a uma greve só de mulheres em que elas parem absolutamente todas as tarefas que realizam em todos os espaços em que circulam produz o escândalo de nomear o silenciado, ao ousar dizer o que todo mundo sabe, mas ninguém enuncia. Como afirma Delphy (2008), o “escândalo não é que o imperador esteja nu, mas que alguém ouse dizê-lo”. Trata-se de um ponto de inflexão, de não-retorno; essa é a dimensão de acontecimento discursivo da *greve de mulheres*.

---

18 Cf. Zoppi Fontana (2003).

## REFERÊNCIAS

- COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político**. O discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução e Revisão técnica C. Piovezani, M. C. Leandro Ferreira e V. Sargentini. São Carlos: EdUFSCar, 2009 [1. ed. fr. 1981].
- DELPHY, C. Um mouvement, quel mouvement? In: DELPHY, C. **Classer, dominer. Qui sont les «autres»?** Paris: La Fabrique, p. 161-173, 2008.
- DIAS, C. **Análise do discurso digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes Editores, 2018.
- GADET, F.; M. PÊCHEUX. **A língua inatingível**. O discurso na história da linguística. Tradução B. Mariani e M. E. Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004 [1. ed. fr. 1981].
- GARCIA, D. Sexisme et féminisation de la langue: un processus de manuélisation. **Linguagem em (Dis)curso**, 18(3), p. 471-484, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-180302-11117>.
- GUIMARÃES, E. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, 51(1), p. 49-68, jan./jun. 2009.
- GUIMARÃES, E. **Análise de textos**. Campinas: Pontes Editores, 2011.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.
- FOUCAULT, M. É inútil revoltar-se. Tradução V. L. Avellar Ribeiro. **Machine Deleuze**, 8-4, 2017. 1. ed. in *Le Monde*, n. 10.661, 11-12 maio 1979, ps. 1-2, 2017. Disponível em: <https://machinedeleuze.wordpress.com/2017/04/08/e-inutil-revoltar-se-por-michel-foucault/>. Acesso em:
- FREUD, S. A repressão. In: **Obras Completas**. v. 12. São Paulo: Companhia das Letras, p. 61-112, 2005.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências da Análise do discurso**. Campinas: Pontes Editores 1989.
- MANSUR GUÉRIOS, R. **Tabus linguísticos**. Rio de Janeiro: Organização Siniões, 1956.
- ORLANDI, E. **As formas do silêncio**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.



ORLANDI, E. **Interpretação**. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

PARKER, L. **La revolución de las mujeres**. Buenos Aires: Edivim, 2016.

PEREIRA, D. D. da S. **Funcionamento discursivo das hashtags**: um olhar para a #somostodos. Dissertação de Mestrado. Unicamp/IEL. Campinas, SP. [s.n.], 2018.

SILVA, M. C. da. **Um estudo sobre o funcionamento semântico-enunciativo de enunciados definidores constituídos por “é quando”**. Dissertação de Mestrado. Unicamp/IEL. Campinas, SP. [s.n.], 2013.

ZOPPI FONTANA, M. É o nome que faz fronteira. *In*: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M.C. (org.). **Os múltiplos territórios da Análise do discurso**. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, p. 202-215, 1999a.

ZOPPI FONTANA, M. Identidades (in) formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. *Organon*, 17 (35), p. 245-282, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/30027>. Acesso em: 19 mai.2021.

# BARBIES PERFEITAS: O ANTIFEMINISMO CONTEMPORÂNEO

Luciane de Paula (UNESP)  
Laura Pereira Teixeira (Mestre UNESP)

As possibilidades para as mulheres se tornaram tão ilimitadas que ameaçam desestabilizar as instituições das quais depende uma cultura dominada pelos homens; e uma reação coletiva de pânico por parte de ambos os sexos forçou a busca de imagens contrárias (WOLF, 2020, p. 21).

## REFLEXÕES INICIAIS

No decorrer dos últimos dois séculos, diversas foram as conquistas das mulheres, graças à mobilização e luta dos movimentos feministas, marcados pelo que se convencionou chamar “ondas” do feminismo<sup>1</sup>. Se no início das manifestações as reivindicações se voltavam a direitos iguais e à revolução sexual, nas últimas décadas as demandas foram ampliadas e se diversificaram, pois compreendem agora a luta pela

1 Quando tratamos do feminismo dos últimos séculos ou pensamos as três “ondas” do feminismo, com seus desdobramentos e pluralidades (o liberal, o radical e o negro, por exemplo), não desconsideramos as lutas das mulheres ao longo da história. Ao contrário. Graças às designadas na Idade Média “bruxas”, como podemos ler no *Malleus Maleficarum* – *O martelo das feiticeiras* (na nova edição, renomeado como *O martelo das bruxas*), escrito em 1487, pelos inquisidores Kramer e Sprenger (2015), as mulheres conseguiram se organizar mais e melhor, manifestando-se publicamente, o que originou muitos movimentos de luta por equidade, como o feminista. Graças a muitas mulheres queimadas nas fogueiras por resistirem, questionarem, viverem de outras formas, expressarem seus saberes, criticarem valores estabelecidos é que, hoje, podemos estar aqui, fazendo essas reflexões, atuando profissionalmente e nos empoderando de nossas vozes, valores e de nós mesmas.

liberdade de gênero, o fim da cultura de estupro e o rompimento com as ditaduras da beleza, para citar apenas algumas.

Contudo, em uma sociedade patriarcal e machista, hipermoderna (LIPOVETSKY, 2004), de cultura híbrida (CANCLINI, 2013) e hipercultural (HAN, 2019), pautada no cansaço (HAN, 2014) do trabalho 24/7 (CRARY, 2016) e na transparência (HAN, 2017), com *selfies* e demais registros fotográficos, em vídeos e *check in* de vida perfeita e feliz (conhecida, no Brasil, pelo senso comum, como “família de comercial de margarina”), romper com as amarras sociais que estabelecem padrões de mulher e de feminino é tarefa complexa.

A divulgação de imagens de sujeitos tomados como “perfeitos” é feita de maneira intensa pelas mídias (em revistas, propagandas, filmes e, mais recentemente, nas redes sociais), em um processo incessante que dita padrões de beleza para as mulheres já arraigados no imaginário social. O modelo Barbie, instaurado pela *Mattel* desde 1959, é ainda incentivado e educa meninas (ROVERI, 2008) desde a mais tenra idade.

Podemos reconhecer a Barbie em mulheres-bonecas adultas reais que tentam reproduzir o que tem sido denominado, a partir de uma matéria da revista *Veja* (2016), como o modelo “bela, recatada e do lar”. Wolf (2020), ao estudar o que denomina como “mito da beleza”, trata, ainda que indiretamente, da reação da sociedade contra o feminismo, ao demonstrar as estratégias de fragilização do corpo da mulher, realizadas por diversas esferas sociais, a tal ponto que esses mecanismos são incorporados pelas mulheres como uma espécie de substituição da Mística Feminina, explicitada por Friedan (1971), em que a própria mulher assume um papel a ela atribuído e tenta incorporar um padrão, contra si mesma.

Podemos elencar muitos exemplos de discursos que caracterizam as mulheres como sujeitos inferiores aos homens, em um nítido estabelecimento de legitimação da desigualdade entre gêneros e da dominação falocêntrica (SAFFIOTI, 1987). De Eva, com seu fruto proibido, que a levou à expulsão do Paraíso; Pandora e sua curiosidade, que condenou o mundo (dos homens) a viver sob males; até a feminista “feia”, “que não se depila” e contraria seu (suposto) papel, estabelecido “por Deus”.

Enfim, diversos mitos têm sido atribuídos às mulheres para afirmar sua posição como “segundo sexo”, conforme Beauvoir (2009a, 2009b).

O feminismo é, para além de um debate sobre a igualdade de gêneros, uma pauta política e, por isso mesmo, é modificado de acordo com as ideologias políticas vigentes em cada momento histórico. Recentemente tem sido possível observar, no mundo, o surgimento e a intensificação de movimentos de oposição ao feminismo e às feministas, em um momento em que partidos de direita e extrema direita ascendem com governantes em diversos países, como os Estados Unidos, com Donald Trump e o Brasil, com Jair Bolsonaro.

Com isso, os valores da extrema direita têm ganhado mais visibilidade, como aqueles comumente atrelados à religião, à família nuclear heteronormativa, a determinada moral e “bons costumes”, dentre outros. Nesse contexto, surge o movimento *TradWives*, que reúne mulheres do mundo todo em grupos na internet, em defesa de padrões de gênero e hábitos ultratradicionais. Esse movimento, que tem se expandido cada vez mais nas mídias, é composto, principalmente, por mulheres brancas e de condição financeira abastada, que afirmam que ser esposa tradicional é uma escolha e um estilo de vida que prega boas maneiras, cuidado com a casa, marido e filhos, além do antifeminismo [sem se aperceberem que só podem ter inclusive essa escolha (ou qualquer outra) graças ao feminismo].

O movimento *TradWives* pode ser compreendido como força centrípeta (centralizadora, que tenta ser hegemônica) responsiva à força centrífuga (dispersiva, que resiste às dominações) da terceira onda feminista. O termo, *Trad* – abreviatura de *traditional*, em inglês, que significa tradicional – e *Wives* – plural de *wife*, em inglês, que significa esposa –, é uma expressão que significa, literalmente, esposas tradicionais, mas tem sido traduzido, aqui no Brasil, por “donas de casa tradicionais” e é inspirado na eugenia<sup>2</sup> norte-americana, italiana (fascista) e alemã (nazista), com o objetivo de dar vãsão aos valores supremacistas brancos e consiste no ato “voluntário” (aparentemente espontâneo, dada a naturalização produzida ideologicamente) da servidão da mulher aos filhos, à casa e,

2 Sobre a eugenia neste momento histórico no Brasil e seus elos enunciativos com outros momentos históricos e outras culturas (como a estadunidense, a italiana e a alemã), ler Paula e Lopes (2020).

principalmente, ao marido, uma vez que uma das “máximas” pregadas por esse movimento é a de que o homem precisa, sempre, ser agradado, sem ouvir não e com sua (e esse possessivo é importante) esposa como “objeto cama e mesa” (STUDART, 1974) à sua disposição “24/7”, como nomeia Crary (2016) o trabalho incessante, conhecido como “24 horas por dia”, numa desigualdade hierárquica e de dominação flagrante entre homem e mulher.

De onde surgiu essa ideia e como se transformou em um movimento viral pelo mundo<sup>3</sup> em pleno século XXI? O movimento não possui uma data específica que marque seu surgimento. Mas, a partir de buscas feitas na internet, observamos que postagens, reportagens e matérias relacionadas ganharam maior visibilidade a partir de 2019 e têm se destacado em 2020. Alguns grupos de mulheres se inspiraram no que entendem ser uma época dourada: os anos 40, 50 e 60 (final da II Guerra Mundial e pós-guerra) do século XX. Alena, *tradwife* expoente e divulgadora do movimento com seu site e livros, afirma ter capitaneado esse desejo das mulheres, segundo ela, tornado tabu pelo feminismo. O movimento é composto, majoritariamente, por mulheres (mas também homens que o incentivam) brancas e de alta classe socioeconômica, é fundamentalista<sup>4</sup> (com raízes, principalmente, em determinadas igrejas evangélicas e católicas) e antifeminista.

---

3 Dentre os países que pesquisamos, encontramos muitas adeptas na Austrália, na Índia, na França, na Inglaterra, principalmente, nos EUA e explodiu no Brasil agora, entre o final de 2019 e 2020.

4 Em diversos vídeos e em páginas do movimento, as autodenominadas *TradWives* (muitas, pastoras ou fiéis ativas de determinadas igrejas) afirmam que sentem que nasceram para serem mães e donas de casa, tendo como noção de felicidade casar e ser mãe. Essa questão da biologia (a anatomia, os hormônios etc) e da religião, que usa, tanto as características biológicas, quanto uma dada interpretação bíblica, especialmente, do Velho Testamento (e, em especial, do Livro do Gênese) para determinar e justificar o papel da mulher na sociedade patriarcal é o foco argumentativo combatido por Beauvoir (2009a, 2009b), que entende o quanto a construção ideológica de um signo em ato pode se cristalizar, criando arquétipos e “verdades absolutas” (Istina – BAKHTIN, 2010) difíceis de serem contestadas porque enraizadas nas sociedades e nas culturas (BAKHTIN, 2017) como “naturais”, ainda que integrem um processo social que valoriza a mulher como o que a estudiosa chama de “segundo sexo”. Nessa direção, Badinter (1985) estuda a naturalização do “amor materno” como “instinto” que, conforme demonstra a pesquisadora, também é social e não biológico. A partir desses estudos, perguntamos: a voz assumida como das mulheres (emotivo-volitivamente expressa) é mesmo delas, se a escolha feita e a ideia de felicidade é “natural” (“nasceu” com elas) ou se essa voz é a do patriarcado que, continuamente, produz diversos enunciados, de diferentes gêneros, que circulam nas mais variadas esferas, para inculcar determinados valores (sociais, econômicos, culturais e até mesmo emocionalmente) como modelares?

As *TradWives* se pautam no direito de querer ser esposa e dona de casa, com seus “*white people problems*”<sup>5</sup>. E alegam que o feminismo “atrapalhou” a vida da mulher porque instaurou a competição das mulheres com os homens no mercado de trabalho e desestruturou a família – argumento muito utilizado nos anos 50, nos Estados Unidos, quando os homens voltavam da guerra para suas casas, precisavam de seus empregos de novo e, com isso, o Governo encomendou campanhas publicitárias de estímulo à volta da mulher para casa, com o pretexto de que sua função era cuidar do marido e dos filhos. A única permissão para as mulheres terem saído de casa e assumido funções de trabalho naquela sociedade naquela época ocorreu para que a economia não tivesse prejuízo (afinal, “*time is money*”) enquanto os homens estivessem fora. As mulheres iam trabalhar para “ajudar o país” e colaborar com seus maridos (sendo, por exemplo, enfermeiras, cuidando dos feridos de guerra). Agora, na contemporaneidade, com o desemprego em alta, esse argumento de competitividade ressurge.

As *TradWives* desprezam as lutas das mulheres e os direitos adquiridos (dentre eles, o de trabalhar fora – antes um ato proibido ou consentido, por autorização escrita e assinada, pelo pai ou pelo marido) e não se enxergam dependentes dos homens porque veem o dinheiro que eles ganham como da casa (logo, delas também). Dizem que, enquanto eles trabalham para ganhar dinheiro, elas cuidam “do resto” (e falam dessa forma, como se tudo o mais fosse menor, sem se aperceberem o quanto se menosprezam ao assumirem esse discurso/postura).

Filiadas aos pressupostos teóricos bakhtinianos, analisamos aqui enunciados que demonstram o embate entre o feminismo e o antifeminismo na contemporaneidade, explicitando a ação das forças centrípetas e centrífugas em embate na arena discursiva.

O método adotado é o dialético-dialógico, conforme elencado por Paula, Figueiredo e Paula (2011), a partir dos estudos bakhtinianos, que prevê o constante movimento de diálogo entre sujeitos e linguagem, num movimento dialético espiral entre contrários e contraditórios sem

5 A expressão em inglês, que significa, em português, “problemas de pessoas brancas”, tem sido usada para designar pequenos problemas ou dramas, considerados fúteis (como comprar algo de determinada marca ou reclamar que precisa usar algo de “qualidade”/status “inferior” etc.), diante de outras questões, tão graves que nossa sociedade precisa resolver (como a miséria, a desigualdade social, racial e de gênero, entre outros).

solução. Por meio do cotejo, explicitamos as diferentes vozes e significações envolvidas em nosso *corpus*, composto por um vídeo da BBC do movimento *TradWives*, relacionado ao filme *Mulheres Perfeitas* (2004) e *posts* da *Barbie* sobre feminismo e feminino.

A estrutura do texto se organiza de maneira dialogada (a teoria aparece junto à análise situada/historicizada para, de fato, fundamentá-la) e se constitui como um exercício analítico acerca das valorações atribuídas à mulher, tendo como foco as oposições coexistentes “feminismo e antifeminismo”, tão em voga na contemporaneidade, a fim de contribuir com uma reflexão que se pauta na relevância social dos estudos<sup>6</sup> realizados.

## /// COMO EM 1959, O ANTIFEMINISMO DE 2020

Em janeiro de 2020, a BBC postou no seu canal *BBC Stories*, do YouTube, um documentário curto com Alena Kate Pettit, uma *tradwife influencer*, intitulado *Submitting to my husband like it's 1959: why I became a TradWife?*<sup>7</sup>. Alena se dedica a cuidar do marido e dos filhos, escrever livros sobre casamento tradicional, submissão feminina, etiqueta e boas maneiras, assim como fundou a *The Darling Academy*<sup>8</sup>. Após a produção do documentário, Alena participou de diversos programas britânicos de TV e ganhou destaque na internet, o que ajudou a ampliar o movimento das esposas tradicionais pelo mundo. A abertura do vídeo:

6 Este artigo integra as pesquisas das duas autoras, uma vez que uma se volta às questões sobre mulheres e feminismo e a outra desenvolveu seu mestrado sobre a Barbie, sob a orientação da primeira, intitulada Bem Barbiezinha...Fascista: análise bakhtiniana de vozes sociais sobre mulheres (TEIXEIRA, 2021).

7 Tradução: Submetendo-me ao meu marido como se fosse 1959: por que me tornei uma *tradwife*. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=ZwT-zYo4-OM&ab\\_channel=BBCStories](https://www.youtube.com/watch?v=ZwT-zYo4-OM&ab_channel=BBCStories). Acesso em: 28 ago 2020.

8 Um *site* britânico com ensinamento de “boas maneiras”, receitas, conselhos, etiqueta, posturas, vocabulário e reflexões em forma de artigos sobre o que é e como ser uma *tradwife* “perfeita” – inclusive com base em cinco lições, ensinadas por Alena. A página é repleta de imagens de propagandas e cartazes dos anos 50, enunciados todos com mulheres brancas, aparentemente felizes, seja servindo ao homem seja realizando alguma tarefa de casa, conforme pode ser visualizado em: <https://www.thedarlingacademy.com/>. Acesso em: 26 set 2020. Esse tipo de propaganda, encomendada pelo Governo nos anos 50, como já mencionado, também abre o filme *Mulheres Perfeitas*, aqui colocado em cotejo, pois trata-se de propagandas históricas icônicas do antifeminismo norte-americano, recuperadas em diversos outros enunciados, de gêneros variados, quando a temática da “mulher tradicional” vem à tona.

Figura 1: Sequência de abertura do vídeo



Fonte: *Submitting to my husband like it's 1959* (2020)<sup>9</sup>

Na abertura, conforme a Figura 1, o movimento da câmera nos coloca em cena, como se estivéssemos no local da gravação. No primeiro fotograma, a câmera mostra um vaso de flores em frente a um quadro com a frase “*Truly great*” em caixa alta, sobreposta à bandeira da Inglaterra. Em seguida (fotogramas 2 e 3), Alena caminha por sua casa e ajusta equipamentos de vídeo. No fotograma 4, a câmera de Alena fica em primeiro plano e, ao fundo, ela se encontra atrás de uma tábua de passar roupas.

O quadro do primeiro fotograma, mais que um simples objeto de decoração, reflete e refrata um valor caro ao movimento *TradWives*: o nacionalismo. A frase “*Truly great*” (em português, “Verdadeiramente grandioso”) demonstra o orgulho de Alena por ser britânica. A ideologia ufanista é expressa pela bandeira da Inglaterra enquadrada/emoldurada, logo, “tradicional”/conservadora. A bandeira, como apontam Paula e Oliveira (2020), a partir dos estudos de Volóchinov (2017, 2013), é um signo ideológico, pois semiotiza axiologias de dado grupo social (no caso, de sujeitos conservadores). Isso ocorre porque

O signo não é somente uma parte da realidade, mas também reflete e refrata uma outra realidade, sendo por isso mesmo capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico e assim por diante. As categorias de avaliação ideológica (falso, verdadeiro, correto, justo, bom etc.) podem ser aplicadas a qualquer signo. [...] Onde há signo há também ideologia. *Tudo que é ideológico possui significação signica* (VOLÓCHINOV, 2017, p. 93, grifos do autor).

O nacionalismo exacerbado é uma axiologia muito acionada pelos movimentos ultraconservadores. Em diversos países do mundo,

9 Sequência de fotogramas, respectivamente, de: 00:00:00, 00:00:01, 00:00:02 e 00:00:04.



principalmente aqueles que possuem governantes vinculados à extrema direita e com posturas fascistas, como é o caso do Brasil, dos Estados Unidos da América, da Ucrânia e de Israel atualmente, os movimentos antifeministas, segregacionistas, anti-imigração, dentre outros, ganham maior visibilidade e adeptos (já que estimulados institucionalmente), como temos acompanhado nos noticiários. Carapanã (2018) explica a função do nacionalismo como elemento que conglera o conservadorismo, o libertarianismo e o reacionarismo, com um saudosismo em apologia a “anos dourados” de passados heroicos nem sempre existentes. Afirma o autor que

Há um aglomerado ideológico mais ou menos coeso que é chamado de nova direita, na qual misturam-se ideais do *conservadorismo, do libertarianismo e do reacionarismo*. A essas ideias somam-se outras que remetem à apologia do eugenismo e da segregação racial que fazem com que a nova direita flerte, de maneira consciente ou inconsciente, com construtos que remetem ao nazismo e ao fascismo (CARAPANÃ, 2018, p. 34, grifos nossos).

O ufanismo é um dos traços de crença na supremacia e elemento basal de regimes de governos totalitários, como o fascismo de Mussolini e o nazismo de Hitler. Assim, uma bandeira enquadrada, mesmo não heasteadada, como se encontra, em cima de um móvel, como aparece na abertura do vídeo, como porta de entrada da casa de Alena e do movimento *TradWives*, remete a esses valores, dialogicamente.

Os outros (próximos) dois fotogramas mostram o quanto Alena produz sua casa como um *studio*, posicionando a câmera, escolhendo o foco etc para, por fim, posicionar-se atrás da tábua de passar, com um ferro na mão e uma camisa do marido na tábua. Os três últimos fotogramas revelam o olhar da BBC sobre a produção de Alena, uma vez que a câmera que filma toda a cena é localizada atrás da câmera de Alena e, com isso, mostra o quanto sua casa se torna cenário para a produção da produção de seu vídeo (a BBC grava a gravação de Alena para sua comunidade). Com esse projeto de dizer arquitetônico, o canal inglês apresenta o seu olhar sobre o movimento *TradWives* e revela o quanto a gravação feita em casa não é uma produção doméstica e casual, mas, ao contrário, ela é pensada e elaborada para construir o sentido de casualidade, perfeição, simplicidade e

felicidade de maneira calculada (preparada com cuidado: luz clara, imagem feita durante o dia, casa clara, tons pastéis que remetem ao clássico/tradicional – até a camisa do marido que Alena passa é rosa e combina com os tons pêssego, salmão e areia dos móveis, da parede e das cortinas).

Em geral, não apenas nessa produção da BBC, mas em outros vídeos e páginas do movimento *TradWives* e mesmo em filmes (como, por exemplo, em *O sorriso de Monalisa* e *Mulheres Perfeitas* – esse, a ser utilizado como cotejo neste artigo), cartazes de propagandas (como as encomendadas pelo Governo norte-americano nos anos 50), entre outros enunciados que se referem aos anos 40 na Inglaterra e aos anos 50 nos Estados Unidos, a predominância de tons pastéis, com tomadas em ambientes fechados (casa), claros e *clean*, repletos de flores (seja em vasos de decoração, como aparece no fotograma de abertura da BBC, seja em papéis de parede, roupas de cama e roupas das mulheres, sempre arrumadas – comumente, com vestidos estampados com flores pequenas que remetem a delicadeza e feminilidade – como se fossem sair de casa, à espera do marido, maquiadas e bem penteadas), com foco nas mulheres em afazeres domésticos, com crianças ou servindo seus maridos é uma tônica constante.

No caso da produção da BBC, Alena destoa dessa imagem por estar de calça, jeans e preto, ainda que a blusa seja tradicional (um suéter de *tricot*). As flores (margaridas, que remetem à simplicidade do campo, com cores claras – branco e amarelo), num fundo azul-celeste, como podemos ver no terceiro fotograma da Figura 2, voltam a aparecer, de novo com destaque (como aparece no primeiro fotograma da Figura 1, em primeiro plano), estampadas na tábua de passar, em close, de cima, pegando quase toda a tela.

Figura 2: Por que me tornei uma #Tradwife?



Fonte: *Submitting to my husband like it's 1959* (2020)<sup>10</sup>

10 Sequência disponível em *Submitting to my husband like it's 1959* (2020), respectivamente em 00:00:09, 00:00:11 e 00:00:13.

Na sequência da Figura 2, Alena se apresenta e descreve os conteúdos que aborda em seu canal: etiqueta, estilo de vida que designa como “feminino”, serviços domésticos e sobre ser uma esposa tradicional. O segundo fotograma foca a peça de roupa que Alena passa: uma camisa masculina. O terceiro, mencionado anteriormente, apresenta, além das flores estampadas na tábua de passar, sobre ela, a pergunta “Por que me tornei uma *#TradWife*?”<sup>11</sup>, que desencadeia o conteúdo temático a ser exposto no vídeo, com a composição formal e o estilo (BAKHTIN, 2015) da BBC: um relato de Alena sobre seus motivos pra adotar esse comportamento e estilo de vida, assim como para fundar o movimento *TradWives* para estimular outras mulheres como adeptas do que entende ser um desígnio da mulher.

A partir dessa sequência (00:00:09), Alena começa a descrever sua rotina como *TradWife* para responder (com palavras e atos) ao questionamento expresso no terceiro fotograma. Aos 21 segundos, ela afirma que “não esperaria que meu marido voltasse para casa após um longo dia de trabalho e tivesse que cozinhar para mim porque meu papel é estar em casa, meu trabalho é essencialmente doméstico”<sup>12</sup>. Essa declaração é proferida enquanto Alena utiliza uma máquina de lavar roupas e, logo depois, aparece em um supermercado fazendo compras para a casa. Tanto a construção do documentário, que privilegia mostrá-la no ambiente doméstico, ao executar tarefas que envolvem o cuidado com a casa e a família, quanto as declarações de Alena, demonstram a relação intrínseca do movimento *TradWife* com a noção de que o lar é o lugar em que a mulher deve exercer seu papel.

Ao pensarmos no título do vídeo, *Submetendo-me ao meu marido como se fosse 1959*, bem como na música que é reproduzida nos segundos iniciais, além da postura, fala e decoração da casa de Alena, fica explícito ao espectador o desejo de retornar para o modo de vida dos anos 50. Esse período, conhecido como *Anos Dourados*, compreendeu o momento em que os homens retornavam da Segunda Guerra Mundial e,

11 Tradução das autoras do enunciado “*Why became a TradWife?*”, estampado, em caixa alta e negrito, de cor branca, sobre a tábua de passar roupas azul, estampada de margaridas, de maneira “chapada”.

12 Trecho traduzido pelas autoras a partir do original em inglês: “I wouldn’t kind of expect my husband to come home from a long day’s work and have to cook for me because my role is at being at home, my job is essentially housework”. Disponível entre 00:00:21 e 00:00:31.

em consequência, as mulheres eram incentivadas a abandonar as tarefas que desempenhavam fora dos lares, substituindo a mão de obra masculina durante a guerra. Nesse contexto é que as revistas femininas<sup>13</sup> da época disseminaram em todo o mundo o padrão de mulher e esposa ideal (*TradWife*), pela afirmação da importância da submissão, da honra, do recato, do casamento e da maternidade como único caminho possível de realização da mulher (colocados, esses valores, como dela).

Com isso, o espaço doméstico volta a ser o “lugar de mulher” que, independente de suas ambições individuais, deve se dedicar exclusivamente à casa e à família por ser considerada, pela sociedade patriarcal, como inferior, como “segundo sexo”, assim como postula Beauvoir (2009). Na justificativa dessa inferioridade, a força física masculina aparece como argumento que, de acordo com Saffioti (1987, p. 12), não se sustenta:

O mero fato de a mulher deter, em geral, menos força física que o homem seria suficiente para “decretar” sua inferioridade? Os fatos históricos indicam que não. Somente para ilustrar esta questão, evoca-se o fato de que em todos os momentos de engajamento de um povo em uma guerra, via de regra, os homens são destinados ao combate, enquanto as mulheres assumem as funções antes desempenhadas pelos elementos masculinos. Por que são elas capazes de trabalhar em qualquer atividade para substituir os homens-guerreiros, devendo retornar ao cuidado do lar uma vez cessadas as ações bélicas?

Contudo, esse argumento ainda impera como “verdade” (*pravda* – BAKHTIN, 2010) ética para Alena, que acredita e afirma que seu marido possui, sim, maior força física e emocional que ela e esse é, a seu ver, um dos motivos pelos quais ela se sente protegida pelo mesmo. Esse ponto de vista representa não apenas a visão individual desse sujeito, pois reflete e refrata a voz social de um grupo que apoia e assume o movimento de esposas tradicionais por acreditar que a mulher é inferior

---

13 No Brasil, por exemplo, revistas femininas como *Jornal das Moças* (1914-1965), *Querida* (1954-1968) e *Vida Doméstica* (1920-1962) eram consideradas leituras obrigatórias para as mulheres e traziam em seu conteúdo conselhos sobre como ser uma boa esposa, receitas culinárias, pontos para bordado e dicas de moda.

ao homem. Em um outro momento, em entrevista<sup>14</sup> para um canal local britânico, também da emissora *BBC*, após ser questionada pelo repórter David Garmston se, além de se submeter, também obedece a seu marido e faz uso dessa expressão em seu casamento, Alena responde que sim e que não vê problema nisso:

Sim. E não tenho problema com isso. Compreendo que as pessoas têm problema com a palavra obedecer e também entendo que não gostam da palavra submeter, mas a definição no dicionário dessas palavras diz que significam aceitar ou se render a uma força superior ou a uma pessoa mais forte.

Não estou dizendo que meu marido seja uma força superior, mas em muitas coisas *ele é sim uma pessoa mais forte: ele é menos emocional para determinadas coisas, é mais prático em outras* (SUBMIT, 2020, *on-line*, tradução e grifos nossos).

Alena defende que a maneira com que compreende o significado dos verbos “obedecer” e “submeter” difere do que pensam as pessoas que se opõem ou que não fazem parte do movimento *TradWives*. Em seu discurso, a valoração dessas palavras é apresentada por ela a partir do olhar de seu grupo social (de classe alta, supremacista e machista), que pode fazer a escolha de permanecer em casa e se dedicar ao trabalho doméstico (essa não é a situação da maioria das pessoas, em especial, das mulheres, principalmente as brasileiras que, segundo o IPEA, configuram-se como chefes de família – sozinhas, sem companheiros – de 43% das famílias brasileiras, sendo que, desse percentual, 30% têm filhos e apenas 13% não, o que reflete e refrata a disparidade econômica e o machismo acentuados no país). Podemos explicar essa diferença de atribuição de valores aos signos por sujeitos de diferentes grupos e classes sociais, gêneros, faixas etárias, inclinações políticas, dentre outros, porque

A palavra não é apenas o mais representativo e puro dos signos, mas também um *signo neutro*. Todos os demais materiais sígnicos são especializados em campos particulares da criação ideológica. Cada campo possui seu próprio material ideológico

14 *Submit & Obey, within a Modern Marriage*. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=OLmPRYIIItUA&ab\\_channel=TheDarlingAcademywithAlenaKatePettitt](https://www.youtube.com/watch?v=OLmPRYIIItUA&ab_channel=TheDarlingAcademywithAlenaKatePettitt). Acesso em: 28 ago. 2020.

e forma seus próprios signos e símbolos específicos inaplicáveis a outros campos. Nesse caso, o signo é criado por uma função ideológica específica e é inseparável dela. Já a palavra é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Ela pode assumir *qualquer função ideológica*: científica, estética, moral, religiosa (VOLÓCHINOV, 2017, p. 99, grifos do autor).

A questão da neutralidade do signo não está relacionada à isenção. Pelo contrário. Quando Volóchinov afirma que a palavra é um signo neutro, refere-se à capacidade de receber e ser impregnada com os mais diversos sentidos ideológicos. A palavra é prenhe de sentidos, é profícua (MEDVIÉDEV, 2012; VOLÓCHINOV, 2013). Justamente por isso precisamos analisá-la em ato, pois, em funcionamento é que as vozes sociais enunciam os discursos, do seu “lugar de fala” (RIBEIRO, 2019). A linguagem é social e exprime as significações e valorações impregnadas pelos sujeitos.

Compreender a ascensão de movimentos como o *TradWife* nos auxilia a refletir acerca das ideologias presentes e em movimento na sociedade. As aparições de Alena em programas televisivos impulsionaram tanto o movimento quanto suas redes sociais, o que demonstra maior interesse (de mulheres e homens) sobre o assunto. Seu *Instagram* possui pouco mais de 16 mil seguidores, enquanto seu canal no *YouTube* tem mais de 5 mil inscritos. No *Facebook*, Alena administra um grupo privado, destinado exclusivamente a esposas tradicionais ou que assim desejam ser, e possui, até o momento, mais de 2 mil participantes. Ao levarmos em consideração esses números, juntamente com o fato de que Alena tem dois livros publicados, podemos refletir sobre o alcance do movimento não só na Inglaterra, mas no mundo todo.

No site oficial *The Darling Academy*, Alena publica matérias e postagens de cunho pessoal. Em muitas delas, o orgulho de ser uma *tradwife* fica explícito, assim como seu desejo de retornar para os anos 50. No vídeo da BBC, aos 00:02:04 minutos, ela diz que “[...] nesse período, era possível deixar a porta da frente aberta, sabendo que você estava seguro e você conhecia seus vizinhos de rua”<sup>15</sup>, o que revela um saudosismo utópico que desconsidera os problemas da época, pela visão romantizada de

15 Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=ZwT-zYo4-OM&ab\\_channel=BBCStories](https://www.youtube.com/watch?v=ZwT-zYo4-OM&ab_channel=BBCStories), a partir de 00:02:04 a 00:02:10. Acesso em: 10 set. 2020.

família, que remete aos contos de fada e filmes de princesas. Isso pode ser comprovado aos 00:03:31, pela fala de Alena a respeito de quando conheceu seu marido: “foi como se o conto de fadas tivesse se tornado realidade”.

Em uma das matérias de seu *site*, Alena faz referência a *Stepford*, uma cidade fictícia do filme *Mulheres Perfeitas* (2004), em que afirma ter orgulho por ser uma esposa tradicional:

Figura 3: A nova *Stepford*



Fonte: *The Darling Academy*, 2020, on-line<sup>16</sup>

O enunciado fílmico *Mulheres Perfeitas* (2004) foi produzido a partir do livro *The Stepford Wives*, escrito por Ira Levin e publicado em 1972, um *best-seller* norte-americano. O enredo é centrado na vida de Joanna Eberhart, uma executiva de sucesso que trabalha em uma emissora de televisão. Quando um dos programas de sua autoria fracassa, Joanna é demitida e sofre um colapso nervoso. Então, ela e o marido decidem se mudar com os filhos para a cidade fictícia de *Stepford*, localizada no subúrbio de Connecticut. Para a surpresa de Joanna, as mulheres de *Stepford* parecem viver nos anos 50, são submissas aos maridos, obcecadas com o trabalho doméstico e com os cuidados com os filhos, sem perceberem a condição de inferioridade em que vivem (excluídas das discussões políticas, de decisões da comunidade, sem função alguma na vida pública etc.).

No filme e no livro, as esposas de *Stepford* são mulheres-robôs, modificadas por Mike, personagem que exerce grande influência sobre os homens da cidade e lidera a *Associação de homens*, com autorização de seus maridos. Com *chips* implantados em seus cérebros, as mulheres

16 Disponível em: <https://www.thedarlingacademy.com/articles/why-im-proud-to-be-a-traditional-housewife-trad-wife/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

que, antes, exerciam, em sua maioria, posições de destaque em suas vidas profissionais e, de certa forma, até dominavam a relação afetivo-amorosa existente, deixam de ser elas mesmas (o que Bakhtin, 2010, chamaria de “eu-para-mim”) e passam a viver apenas para agradar e satisfazer os prazeres masculinos tornando-se seu objeto de desejo (o que corresponderia ao “eu-para-o-outro”, segundo Bakhtin, 2010). Os maridos as controlam, literalmente, com um controle remoto e as “ajustam”, conforme sua vontade e necessidade. Há uma cena, por exemplo, em que Mike revela a existência de uma máquina, rosa (tanto quanto os cabelos da mulher-boneca ilustrada), em formato de forno, em que a mulher é colocada para ser “aprimorada” aos padrões de *Stepford* (Figura 4):

Figura 4: Sistema de “aprimoramento” de mulheres



Fonte: *Mulheres Perfeitas* (2004)<sup>17</sup>

O padrão *Stepford* de beleza reflete e refrata os valores cultuados pela sociedade contemporânea ocidental: a maioria das esposas é branca e loira, todas são magras, altas e com seios volumosos. Sempre aparecem em vestidos rodados e floridos, de cores pastéis (em geral, de tons róseos), com penteados, maquiadas (também com cores claras – iluminadores e tons de rosa) e de salto alto, símbolos associados à feminilidade (Fotograma 1 da Figura 5).

Apenas as mulheres que ainda não passaram pelo processo de “stepfordização” diferem desse padrão, como é o caso de Joanna. Na Figura 5, vemos o momento em que Joanna (no segundo fotograma) conhece as moradoras de *Stepford* no *spa*. Elas estão reunidas para uma aula de ginástica e o que impressiona Joanna é a forma com que estão vestidas, com roupas e saltos nada confortáveis para a prática esportiva. Em contraste, Joanna veste roupas práticas e modernas, de cores sóbrias e tons

17 Sequência disponível em *Mulheres Perfeitas* (2004), respectivamente 01:05:34, 01:05:37 e 01:05:43.



fechados, preto e cinza, pouca maquiagem, cabelos curtos e desgrehados, em oposição às mulheres de *Stepford*.

Figura 5: Esposas de *Stepford* e Joanna Eberhart



Fonte: *Mulheres Perfeitas* (2004)<sup>18</sup>

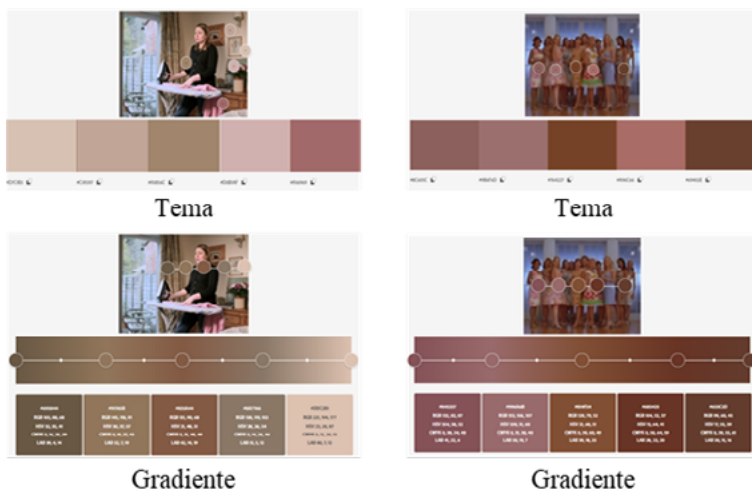
A diferença entre as mulheres já robotizadas e Joanna pode ser vista não só pelas roupas e penteados, mas também pela postura corporal (as primeiras têm os movimentos rígidos, como de bonecas e estão sempre sorrindo, sem outras expressões, como bonecas vivas, plásticas; enquanto Joanna se expressa em resposta ao que a toca de alguma forma, demonstrando sua personalidade e inteligência). Além disso, os interesses entre elas são muito diferentes, o que revela a incompatibilidade de Joanna com *Stepford*.

Ao fundo do segundo fotograma da Figura 5 há uma estátua da deusa virgem Héstia, em um local de destaque e bem iluminado, no *spa*. Segundo Bolen (1990, p. 163), “Héstia é o arquétipo ativo nas mulheres que acham que tomar conta de casa é atividade significativa”.

Ao analisarmos, como Paula tem feito como parte de suas pesquisas sobre verbivocovisualidade (PAULA, 2017; PAULA e SERNI, 2017; PAULA e LUCIANO, 2020a, 2020b, 2020c, 2020d), a tonalidade predominante das cores trabalhadas nos enunciados, a estratificação, tanto do vídeo da BBC quanto do filme *Mulheres Perfeitas*, dos tons trabalhados, revela a semelhança do escopo cromático que identifica uma gama de sujeitos e valores sociais como “clássico’ e tradicional.

18 Sequência disponível em *Mulheres Perfeitas* (2004), respectivamente 00:18:40 e 00:18:50.

Figura 6: Escalas cromáticas vídeo da BBC e *Mulheres Perfeitas*, respectivamente



Fonte: Produção das autoras<sup>19</sup>

Pela estratificação cromática, as tonalidades se explicitam. No caso, tonalidades recorrentes, compostas por tons pastéis (do bege-areia e rosado ao vinho, marrom café e preto), ainda que em escalas diferentes – o vídeo da BBC é mais marrom (mais claro e grave) e o filme *Mulheres Perfeitas* é mais róseo (mais fantasioso e agudo). Ambos, clássicos.

Enquanto a cor rosa é sinônimo de feminilidade, inocência, infantilidade e fantasia, o preto remete ao poder e à elegância. Justamente por estar tão relacionado ao poder, Heller (2013, p. 163) afirma que “o maior oposto psicológico à roupa preta são os vestidos cor-de-rosa”. Desde o início do filme, Joanna aparece vestindo cores sóbrias, fechadas, com preferência para o preto (quebrado pelo cinza), em modelos executivos (de ternos e *tailleurs*, por exemplo), que aludem a roupas geralmente associadas ao guarda-roupa masculino.

O clímax ocorre no final do filme, pela surpresa de que não fora Mike quem arquitetou a robotização das mulheres, mas sim sua esposa, que exercia o papel de uma espécie de primeira-dama do local e ainda que o próprio Mike era um robô. Portanto, o plano de submissão das

<sup>19</sup> Para a extração de cores e a montagem das escalas, utilizamos o *Adobe Color*, o *Canvas* e o *Colordot*. A interpretação se pautou em Guimarães (2001), Goethe (2013), Haynes (2008), Heller (2013) e Kandinsky (1970).

mulheres, de objetificação e alienação foi arquitetado por uma mulher, o que nos faz refletir sobre o fato de que “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar” (RIBEIRO, 2019, p. 69), como é o caso de Alena e do movimento *TradWives*, que incentivam a submissão de outras mulheres e têm posturas antifeministas. No nível político, o mesmo pode ser observado quando mulheres apoiam e votam em candidatos misóginos que propõem em suas pautas de governo a retirada de diversos direitos das mulheres, conquistados com muita luta ao longo da história.

A feminilidade, colocada como oposta ao feminismo é um equívoco que tem se tornado, na contemporaneidade, cada vez mais comum, como “argumento” pejorativo que tenta desprestigiar as mulheres que lutam por seus direitos, em prol de mulheres e movimentos como o *TradWives*, que ratificam o patriarcado e o machismo.

À guisa de ilustração a esse respeito, coletamos um *post* (Figura 7) da página intitulada *Mulher Conservadora*, do Facebook, que elenca as principais diferenças, segundo os autores do conteúdo, entre o que consideram uma mulher feminista e uma feminina. O *post* foi divulgado em 8 de junho de 2017, o que revela a recorrência do estabelecimento do equívoco dualista entre feminismo e feminino em enunciados diversos há anos:

Figura 7: Mulher feminista versus feminina



Fonte: Facebook, on-line, 2020<sup>20</sup>

20 Disponível em: <https://www.facebook.com/mulherconservadora/photos/a.1394004820625136/1949640728394873/?type=3&theater>. Acesso em: 28 ago. 2020.

Como afirma Bakhtin (Volóchinov), “em todo signo ideológico confrontam-se índices de valores contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes”<sup>21</sup> (2014, p. 47). Nesse sentido, o dualismo feminismo x feminino (e este, muitas vezes, compreendido pelos usuários dessa dualidade como sinônimo de conservadorismo e antifeminismo) reflete e refrata o embate de vozes e valores de grupos sociais distintos. Como, para a perspectiva bakhtiniana, não é possível que pensemos em enunciados isolados, mas sim nas singularidades de cada enunciado, sem perder de vista que eles se caracterizam, também, como elos em uma corrente discursiva, de discursos de diferentes gêneros (BAKHTIN, 2016), temporalidades e esferas, o cotejo é essencial, pois, se um enunciado pode ser concebido pelo que ele é e pelo que ele não é, o cotejamento é esse elemento/enunciado outro que trazemos para pensarmos o antifeminismo contemporâneo.

O *post* da Figura 7 reflete e refrata uma voz social machista, conservadora e preconceituosa, que enuncia sobre mulheres a partir de um grupo e de valores específicos. De acordo com esse quadro ilustrativo, a mulher é “classificada” em dois padrões, chamados como “feminista” e “conversadora”, de maneira discriminatória, em ambos os casos.

No primeiro, sem exceção, com fundo vermelho (como reflexo e refração de “esquerda” – lado em que o sujeito “feminista” se encontra), a mulher é caracterizada como aquela que não se depila (atitude encorajada em nossa sociedade pelo padrão estético que considera os pelos como característica masculina), é misândrica (odeia homens), já fez e faz constantes abortos (que, inclusive, são colocados como seu “passa-tempo”), além de protestar nua (mostrando “peito” e “bunda”). Ela tem cabelos curtos e veste pouca roupa.

O enunciado “Não tem marido” exprime sentido de posse (dado pelo verbo “ter”), como se o casamento identificasse a mulher a partir da sua relação de posse com seu marido e não como sujeito autônomo. Esse enunciado associa o matrimônio com sua moral.

---

21 Utilizamos, para esta citação, o livro traduzido a partir do francês, apesar de utilizarmos, predominantemente, ao longo do texto, a versão traduzida direto do russo, porque, neste caso específico, o termo “arena” (traduzido na versão de 2017 por “palco”) coincide melhor com a concepção de embate discursivo. O registro das autorias foi utilizado por nós de maneira coincidente à grafia das publicações consultadas.

A depreciação da mulher feminista é histórica, pois, como afirma Friedan,

O mito de que as feministas eram “monstros antinaturais” baseava-se na crença de que destruir a submissão da mulher, ordenada por Deus, seria destruir o lar e escravizar os homens. Tais mitos surgem em todas as revoluções que fazem progredir uma parcela da família humana no sentido da igualdade. Sejam as feministas representadas como seres desumanos, furiosas devoradoras de homens, ofensoras de Deus, ou nos termos modernos como pervertidas sexuais, não diferem nisso do estereótipo do membro de sindicato anarquista, ou do negro encarado como animal primitivo (1971, p. 77).

Na Figura 7, as características atribuídas à mulher chamada “conservadora”, colocada à direita e com fundo rosa-*pink* (o rosa da Barbie), são entendidas, pelo senso comum, como positivas, pois “femininas”; enquanto a “feminista” parece, pela descrição feita, repugnante. O desenho nos mostra a diferença entre os estereótipos caricaturados do *post*, pois enquanto a mulher “conservadora” é figurativizada como a “feminina” (“bela, recatada e do lar”) e antifeminista, representada com roupa fechada (saia longa e blusa sem decote, típico de evangélicas), cabelos longos e penteados, sorriso no rosto e com expressão de meiguice; a “feminista” é retratada com expressão dura, mãos na cintura, olhos arregalados, roupas curtas, tatuagens, pelos nas axilas, cabelos coloridos, em uma demonstração daquilo que não é visto como padrão de feminilidade na sociedade (e o que não agrada aos homens). Com base em Wolf (2020, p. 93), podemos compreender que

As mulheres não passam de “beldades” na cultura masculina para que essa cultura possa continuar sendo masculina. Quando as mulheres na cultura demonstram personalidade, elas não são desejáveis, em contraste com a imagem desejável da ingênua sem malícia.

O enunciado “É recatada”, da Figura 7 retoma a matéria, já citada, publicada pela *Revista Veja*, de abril de 2016, intitulada “Bela, recatada e do lar”, em referência a Marcela Temer, esposa de Michel Temer em contraposição a, então, presidente do Brasil, Dilma Rousseff (colocada

como “masculina”). A reportagem foi veiculada em uma edição especial da revista, que abordava sobre o *impeachment* de Dilma, prestes a ser concretizado. A matéria ganhou repercussão por caracterizar Marcela como exemplo de feminilidade e decência a ser seguido, referindo-se a ela apenas por seus atributos físicos, maternais e como esposa exemplar, como analisado por Paula e Teixeira (2021, no prelo). Mais que isso, ser primeira-dama o patriarcado aceita. Presidente, não. É, nesse sentido, que Beauvoir (2019a, 2019b) trata da mulher como “segundo sexo”. Quando ela ousa ser primeira, dona de si, com opinião, expressão e liderança, ela é desaprovada pelo patriarcado.

Isso nos mostra o quanto os discursos se ligam e respondem uns aos outros, uma vez que a linguagem é viva, em constante movimento, e acompanha as transformações dos sujeitos e da sociedade em que estão inseridos, não sendo possível pensar em linguagem dissociada da vida. Afinal, “O enunciado é pleno de tonalidades dialógicas” e o que torna os sujeitos seres responsivos (e responsáveis) “nasce e se forma no processo de interação e luta com os pensamentos dos outros [...]” (BAKHTIN, 2011, p. 298).

Na dinamicidade da linguagem emergem enunciados que respondem aos acontecimentos e tendências da sociedade, como é o caso dos enunciados aqui analisados e os memes da *Barbie Fascista*, por nós estudados. Esses enunciados meméticos representam, por meio da ironia ácida, as mulheres bolsonaristas, semiotizadas como bonecas *Barbies*, caracterizadas por seus *white people problems*, seus equívocos políticos sem noção e pelo deslocamento social que ocupam, por viverem num universo *pink*, seu mundo maravilha, que muito as aproxima das *TradWives*, tanto as dos anos 50 quanto as contemporâneas.

Os memes da *Barbie Fascista* surgiram nas redes sociais durante o período do segundo turno das eleições de 2018 e se estabeleceram como uma forma de resistência ao Bolsonarismo. O meme da Figura 8 também estabelece uma comparação entre “feministas” e “femininas”, feita pela oposição de imagens de bonecas Barbie.

As Barbies do lado esquerdo (não coincidentemente, como no caso do *post* da figura 7) estão nuas, com cabelos desgrehnados, sujas, umas sobre as outras, deitadas e com a inscrição verbal “feminista” – num

humor irônico ácido que ridiculariza o que pensam as mulheres (e os homens) “de bem”, como as Barbies à direita (referência ao posicionamento político, também não casualmente), que usam vestidos *pink* (a cor da Barbie), acinturados, sapatos de salto, cabelos longos, loiros e lisos – como as *TradWives* e como as *Mulheres Perfeitas* de Stepford – como símbolo plástico de elegância e felicidade artificial:

Figura 8: Meme Barbies feministas X femininas



Fonte: *Barbie e Ken Cidadãos de Bem*, on-line, 2020<sup>22</sup>

A construção desse meme, que parece reforçar a valoração de que as mulheres feministas são de esquerda, sujas e com pelos, na verdade, pela inversão e pelo deslocamento, ridiculariza quem assim pensa e revela o preconceito, a discriminação e a ignorância de sujeitos que sequer sabem o que é feminismo e como são as feministas; da mesma forma, as femininas, colocadas como Barbies de direita, delicadas, limpas, “cidadãs de bem”, são criticadas por serem fora da realidade (“sem noção”), fúteis e artificiais, uma vez que assumem/incorporam um padrão para serem aceitas, essencialmente, pelos homens, como seus objetos servis (domésticos e sexuais). Assim, se o quadro da Figura 7 tem o propósito de desestabilizar o movimento feminista e rotular as mulheres de maneira preconceituosa e discriminatória, a partir de padrões considerados por dado grupo social que, por ser dono das condições de produção, determina um modelo de beleza e de perfeição para as mulheres na sociedade patriarcal e essa “perfeição” tem como foco as necessidades e os desejos dos homens; o meme da Figura 8 relativiza “verdades” ao carnavalizar

22 Disponível em: <https://www.facebook.com/barbieekencidadaosdebem/photos/a.1905161136406578/2174392219483467/?type=3&theater>. Acesso em: 28 ago. 2020.

(BAKHTIN, 1988), pela inversão e pelo humor, o que o senso comum entende como padrão hegemônico.

Por isso, como já nos ensinaram Beauvoir (2019a, 2019b), Friedan (1971), Saffioti (1987) e Studart (1974), a mulher é transformada em “segundo sexo”, “objeto cama e mesa”, apassivada pela argumentação sustentada na biologia e na religião, com diversas produções fantásticas que iludem os sujeitos a acreditarem que essa é uma escolha sua (das mulheres, no caso), como ocorre com as *TradWives*, por aquilo que Marx (2007), em “O trabalho alienado”, denomina como “alienação de si”.

A partir dessas reflexões, percebemos o quanto o padrão de “perfeição” para a mulher é produzido em fábricas de brinquedos que esculpem mulheres plásticas, sempre jovens, submissas, arrumadas, dóceis e “felizes”. Várias são as manobras elaboradas pelo patriarcado para enclausurar e fragilizar a mulher, reelaborando-as de acordo com os avanços conquistados e com as mudanças da sociedade, em resposta de igual ou maior força, em sentido oposto, à força de luta dos movimentos feministas.

## CONCLUSÕES

Pelos enunciados analisados, percebemos o quanto um movimento que se contrapõe à luta feminista (que deveria ser a luta de todos) por direitos iguais tem se portado contrário a ele, aparentemente, por valores das próprias mulheres, que têm atacado o feminismo, considerado *démodé*, “inimigo” das mulheres, da família, dos homens e de toda a sociedade, em consonância com discursos de algumas tendências religiosas católicas e evangélicas.

Pelas pesquisas realizadas, movimentos como o das *TradWives* surgem com maior expressividade em resposta à força da terceira onda feminista, que amplia sua agenda a partir das demandas da diversidade de grupos com necessidades e características distintas, como estudam Davis (2016, 2017), hooks (2018) e Ribeiro (2019) (tanto no cruzamento entre gênero, classe e raça, quanto de especificidades como as



do feminismo negro e as do feminismo LGBTQIA+, por exemplo), entre outras pesquisadoras contemporâneas.

De acordo com as pesquisas realizadas pelas autoras, calcadas não apenas nos enunciados aqui analisados, mas também em outros (como os memes da *Barbie Fascista*, posts do movimento *#EleNão*, filmes voltados a mulheres – como *Cinquenta Tons de Cinza* e comédias românticas – ou que retratam as lutas das mulheres – como *As Sufragistas*, *Mulheres Divinas* e *Revolução em Dagenhan*, por exemplo – entre outros), quando o enunciado se volta à tradição da mulher-dona-de-casa (“objeto cama e mesa”, STUDART, 1974), o foco se volta ao corpo da mulher, caracterizado como magro, com curvas voluptuosas (seios, nádegas, pernas grossas e cintura fina – típico “corpo violão”, como se diz no senso comum), loiro, maquiado, com trajes de estampas floridas (flores pequenas e delicadas), geralmente, vestidos rodados, típicos dos anos 50, com predominância cromática de tonalidade pastel (calcada em tons de bege e rosa), atmosfera clara, com tomadas internas, em casa, dias ensolarados e foco de câmeras oscilando entre *close up* e *panorâmica*, bem como sonoridade em campo harmônico mais agudo, como apareceu aqui nos enunciados analisados (vídeo da BBC e filme *Mulheres Perfeitas*).

Em contraposição, os enunciados voltados às lutas das mulheres ou a mulheres feministas se focam em mulheres heterogêneas (brancas, negras, magras, gordas, loiras, morenas, jovens, velhas), não necessariamente caracterizadas por corpos esculturais, mas mais próximos da “realidade”, de orientações diversas (hétero, homo, bi ou transexual), ambientadas em períodos históricos diversos, vestidas com calças, cores mais escuras (preto, cinza), cabelos mais curtos (de cortes modernos), com mais senso de humor e expressividade de opiniões que privilegiam outras características, como a inteligência e a sagacidade, além de seu corpo. Nem sempre as mulheres aparecem em primeiríssimo plano ou em *close up* e os ambientes são mais abertos e externos ou em ambientes mais diversificados (local de trabalho, casa, restaurantes, cafés, bares etc), com predominância de trabalho cromático complementar entre quente e frio (vermelho, vinho e preto com azul escuro e verde), que mesclam dias (mais nublados – acinzentados) e noites, com tons escuros e luzes artificiais, além de sonoridade mais grave, como é o caso de Joanna (filme *Mulheres Perfeitas*), por exemplo.

Essa variação de foco, cores, planos, linhas, tons, sons, compõe o embate entre forças centrípetas e centrífugas, entre vozes sociais que se colocam como clássicas, tradicionais e antifeministas com as modernas, resistentes e feministas. Nesse diálogo em ato na arena discursiva de enunciados (VOLÓCHINOV, 2013) de gêneros (BAKHTIN, 2016) variados, ao longo do grande tempo (BAKHTIN, 2018) da cultura (BAKHTIN, 2017), em geral, a valoração positiva recai sobre as mulheres *TradWives* em oposição à valoração crítica, ácida e negativa voltada às mulheres feministas, ainda mais a depender da esfera e da conjuntura sócio-político-econômica de produção e circulação desses enunciados, sempre singulares e, ao mesmo tempo, elos na cadeia discursiva num tempo-espaço específicos.

A reflexão social acerca de valorações imputadas às mulheres como suas cumpre com o papel social que as ciências humanas se propõem a realizar e contribui com pesquisas contemporâneas, especialmente de viés bakhtiniano. Como dissemos, quanto maior a ascensão da direita, maior a expansão desses discursos. Os resultados demonstram que o padrão plástico Barbie, com corpos e vidas artificiais, produzidos cirurgicamente, cerceia mulheres, que assumem para si um fetiche (MARX, 2007) imposto e padrões de comportamento. Nesse momento, valores de família, tradição, religiosidade e patriotismo corroboram para acentuar a submissão, a violência contra a mulher, as desigualdades, o desrespeito e a reificação, inculcados como desejos da própria mulher, que “escolhe” ser “antifeminista” e, com isso, o patriarcado se sustenta, pautado no machismo estrutural.

Em momentos em que a extrema direita avança, movimentos ultraconservadores ganham voz e força, tomam corpo e reprimem corpos. O sonho da sociedade falocêntrica se concretiza entre Barbies (fascistas ou não), *TradWives* e *Mulheres Perfeitas*. Afinal, a imperfeição, a humanidade, no patriarcado, parece ser “direito adquirido” apenas pelos homens, desde o seu nascimento. Ainda temos muito o que e pelo que lutar para sairmos desse lugar e assumirmos nossa autonomia para que, ao invés de nos depararmos com mulheres dizendo querer servir seus maridos em 2020 como se fosse 1959, possamos ser vistas como seres humanos que assumem sua voz e valor como sujeitos de si, num futuro que se quer presente urgente porque já deveria ter sido (ultra)passado. Nesse

sentido, terminamos fazendo nossas as palavras de Tawane Theodoro em seu *slam* (no final da Batalha do *Slam* da Guilhermina, em 2017), denominado *Eu não queria ser feminista*<sup>23</sup>:

Eu, eu não queria ser feminista / eu, eu não deveria ser feminista / Em pleno século XXI, minha gente / o feminismo não deveria nem existir / (...) / É porque mulheres não precisariam resistir tanto assim / É até difícil de imaginar / que, em uma era tão tecnológica, eu ainda tenha que implorar / que, por onde eu passar, todos possam me respeitar / (...), eu não tenho opção / porque ainda temos mulheres sendo abusadas no busão / Temos relacionamentos abusivos se tornando coisa normal / ou melhor, “coisa de casal” // (...) / vemos a mídia a todo momento querendo nos empurrar um padrão / (...) / Quando é que vão entender que, do nosso corpo, somos nós que estamos no comando? // (...) quando estamos na rua, à noite, sozinhas e observamos um cara se aproximar / já começamos a acelerar / coração disparar / começamos a rezar / que seja só um assalto / e que ele só leve o meu celular / Ainda assim, acha mimimi / conversa fiada? / Como já escutei muitas vezes, falta de vergonha na cara? / Vamos ser mais didática, então / Vamos jogar estatística / já que parece que o óbvio saiu de questão: / O Brasil é o quinto país mais violento para mulheres no mundo / A cada dia, o feminicídio aumenta / e com a mulher preta, a estatística é ainda mais violenta: / homicídios de mulheres negras aumentou 54% em 10 anos / A cada 11 minutos, uma mulher é estuprada / Em média, 47,6 mil mulheres são estupradas por ano / sendo que nem 30% delas denunciam / e, em 70% dos casos, a vítima era próxima dos seus agressores / 3 em cada 5 mulheres sofreram algum tipo de violência dentro de algum relacionamento / Até 2030 podem morrer 500.000 mulheres vítimas de violência doméstica no mundo / 94% das mulheres já foram assediadas verbalmente / enquanto 77% delas já foram assediadas fisicamente / E vocês acham que o feminismo é exagero? / O feminismo é um desespero / pois ainda estamos num mundo / em que ainda se tem que explicar / que somos seres humanos / e não algo que se possa descartar / (...) / Mas, hoje, vocês não conseguirão mais nos parar / Na luta de outras mulheres, buscamos força pro nosso caminhar / (...) // Hoje, mulheres precisam ser feministas / (...) / e eu peço / (...) / que a próxima geração / não enfrente um mundo tão sem noção.

23 Performance disponível no canal *Batalha do Slam da Guilhermina*, no YouTube, em <https://www.youtube.com/watch?v=PQIbbDKzehw>. Acesso em: 29 set 2020. Muitas das poesias *slam*, como é o caso desta, não têm registro escrito. Assim, a citação é fruto de uma transcrição das autoras.

## REFERÊNCIAS

- ADOBE COLOR WHEEL. **Adobe Color**. Disponível em <https://color.adobe.com/pt/create/color-wheel>. Acesso em: 27 set. 2020.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro e João, 2010.
- BAKHTIN, M. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2017.
- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, M. **Teoria do Romance I – A Estilística**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2015.
- BAKHTIN, M. **Teoria do Romance II – As formas do tempo e do cronotopo**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2018.
- BAKHTIN, M. (VOLÓCHINOV). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2014.
- BEAUVOIR, S. **O segundo Sexo**: Fatos e Mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009a.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: A Experiência Vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009b.
- BOLEN, J. S. **As deusas e a mulher**: nova psicologia das mulheres. São Paulo: Paulus, 1990.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EdUSP, 2013.
- CANVA COLOR PALETTE GENERATOR. **Canva**. Disponível em: <https://www.canva.com/colors/color-palette-generator/>. Acesso em: 27 set. 2020.
- CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: GALLEGU, E. S. (org.). **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

COLORDOT HAIL PIXEL. **Colordot**. Disponível em: <https://color.hailpixel.com/>. Acesso em: 27 set. 2020.

CRARY, J. **24/7: o capitalismo tardio ou os fins do sono**. São Paulo: Ubu, 2016.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

FRIEDAN, B. **Mística Feminina** – O livro que inspirou a revolta das mulheres americanas. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

GOETHE, J. W. **Doutrina das Cores**. São Paulo: Nova Alexandria, 2013.

GUIMARÃES, L. **A cor como informação**: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores. São Paulo: Annablume, 2001.

HAN, B.-C. **Sociedade do Cansaço**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

HAN, B.-C. **Sociedade da Transparência**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

HAN, B.-C. **Hiperculturalidade**: Cultura e Globalização. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

HAYNES, D. J. **Bakhtin and the visual arts**. Nova Iorque: Cambridge, 2008.

HELLER, E. **A psicologia das cores**: como as cores afetam a emoção e a razão. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KANDINSKY, W. **Ponto, Linha, Plano** – contribuição para análise dos elementos picturais. Lisboa: Edições 70, 1970.

KRAMER, H.; SPRENGER, J. **Malleus Maleficarum** – *O martelo das feiticeiras*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.

LIPOVETSKY, G. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MARX, K. Trabalho alienado. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. HTML 2007. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manus-critos/index.htm>. Acesso em: 27 set. 2020.

MEDVIÉDEV, P. N. **Método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. São Paulo: Contexto, 2012.

MULHERES Perfeitas. Direção: Frank Oz. Produção Scott Rudin. Intérpretes: Nicole Kidman, Matthew Broderick, Bette Midler e outros. Roteiro Paulo

Rudnick, Ira Levin. EUA, Paramount, 2004, 1 DVD (93 min.). Baseado no romance “The Stepford wives”, de Ira Levin.

PAULA, L. de; TEIXEIRA, L. P. **As Barbies pelo Porta Dos Fundos: uma Análise Verbivocovisual**, 2021 (no prelo).

PAULA, L. de; LUCIANO, J. A. R. A filosofia da linguagem bakhtiniana e sua tridimensionalidade verbivocovisual. **Estudos Linguísticos** (São Paulo), v. 49, n. 2, 2020a, p. 706-722. Disponível em <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2691>. DOI: <https://doi.org/10.21165/el.v49i2.2691>.

PAULA, L. de; LUCIANO, J. A. R. Filosofia da Linguagem Bakhtiniana: concepção verbivocovisual. **Revista Diálogos (RevDia)**, v. 8, n. 3, 2020b, p. 132-151. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/10039>.

PAULA, L. de; LUCIANO, J. A. R. A tridimensionalidade verbivocovisual da linguagem bakhtiniana. **Linha D'Água**, v. 33, n. 3, 2020c, p. 105-134. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/171296>. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v33i3p105-134>.

PAULA, L. de; LUCIANO, J. A. R. Recepções do pensamento bakhtiniano no ocidente: a verbivocovisualidade no Brasil. In: BUTTURI JÚNIOR, A.; BRAGA, S.; SOARES, T. B. **No campo discursivo: teoria e análise**. Campinas: Pontes Editores, 2020d, p. 133-166.

PAULA, L. de; OLIVEIRA, F. A. A. de. A “nação” nas redes sociais e na política brasileira. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 10, n. 3, e1858, p. 1-23, set.-dez./2020. Disponível em <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/1858>. DOI: <http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321-31858>.

PAULA, L. de; LOPES, A. C. S. A eugenia de Bolsonaro: leitura bakhtiniana de um projeto de holocausto à brasileira. **Revista Linguasagem**, São Carlos, v. 35, set. 2020, p. 35-76. Disponível em <http://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/769>.

PAULA, L. de. O enunciado verbivocovisual de animação: a valoração do “amor verdadeiro” Disney – uma análise de Frozen. In: FERNANDES JR., A.; STAFUZZA, G. B. (org.). **Discursividades Contemporâneas: política, corpo e diálogo**. Série Estudos da Linguagem. Campinas: Mercado de Letras, 2017, p. 287-314.

PAULA, L.; SERNI, N. M. A vida na arte: a verbivocovisualidade do gênero filme musical. **Raído**, Dourados, v. 11, n. 25, p. 178-201, jul. 2017. Disponível em

<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/6507>. DOI: <https://doi.org/10.30612/raido.v11i25.6507>.

PAULA, L. de; FIGUEIREDO, M. H. de; PAULA, S. L. de. O Marxismo do/no Círculo. In: STAFUZZA, G. **Slovo** – O Círculo de Bakhtin no contexto dos estudos discursivos. Curitiba: Appris, 2011, p. 79-98.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

ROVERI, F. T. **Barbie**: tudo o que você quer ser... ou considerações sobre a educação de meninas. Dissertação de mestrado em Educação pela UNICAMP, 2008.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

STUDART, H. **Mulher**. Objeto de cama e mesa. Rio de Janeiro: Vozes, 1974.

SUBMIT & Obey, within a Modern Marriage. 2020. 1 vídeo (5 min. 27 seg.). Publicado pelo canal The Darling Academy. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=OLmPRYItUA&ab\\_channel=TheDarlingAcademywithAle-naKatePettitt](https://www.youtube.com/watch?v=OLmPRYItUA&ab_channel=TheDarlingAcademywithAle-naKatePettitt). Acesso em: 28 ago. 2020.

TEIXEIRA, L. P. **Bem Barbiezinha...Fascista: análise bakhtiniana de vozes sociais sobre mulheres**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras, Câmpus de Araraquara. (Mimeo).

VOLÓCHINOV, V. N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2017.

VOLÓCHINOV, V. N. **A construção da enunciação e outros ensaios**. São Carlos: Pedro & João, 2013.

WOLF, N. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

# LINGUISTAS: PRÁTICA CIENTÍFICA E MANIFESTAÇÃO RETÓRICA

Ronaldo de Oliveira Batista (UPM/CNPq)

## /// INTRODUÇÃO

Neste texto, a ciência da linguagem (como formatada no século XX) é considerada prática intelectual e social dos pesquisadores, permeada por relações de pertencimento ou não desses indivíduos a grupos de especialidade teórica. Desse modo, compreende-se que os linguistas elaboram discursivamente, mesmo que não intencionalmente, suas circunscrições em comunidades argumentativas de interlocução. Para isso, empreendem diferentes retóricas que objetivam, em essência, validar um conhecimento produzido historicamente. Nessa perspectiva, recupera-se, por uma observação ancorada na Historiografia da Linguística, o lado humano da ciência, inegável mas constantemente ocultado pelo simulacro da neutralidade científica.

## /// CIÊNCIA, SOCIEDADE E RETÓRICA

Um dos primeiros nomes da sociologia da ciência, em momento paralelo ao da filosofia da ciência racionalista (como a de K. Popper [1902-1994]), é o do sociólogo norte-americano Robert Merton (1910-2003), autor da obra clássica *The Sociology of Science*, escrita em 1949. Merton (2013) contribuiu para caracterizar uma sociologia da ciência de caráter funcionalista, em que seria possível determinar conjuntos de



normas éticas que, institucionalizadas, favoreceriam a produção de conhecimento e seu retorno em termos de aceitação social. Entre essas normas, estariam ideais como: a) universalismo (distanciando aceitação ou rejeição de circunstâncias pessoais ou sociais do cientista); b) a ideia de que o conhecimento científico é parte de um processo de colaboração social; c) desinteresse pessoal por parte do cientista; d) uma capacidade do cientista de duvidar constantemente. Há, em Merton, uma sociologia que organiza sua reflexão numa visão institucional, já que, por exemplo, motivações pessoais (de caráter psicológico) não interessam. O que está em jogo nessa visão chamada de funcionalista são as motivações de caráter institucional que possibilitariam a produção do conhecimento. Essa visão colabora para uma análise a respeito de como a institucionalização possibilita o funcionamento de uma vida acadêmica, como alocação de cargos e verbas (ou outros tipos de fatores a depender da circunscrição temporal da análise).

Essa sociologia da ciência não se preocupa com o conteúdo da ciência, pois não questiona aspectos cognitivos da produção intelectual em relação a contextos de descoberta do processo científico. Em contraposição, uma nova sociologia da ciência, pós-Merton, relaciona-se com a tradição da sociologia do conhecimento e se define pela inclusão do conteúdo interno da ciência na análise sociológica, não havendo separação entre aspectos sociais e conteúdo científico das teorias.

Especificamente, chamamos a atenção para o trabalho de John Ziman (1925-2005), que também coloca a ciência em uma dimensão social. Aliando-se a uma sociologia pós-Merton (com fundação na década de 1960), Ziman (1979) insiste em uma revisão do conceito de ciência, que passaria a englobar, necessariamente, elementos sociais e históricos decisivos na produção científica. Essa inserção em uma dinâmica histórica e social coloca em destaque modos de interação entre cientistas e a formação de comunidades de argumentação. Em termos gerais, ciência é produto consciente da humanidade, de caráter racional (envolve a elaboração e seleção de objetos, teorias e métodos). Nesse sentido, essa prática científica define-se também pelos procedimentos adotados na

busca por confirmações de hipóteses, elaboradas em torno de uma cadeia lógica (dedutiva ou indutiva) de construção intelectual<sup>1</sup>.

Na pesquisa historiográfica em linguística, o diálogo com uma sociologia da ciência torna-se relevante na medida em que já é ponto pacífico que nenhum conhecimento é produzido no vácuo, mas em contextos definidos, sejam contextos de produção do conhecimento, sejam contextos de validação desses conhecimentos produzidos.

Assume-se aqui ser uma das funções da Historiografia da Linguística – numa posição contrária à daqueles que veem a disciplina como mera reconstrução do passado por ele mesmo – a análise de afirmações, descrições e interpretações sobre determinados objetos de análise, com o objetivo de acompanhar de forma crítica argumentações propostas por autores que as construíram, as quais, de uma maneira ou de outra, acabam por validar (ou não) descrições e análises linguísticas e suas possíveis conexões com outros trabalhos que chegaram a semelhantes problemas em períodos diversos.

O estudo de uma dimensão social do conhecimento linguístico, aliado a uma observação a respeito dos conteúdos elaborados e expostos em obras de descrição e análise (entre outros objetivos) sobre fenômenos das línguas naturais, compreende uma observação dos efeitos na vida social de seus agentes e daqueles que não estão diretamente envolvidos no tratamento de um objeto de observação, mas que por alguma razão se veem afetados pelo desenvolvimento da dinâmica científica.

Consequentemente, o alcance do conhecimento não é individual, mas, muito pelo contrário, resultado de empreendimentos sociais e coletivos, ainda que a imagem divulgada da ciência e do saber intelectual priorize a figura do indivíduo e provoque uma espécie de apagamento dos esforços sociais e das relações históricas que estão por detrás de uma divulgação bem-sucedida (ou não) de ideias, projetos, teorias.

---

1 Thomas Kuhn, em seu clássico *A estrutura das revoluções científicas*, de 1962, também destaca a dimensão social da ciência. Para o filósofo, a natureza social da ciência exerce um papel preponderante quando se pensa na mudança de paradigmas em um campo de estudo. Sua abordagem de colégios invisíveis (como rede de inter-relações entre pesquisadores além de uma institucionalização em uma universidade ou centro de pesquisa) impacta sua perspectiva de compreensão da formação de grupos de pesquisadores na prática científica.

O discurso científico caracteriza-se como parte de um sistema comunicativo, com regras e padrões que permitem seu reconhecimento e legitimação em espaços sociais específicos, que dizem respeito a comunidades argumentativas compostas por membros de grupos de especialidade teórica que legitimam ou não ideias linguísticas.

Esse discurso científico é permeado por retóricas<sup>2</sup> de continuidade ou descontinuidade, por meio das quais os linguistas afirmam suas filiações e expõem suas divergências. Essa retórica é veiculada em modalidades enunciativas associadas a imagens simbólicas produzidas pelos próprios atos de fala (imersos nos efeitos de sentido implicados no que se considera como ideal científico em uma época).

Considera-se que a imagem tradicional do fazer científico é efeito de sentido bem calculado, que mascara a subjetividade e a intersubjetividade que trazem humanidade à ciência e a recolocam em lugares históricos e sociais definidos.

Na próxima seção, são apresentados alguns episódios da história da linguística brasileira em que as retóricas dos linguistas são destaque na busca de filiações e dissensões.

## **A RETÓRICA DOS LINGUISTAS: PRÁTICAS CIENTÍFICAS E PRÁTICAS DISCURSIVAS<sup>3</sup>**

As análises apresentadas têm como objetivo evidenciar de que forma a retórica dos linguistas delimita espaços sociais e intelectuais. Os discursos dos pesquisadores impõem dimensões de troca ou separação. Elaborar uma história da linguística brasileira deve ser também analisar as retóricas dos linguistas para a compreensão de uma trajetória histórica de estabelecimento e desenvolvimento de estudos da linguagem no Brasil.

---

2 Seguindo Batista (2019a), entende-se retórica em Historiografia da Linguística como uma manifestação linguístico-discursiva de natureza persuasiva de um agente da produção ou recepção de estudos sobre línguas e linguagem, circunscrito a um programa de investigação e a um grupo de especialidade.

3 Com ampliações na interpretação e significativas alterações e supressões (dado o interesse em apresentar um conjunto de fenômenos históricos), as análises retomam posicionamentos apresentados em Batista (2010, 2018, 2019b).

## AS TAREFAS DA LINGUÍSTICA BRASILEIRA EM RETÓRICAS DIFERENTES

Sob influência do norte-americano Leonard Bloomfield (1887-1949) e sua linguística estruturalista, Aryon Dall’Igna Rodrigues (1925-2014) publicou em 1966 “Tarefas da linguística no Brasil”. No artigo, ele estabelecia rumos para a linguística que deveria ser feita pelos brasileiros.

Por meio da retórica de Rodrigues, era estabelecida uma identidade científica e profissional para o linguista. Este deveria atender às tarefas delimitadas em retórica que indicava a associação de Rodrigues com pesquisadores norte-americanos e seus modos de direcionar o estudo sincrônico das línguas, vistas como objetos de uma pesquisa de campo.

Ao lado das tarefas de uma linguística teórica “pura”, nas palavras de Rodrigues à época, estavam também diretrizes para uma linguística aplicada, com destaque para um método do ensino de línguas estrangeiras (concebido estrutural e comparativamente) e os trabalhos de tradução mecânica.

Na retórica do linguista de 1966 há uma posição argumentativa em torno de relações de implicação: há fatos da realidade que precisam ser considerados cientificamente; esses fatos podem ser compreendidos pela ciência da linguagem, apta a tratá-los de modo coeso e coerente. Ou seja, à linguística não poderia escapar sua função social. Esse posicionamento se ancora em um argumento de qualidade atribuído ao estudo científico da linguagem, pois este seria mais do que adequado para responder a demandas de natureza também política, dado o papel antropológico e cultural pelo qual as línguas eram vistas na perspectiva de Rodrigues.

A linguística da década de 1960 que responderia ao chamado das tarefas de Rodrigues era uma linguística sincrônica e descritivista, que deveria preceder a tarefas de uma linguística diacrônica (pois esta “não é, portanto, a mais urgente e vai ser realizada naturalmente assim que a primeira [a sincrônica] for posta em execução” [RODRIGUES, 1966, p.

5]) e privilegiar seu *status* de linguística pura, definida com o recurso da analogia com as ciências exatas: a linguística pura estaria para a física pura como a linguística aplicada estaria para a física aplicada. Nesse jogo de contrastes, privilegiava-se a pura como a adequada para responder aos problemas colocados por Rodrigues:

[C]onvém lembrar que as tarefas de linguística aplicada são as que têm importância social maior, têm aplicação prática e contribuem para resolver problemas, muitos deles vitais para quem vive na sociedade. Entretanto, condição *sine qua non* para sua efetivação é a realização das tarefas de linguística pura (RODRIGUES, 1966, p. 15).

Esse linguista estruturalista, na linha metodológica da escola norte-americana, de 1966, logo teria sua imagem desconstruída, mesmo antes de poder ter cumprido todas as tarefas como pretendia a retórica de Rodrigues. Esse estruturalismo acabou tendo vida curta no Brasil diante dos novos referenciais teóricos que começaram a se fazer presentes na linguística dos anos 1970 diante da diversidade das propostas dos programas de pós-graduação que de fato institucionalizavam a linguística depois das iniciativas pioneiras e descontínuas das décadas anteriores.

A década de 1960 viveu o que, não sem polêmica, identifica-se em muitas versões de uma história da linguística como a revolução chomskiana em ciência da linguagem, quando esta teria entrado num estágio dito mais científico a partir da associação entre linguagem, mente, biologia, tendo como contraparte linguística o componente sintático privilegiado para análise.

Essa movimentação intelectual na linguística ecoou na linguística brasileira com a resenha de Miriam Lemle (1937-2020) para o livro de Noam Chomsky *Aspects of the Theory of Syntax* (1965). Assumindo espaço científico de quem fala como parte de uma comunidade que partilha das ideias chomskianas, Lemle publicou seu texto em 1967 na revista *Tempo Brasileiro*, espaço de discussão intelectual e científica privilegiado naquele momento.

A resenha é marco da recepção brasileira à Gramática Gerativa (cf. BATISTA, 2010) e nela podem ser encontrados elementos que permitem

apontar que a retórica de Lemle buscou não só estabelecer diálogo com o que se fazia então de “mais moderno” em ciência da linguagem, como também delimitar a presença de linguistas brasileiros interessados no programa chomskiano.

O tom de novidade da retórica de Lemle na resenha clamava ruptura radical com uma linguística pré-Chomsky. Uma ruptura que significava negar a imagem de um cientista de campo, em atividades de coleta apenas descritivas, como válida para a pesquisa em linguística. A seleção lexical e a formação de uma isotopia em torno da noção de novidade imprimiam a resenha de uma retórica de descontinuidade com o pensamento estruturalista presente na linguística brasileira da época.

Está se formando, ao redor de Chomsky, uma corrente revolucionária na linguística: é da chamada gramática gerativa-transformacional. Novas questões, novas posições teóricas, novos rumos de investigação, novas formas de descrição vêm sendo propostas (LEMLE, 1967, p. 55).

Em um curtíssimo espaço de tempo, entre 1966 e 1967, o ideal de linguista passava a ser o do linguista teórico, preocupado com explicações sobre a linguagem humana como capacidade cognitiva da espécie e não com a descrição linguística como um fim em si mesma. Se na retórica de Rodrigues o ideal do linguista descritivista se pautava em essência na sua função social, o linguista teórico de Lemle era delineado retoricamente (a partir das tarefas a que deveria estar atento diante da teoria chomskiana) em uma imagem de cientista de reflexão teórica (hipotético-dedutiva), distante, portanto, do linguista de campo. Uma nova identidade científica e profissional, assim, colocava-se, no final da década de 1960, para o linguista brasileiro.

## UM MANUAL E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA ÁREA NA RETÓRICA DE LEGITIMAÇÃO

A busca pela legitimidade de esforços intelectuais insere a produção científica em uma série de processos sociais que materializam capitais de troca, determinando o que será reconhecido e o que será negado

como conhecimento válido. A linguagem utilizada pelos linguistas e o dialeto técnico adotado (o vocabulário especializado), configurando a metalinguagem de um programa de investigação, colaboram para criar uma imagem de cientificidade. No entanto, nada disso tem valor se o grupo de especialidade teórica não for capaz de divulgar de forma apropriada seus conhecimentos.

Por meio de sua retórica, metalinguagem e formas de apresentação, o manual organiza e difunde uma imagem ideal de ciência, projetando para o leitor e seu autor uma visão universal, integral e praticamente inquestionável para o texto produzido que, por ser objeto do processo pedagógico, cria um espaço atemporal. Isso porque indefinições, rupturas, discussões e revisões de temas de uma área não fazem parte, pelo menos na visão tradicional, do discurso do manual. Há um discurso homogêneo no apagamento das controvérsias, transmitindo, portanto, a imagem ideal de cientificidade que um grupo quer ver próxima a ele na divulgação de suas ideias.

Organizado por Cidmar Teodoro Pais (1940-2009) e Monica Rector, o *Manual de Linguística* de 1979 caracteriza-se pela sua pluralidade, como resenha publicada no mesmo ano no *Jornal do Brasil*, por Adriano da Gama Kury, anunciava: “um manual eclético”. Esse ecletismo encaixava-se perfeitamente ao panorama da linguística brasileira da época, que começava a sair dos seus primeiros momentos de institucionalização de fato (cursos na graduação mais consolidados, após o decreto de 1962, organização dos primeiros centros de formação pós-graduada, publicações mais correntes e regulares).

Nesse período, os estudos linguísticos brasileiros caracterizaram-se, num panorama geral, da seguinte forma: em um primeiro momento, linguística descritiva sincrônica (fonologia e morfologia), linguística de orientação gerativista com destaque para a sintaxe, semiótica/semiologia e os primeiros diálogos interdisciplinares. Essas primeiras orientações permitem o reconhecimento de diferentes esferas de influência na linguística brasileira: uma norte-americana descritivista e gerativista e uma francesa nas orientações discursiva e semiológica e também na linguística geral.

Na tentativa de apresentar um manual que fosse abrangente e fizesse eco a uma pluralidade do campo dos estudos linguísticos, os textos coletados por Pais e Rector vinham acompanhados de uma retórica que pontuava com vigor a complexidade não só da formação em linguística como também da própria escrita de um manual. Observe-se no texto de quarta capa do livro a presença dessa visão valorativa da área, associada à dificuldade e necessidade de entrega e estudo. Sem dúvida, essa forma de divulgação procurava, além de justificar a pluralidade e a configuração técnica presentes no manual, inserir os saberes a serem divulgados numa esfera em que o capital simbólico envolvido (BOURDIEU, 2004) definia a imagem de um pesquisador efetivamente dedicado a um processo de construção científica:

Conscientes das difíceis opções que são exigidas daqueles que se lançam à elaboração de introdução à ciência, particularmente no caso da Linguística, os organizadores deste trabalho procuraram escapar à tentação de fazer uma apressada apresentação de numerosas escolas e correntes, o que, além de superficial, deixaria o leitor tão perplexo como desinformado. [...]

A escolha de professores universitários de diferentes regiões do país, e de especialidades diversas, obedeceu ao critério de oferecer aos leitores uma perspectiva ampla, não dogmática, de modo a estimular-lhes uma sadia inquietação científica, proporcionando-lhes o ensejo de habituar-se a questões de cunho epistemológico, modelos e técnicas de pesquisa, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da metalinguagem que é indissociável do progresso da própria ciência (Texto de quarta capa em PAIS; RECTOR, 1979).

O manual não deixa de representar o que se considerava como pertinente para um curso de linguística, principalmente reproduzindo o que um de seus organizadores, Pais, reconhecia como legítimo no ensino introdutório. A proposição de um curso de graduação na Universidade de São Paulo (USP), coordenado por Pais, é imagem em outra dimensão da seleção de capítulos do manual de 1979.

Os objetivos de Pais podem ser vislumbrados como uma base de sustentação da própria estrutura do manual que ele iria organizar sete anos após sua proposição de uma “licença em Linguística”. E as esferas



de influência do manual também reproduziriam as próprias esferas de influência determinantes na configuração dos cursos de graduação e pós-graduação em Linguística na Universidade de São Paulo, com a coordenação centralizada na figura de Pais, que assumia, então, as figuras das lideranças intelectual e organizacional (atuando até, via organização do manual, na divulgação de um saber que, em última instância, a sua figura autorizava como válido)<sup>4</sup>.

A dificuldade em apontar uma única esfera de influência associar-se, sem dúvida, ao ideal de pluralidade do manual, como já informava o texto de quarta capa:

A intenção dos autores é apresentar um elenco válido de direções da investigação científica, que vão dos aspectos estritamente linguísticos às várias abordagens interdisciplinares e às aplicações da ciência no campo das comunicações (Texto de quarta capa em PAIS; RECTOR, 1979).

De qualquer modo, mesmo diante da pluralidade, é possível notar que a organização e a escrita do manual conceberam como conhecimentos linguísticos válidos, institucionalizados na visão de seus autores, aqueles que pertenciam a uma linguística do sistema em diálogo com áreas mais interdisciplinares, chegando ao processo comunicativo.

Há na ação intelectual e também social do manual a presença de um “colégio invisível” de pensamento, que aglutinou informalmente pesquisadores em torno de uma mesma concepção e que validou uma série de conhecimentos vistos como pertinentes para o ensino a partir do momento em que figuraram em um manual que se definiu como de introdução a um campo do conhecimento humano. Essa agremiação informal, concretizada na reunião dos autores dos textos do manual, tem sua força, no sentido de que promove a circulação social de uma série de

---

4 “Pautado em um modelo de cientificidade proposto pelas universidades europeias, sobretudo francesas, segundo as proposições de Pais, seu idealizador, o curso de pós-graduação da Universidade de São Paulo previa para os alunos atividades de pesquisa e frequência a disciplinas na chamada área central e na área complementar.” (ALTMAN, 1998, p. 141).

“Pais era o responsável por várias disciplinas, pela coordenação e aglutinação de um grupo. [...] ainda nos anos setenta, começou a desenvolver, acoplado ao programa da Linguística, uma nova linha de pesquisa em Semiologia e Semiótica que passaria, aos poucos, a se tornar dominante no Departamento.” (ALTMAN, 1998, p. 143).

conhecimentos que adquirem um valor na troca entre os pesquisadores e entre professores e alunos.

Tendo isso em vista, é interessante observar a avaliação histórica feita sobre a constituição do departamento de linguística na Universidade de São Paulo. A memória construída do processo institucional articula-se com o manual de Pais e Rector e com a retórica adotada na divulgação do livro:

A criação do bacharelado de Linguística em 1970, que passaria a funcionar a partir de 1972, favorece a difusão das novas ideias e do avanço científico. Tratava-se do primeiro e único curso do gênero no Brasil. O currículo, voltado para os diversos níveis de articulação e várias dimensões linguísticas, esboça as tendências vigentes. Também o curso de pós-graduação [...] seria elemento catalisador das novas ideias e tendências. Assim, o bacharelado de Linguística, constituído de cursos, inicialmente anuais, posteriormente semestrais, [...] cobre disciplinas como a Linguística IndoEuropeia, a Linguística Geral, a Lexicologia, a Semântica e a Fonética. Há outras que se reportam à relação da Linguística com outros campos do conhecimento, como a Sociolinguística e a Psicolinguística. A primeira se ocupa do estudo da variação linguística em todos os níveis – dialetos e registros; enquanto a segunda se volta para os processos de aquisição/aprendizagem de língua materna, bem como segunda língua/língua estrangeira. Por último cumpre destacar as dimensões que se reportam ao estudo dos sistemas de significação verbais e não verbais – a Semiótica (SANTOS, 1994, p. 482-483).

## UM DEBATE MARCA A HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA BRASILEIRA

Em 1986, Fernando Tarallo (1951-1992) publicou o artigo “Zelig: um camaleão-linguista”, no qual propunha para a ciência da linguagem um cruzamento de modelos teóricos para a análise de fenômenos linguísticos. Tarallo imprimiu a seu texto uma retórica de ruptura com a imagem científica de um linguista que, na sua interpretação, estaria por demais circunscrito a um único programa de investigação. Em contrapartida, Tarallo propunha uma linguística aberta a diálogos entre propostas teórico-metodológicas para ampliar o poder analítico de fenômenos complexos.

Em sua retórica, uma das práticas científicas a combater era aquela colocada em ação pelos gerativistas. Para Tarallo, esses gerativistas representariam simbolicamente o lugar da não qualidade, o que equivale ao da restrição teórica e, portanto, inadequado. Em contrapartida, o linguista-camaleão deveria contemplar esse ortodoxo linguista gerativista, que passaria, então, a dialogar com os sociolinguistas em busca de explicações mais satisfatórias para análise de fenômenos sintáticos das línguas.

Como ponto de partida para sua própria reflexão, o historiador que tem o compromisso teórico de qualquer pesquisador com uma determinada linha de pesquisa fatalmente o [o linguista ortodoxo] condenará à condição de não-camaleão. Destes não-camaleões o historiador acredita serem os gerativistas o melhor exemplo. [...]

A segunda personagem com que se deparará nosso historiador é o pesquisador preocupado com a realidade sócio-cultural-econômica-linguística. É o pesquisador que surgiu como consequência do desencanto com a escola gerativa (TARALLO, 1986, p. 131-132).

Tudo aquilo que varia é, em geral, ignorado pelos gerativistas ou resolvido em termos de caráter da regra opcional. No modelo sociolinguístico de análise, no entanto, a variação e o aparente “caos” linguístico são assumidos como objeto de estudo e para a solução dos problemas de variação tem-se uma nova equação entre heterogeneidade e sistematicidade (TARALLO, 1986, p. 132-133).

Em resposta crítica a essa proposta, José Borges Neto e Ana Lúcia de Paula Müller escreveram em 1987 “Linguistas ou camaleão: uma resposta a Tarallo”. Em tom de discórdia, os dois autores argumentavam que a interdisciplinaridade, tal como proposta por Tarallo, colocaria em risco o fazer científico. Os autores instauraram outro lugar de qualidade: o da epistemologia e o do filósofo da ciência. Recurso a uma longa e legitimada tradição de conhecimento, tendo em vista desconstruir e negar como legítimo o que Tarallo propunha em seu texto.

Borges Neto e Müller desqualificaram em absoluto o Tarallo de 1986. Nos fragmentos abaixo, destacam-se em emprego de conotação negativa em palavras como “discordar”, “recomendar”, “descomprometimento”,

“doença”, “problemas”, “sugestão”. Como ponto principal a instaurar uma polêmica, a negação do argumento do outro como válido. Esse aspecto delineava uma retórica que estabelecia não mais um debate como espaço de troca de ideias, mas uma verdadeira interação polêmica que se colocava sem solução, uma vez que ambos os lados passariam a desvalorizar o argumento do outro.

O trabalho de Tarallo tem como objetivo recomendar um certo descomprometimento do linguista com o modelo em que atua, uma vez que é desejável uma certa quantidade de doença na pesquisa linguística para que esta se torne sã (BORGES; MÜLLER, 1987, p. 86).

Na medida, porém, em que se pretende adotar a mesma análise para os dados do português, aparecem problemas [...] (BORGES; MÜLLER, 1987, p. 86).

Para Tarallo, estas dificuldades aparecem na medida em que, adotando a perspectiva do discurso, esquece-se dos fatos sintáticos; ou na medida em que se esqueçam os fatos discursivos quando adotada uma perspectiva puramente sintática para a análise dos dados. [...] O ponto central da argumentação de Tarallo, então, consiste na sugestão de que uma análise puramente sintática, bem como uma análise puramente discursiva, não se constituirão em análises satisfatórias dos fatos envolvidos em TOP e DESL. [...] Em outras palavras, a única saída é nos tornarmos, todos, camaleões. [...] aparentemente, o camaleão de Tarallo é eclético, e é deste camaleão que gostaríamos de discordar (BORGES; MÜLLER, 1987, p. 87-88).

Diante da retórica de oposição de Borges Neto e Müller em 1987, Tarallo publicou uma tréplica em 1988 com “Uma estória mal-contada”. Com voz beligerante e tom que não disfarçavam o descontentamento com a réplica que seu texto havia recebido, o Tarallo de 1988 alterou definitivamente o rumo do que se poderia esperar de um debate. O sociolinguista, dessa vez, assumiu uma retórica que consistiu essencialmente na desqualificação do outro como estratégia argumentativa.

[...] não uma tréplica a Borges Neto & Müller pois, conforme relatarei, nada de substancial existe na réplica que mereça uma tréplica. Assim sendo, valho-me tão e unicamente de uma simples carta endereçada aos leitores, na qual desfaço os equívocos

de leitura cometidos pelos autores da réplica (TARALLO, 1988, p. 266).

[...] desfazendo os mal-entendidos, com duas metas específicas em mente:

1. a de que o texto de 1986 sobre a longevidade do Zelig, isto é: do camaleão-linguista, é inquestionável, e 2. a de que a réplica de 1987, de tão inócua em propositura, nem mesmo escrita deveria ter sido (TARALLO, 1988, p. 267).

Nesse jogo de forças que o debate se tornou, o encaminhamento da tréplica adquiriu contornos excessivamente pessoais e agressivos na negação da visão do outro, encerrando a série de publicações, sem manifestação ou resposta por parte dos autores do texto de 1987, naquele contexto.

Pertencer a grupos de especialidade distintos contribuiu para que a oposição se mostrasse de forma mais direta, e muitas vezes mais agressiva, pois, ao lado de um interesse em firmar espaços sociais e intelectuais, havia também o pertencimento a comunidades argumentativas que sustentavam a legitimação dos grupos.

Tarallo, Borges e Müller falaram cada um do espaço que lhes parecia legitimado como científico, o que possibilitou que formulassem retóricas que não circularam apenas como artigos de periódico, mas também como elementos-chave para identificar pertencimentos e exclusões (a grupos de pesquisa e a centros de ensino e produção científica) na configuração plural da linguística brasileira da época.

## CONCLUSÃO

Narrar a história da linguística a partir da retórica dos linguistas é alçar a ponto principal de observação e interpretação a dimensão humana do processo científico. Toda descoberta intelectual e suas formas de divulgação e recepção são produtos históricos. Desse modo, os indivíduos que estão por trás dessa produção são agentes de uma dinâmica que envolve muito mais do que a concepção de ideias.

Na dimensão linguístico-discursiva que esses agentes delimitam no processo histórico, reconhecem-se marcas de iniciativas sociais e subjetivas que inserem uma prática científica em espaços configurados pela própria ação linguística de seus executores, em ressonância com o conceito de atos de fala e com a compreensão da linguagem como ação, no sentido de que os dizeres, localizados e circunscritos em uma dimensão social, configuram modos de inserção científica em contextos mais amplos, nos quais cientistas estão permanentemente em busca da legitimação dos saberes que elaboram e divulgam.

## REFERÊNCIAS

ALTMAN, C. **A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)**. São Paulo: Humanitas, 1998.

BATISTA, R. O. Em busca de uma história a ser contada: a recepção brasileira à Gramática Gerativa. **Revista da Anpoll**, n. 29, v. 1, p. 260-291, 2010.

BATISTA, R. O. “A cada um convém uma coisa”: debate e polêmica em torno da sociolinguística paramétrica na história da linguística brasileira. **Alfa**, São Paulo, v. 62, n. 2, 2018, p. 255-276.

BATISTA, R. O. Historiografia da Linguística e um quadro sociorretórico de análise. In: BATISTA, R. O. (org.). **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019a, p. 81-113.

BATISTA, R. O. As tarefas da linguística brasileira: ciência, história e identidade social. **Revista da Abralin**, v. XVIII, n. 1, 2019b, p. 2-34.

BORGES NETO, J.; MÜLLER, A. L. P. Linguistas ou camaleões? Uma resposta a Tarallo. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, n. 3, v. 1, p. 85-95, 1987.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**. Tradução Denice Barbara Catani. Conferência e debate organizados em março de 1997. São Paulo: Unesp, 2004.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução B. V. Boeira e N. Boeira do orig. em inglês de 1962. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LEMLE, M. Um novo estruturalismo em linguística: Chomsky. **Tempo Brasileiro**, n. 15/16, p. 55-69, 1967.

MERTON, R. K. **Ensaaios de sociologia da ciência**. Tradução S. G. Garcia e P. R. Mariconda a partir de orig. em inglês dos anos 1937, 1938, 1973, 1988. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34.

PAIS, C. T.; RECTOR, M. (org.). **Manual de linguística**. Petrópolis: Vozes, 1979.

RODRIGUES, A. D. Tarefas da lingüística no Brasil. **Estudos Linguísticos. Revista Brasileira de Linguística Teórica e Aplicada**, n. I, v. 1, p. 4-15, 1966.

SANTOS, I. P. Linguística. **Estudos avançados**, v. 8, n. 22, set./dez., 1994, p. 481-486.

TARALLO, F. Uma estória muito mal contada. **D.E.L.T.A.**, v. 4, n. 2, p. 265-272, 1988.

TARALLO, F. Zelig: um camaleão-linguista. **D.E.L.T.A.**, v. 2, n. 1, p. 127-144, 1986.

ZIMAN, J. **Conhecimento público**. Tradução R. R. Junqueira de orig. em inglês de 1968. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

# LINGUAGEM, PENSAMENTO, CULTURA

Paulo Oliveira (UNICAMP)

Em uma das crônicas que compõem o livro *Comédias da vida privada*, Luís Fernando Veríssimo conta o caso de um gaúcho que foi morar no Rio de Janeiro e queria a todo custo ser considerado carioca, não apenas adotando o jeito de falar do local, como também debochando dos gaúchos. O problema é que, como diria Freud, o reprimido retorna. Em certa ocasião, nosso gaúcho-carioca fica entusiasmado numa conversa e, sem querer, acaba revelando-se, ao soltar um sonoro e espontâneo “báa” em meio a seu carioquês. É que seu falar nativo continuava a constituí-lo como sujeito, independentemente de todo seu esforço para aparentar ser outra pessoa.

Há quem diga que a psicanálise só funciona na língua materna, onde estão articulados simbolicamente nossos sentimentos mais íntimos. Quem aprende uma língua estrangeira pode até, depois de certo tempo, dominar todo um vocabulário de palavras chulas e xingamentos. Mas dificilmente se verá alguém sentir vergonha, uma pessoa ficar vermelha ao ouvir um termo tabu em língua estrangeira. Meu ponto é que a linguagem nos constitui como sujeitos, e a linguagem é adquirida socialmente, por assimilação cultural ao meio ambiente, de modo independente de um processo de aprendizagem formal – que pode ocorrer ou não.

Na linguística *mainstream*, a célebre hipótese de Sapir-Whorf-Humboldt é hoje largamente considerada “superada”, sendo que parte dos argumentos comumente apresentados para mostrar sua “inadequação”



remetem ao fato de que, ainda que certa língua possa não ter um repertório que dê conta de tudo aquilo que é contemplado em outras, toda língua seria flexível o suficiente para dizer, com recursos próprios de seu sistema, aquilo que é expresso em outros idiomas. Até aí, não tenho maiores restrições, alinhando-me com Roman Jakobson (1971) no entendimento de que o que diferencia mais fortemente as línguas não é o que elas são capazes de expressar, mas o que necessariamente têm de contemplar. Gêneros dos substantivos e aspectos verbais seriam alguns dos exemplos mais célebres do que certas línguas “pedem” e outra(s) não.

Mas será que, mesmo que exista, em princípio, sempre algum potencial para expressar numa determinada língua/cultura aquilo que num primeiro momento lhe é estranho, pode-se realmente falar de um universalismo linguístico em termos amplos, como uma base comum a todas as línguas? Quem lida com tradução, como eu, tem certamente de acreditar que a construção de comensurabilidade entre os diversos é uma operação viável – pelo menos até certo ponto. Mas isso não implica que a comensurabilidade seja algo dado desde o início, sendo redutível à questão de achar os meios adequados para isso, i.e., de encontrar no sistema de chegada algo que já corresponderia, desde sempre, a algo que é relevante no sistema de saída – no caso da tradução, por exemplo<sup>1</sup>.

Parte significativa dos argumentos usualmente mobilizados contra a hipótese de Sapir-Whorf-Humboldt costuma trazer em seu bojo uma boa dose daquilo que o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein chamou, em sua obra tardia, de “concepção referencialista” (ou “agostiniana”) de linguagem, i.e., a ideia de que o que é expresso na linguagem corresponde, de alguma forma, a algo já dado no mundo, independentemente de sua conceitualização linguística. Tratar-se-ia, então, apenas de encontrar, nas diferentes línguas, aquilo que corresponde ao fenômeno natural que se quer descrever – ou, antes, nomear (aplicando-lhe uma “etiqueta”). Em outras palavras: mobilizam-se contra a hipótese de Sapir-Whorf-Humboldt argumentos que a correlacionam ao mundo empírico e aborda-se o fenômeno como se ele dissesse respeito ao sistema da língua, e não a operações realizadas por seus usuários (via

---

1 Paul Ricœur (2011, p. 64) fala, com muita pertinência, da tradução como mecanismo de **construção** do comparável.

linguagem). Não descarto a possibilidade de que os autores cujos nomes integram a referida hipótese aderissem, em suas respectivas visões, a um certo naturalismo, de modo condizente com o mundo e o contexto científico/cultural em que viviam. Mas reduzir suas visadas e potenciais desdobramentos a uma abordagem naturalizante (ou empírica, no sentido de relacionada a fenômenos do mundo físico), parece-me um equívoco, é jogar a criança com a água suja do banho<sup>2</sup>.

Vejam os alguns exemplos representativos de um campo maior, com alcance na dimensão da cultura ou, como diria Wittgenstein, das diferentes formas de vida. Num trecho crucial da célebre conferência sobre *Os dois métodos de traduzir*, Friedrich Schleiermacher sintetiza:

Por um lado, todo ser humano está sob o poder da língua que fala, ele e seu pensamento são um produto dela. Ele não é capaz de pensar com total determinação nada que esteja fora dos limites de sua língua. A configuração de seus conceitos, os tipos e os limites de suas articulações estão previamente traçados para ele pela língua em que nasceu e foi educado; o entendimento e a fantasia estão ligados por ela. Por outro lado, porém, todo ser humano de livre pensar e espiritualmente espontâneo molda também a língua. Pois como, senão por meio dessas influências, a língua teria se formado e crescido desde seu estado primitivo até a formação completa na ciência e arte? Nesse sentido, portanto, é a força viva do indivíduo que produz novas formas na matéria maleável da língua (SCHLEIERMACHER, 2010 [1813], p. 49; cito com ligeiros ajustes na tradução).

Trata-se aqui claramente de uma expressão da tese sobre a irracionalidade das diferentes línguas, i.e. de um certo grau de irreducibilidade entre elas. No romantismo alemão, quando do nascimento da filologia como disciplina acadêmica, um tópico em grande evidência envolvia a existência de uma protolíngua da qual todas as outras teriam se originado. Em sua notável resenha da possível relação entre teorias da tradução e filosofia da linguagem, Anette Kopetzki resume bem a discussão do tópico levada a cabo naquele contexto:

---

2 Note-se também que a crítica do Wittgenstein tardio ao referencialismo não deve ser confundida com uma negação da existência de uma realidade empírica. A posição do filósofo deixa-se antes condensar no célebre postulado que distingue entre o **quê** do mundo, inegável, e seu **como** – só articulável via linguagem, pensamento e cultura/ciência.

Esse resultado final de uma busca fútil pela unidade original [das línguas] foi formulado por Schleiermacher no início de 1822: “O que de mais antigo existe é o estar-separado dos seres humanos em função da diversidade das línguas”. Porque “as línguas são irracionais entre si e sua diferença é uma diferença no pensar” [*Hermeneutik und Kritik*, p. 420, 461]. Se essa afirmação é uma célebre observação de Humboldt – “A diferença de línguas é uma diferença de visões de mundo em si” – forem combinadas com o comentário que Wittgenstein usa para explicar que a concordância das pessoas “na linguagem” não está nas opiniões, mas sim na forma de vida [*Investigações Filosóficas*, § 241]”, fica claro até que ponto o abandono da filosofia da consciência pelos românticos, sob o signo da influência formativa da linguagem sobre a percepção e o pensamento, preparou a virada linguística muito mais recente (KOPETZKI, 1996, p. 38-39; referências entre chaves recuperam dados das notas de rodapé)<sup>3</sup>.

Note-se bem: tratam-se aqui, tanto no romantismo alemão de Schleiermacher e Humboldt quanto na virada linguística da filosofia analítica (com Wittgenstein), de afirmações sobre diferenças de pensamento, de como as pessoas se relacionam com o mundo – e umas com as outras – via linguagem, e não da capacidade de as diferentes línguas expressarem esse ou aquele conceito<sup>4</sup>. Nesse sentido, os argumentos usualmente mobilizados contra a hipótese de Sapir-Whorf-Humboldt, em sua dimensão empirista/referencialista e articulada em torno do sistema das diferentes línguas (*langue*, nos termos de Saussure), passa ao largo daquilo que pretendem criticar. Em outras palavras: o que está em

3 No original: “Dieses Endergebnis einer vergeblichen Suche nach ursprünglicher Einheit hatte Schleiermacher schon 1822 formuliert: ‘Das älteste Gegebene ist das Getrenntsein der Menschen durch die Verschiedenheit der Sprachen’. Denn ‘Sprachen sind gegeneinander irrational, und ihre Differenz ist eine Differenz des Denkens’.[...] Stellt man diesen Satz und eine berühmte Äußerung Humboldts – ‘Die Verschiedenheit der Sprachen ist eine Verschiedenheit der Weltansichten selbst’ – neben den Satz, mit dem Wittgenstein erklärt, die Verständnismöglichkeiten der Menschen ‘in der Sprache’ seien ‘keine Übereinstimmung der Meinungen, sondern der Lebensform’;[...] so wird deutlich, in welchem Ausmaß die romantische Abkehr von der Bewußtseinsphilosophie unter dem Vorzeichen prägender Einflüsse der Sprache auf das Erkennen und Denken den erst viel später datierten linguistic turn vorbereitet hat.” São minhas as traduções de textos que não constem como tal das referências bibliográficas.

4 Pacheco (2019, p. 322) mostra ser possível traduzir a filosofia de Wittgenstein para Bibri (língua falada por povos indígenas da América Central), mas entende que sua assimilação na cultura de chegada é uma questão em aberto.

jogo são diferenças de **sentido** e não as relações da linguagem com a dimensão empírica do mundo em sua materialidade<sup>5</sup>.

Para que fique bem claro: não nego a importância da observação empírica para o fazer científico ou mesmo a reflexão filosófica – no sentido de respeito aos dados obtidos a partir da descrição dos fenômenos. Pelo contrário: sem observação empírica, não há ciência, nos termos contemporâneos. E sem levar em conta o mundo real, resta à filosofia apenas a metafísica, com seus diferentes dogmas. O grande problema é como dar conta da relação entre linguagem e mundo, ou, em termos kantianos, entre o transcendental e o empírico – uma das grandes questões clássicas da filosofia (vide nota 3, acima). Interessa-me aqui alertar para o risco das generalizações indevidas, quando, como diz Wittgenstein, atribuímos à realidade propriedades do modelo – mobilizado de modo dogmático, unilateral. Ao criticar a “dieta unilateral da razão”, o filósofo austríaco não está sugerindo que abandonemos a razão, mas apenas dizendo que ela não dá conta de tudo; que é preciso examinar o fenômeno por vários ângulos, se quisermos realmente dar conta de seu funcionamento. E isso se aplica sobremaneira aos casos da linguagem, do pensamento e da cultura, tema de nossa exposição – e também à ciência, na sua inter-relação com esses três fatores.

Isso posto, retenhamos que a discussão sobre a origem da linguagem humana passa hoje por uma espécie de *revival* em diferentes disciplinas. As dimensões temporais, no entanto, são bem outras, remetendo aos primórdios da humanidade e do que ocorreu ao longo de milênios no desenvolvimento da espécie. Não é trivial sintetizar o debate, em se tratando de disciplinas que mobilizam em grande parte referenciais teóricos e metodologias muito distintas daquilo que ocorre nas ciências humanas, de modo geral, ou no caso específico de letras ou linguística, mas vale a pena salientar alguns aspectos mais relevantes para nós. Comentarei brevemente alguns trabalhos que chamaram minha atenção

---

5 O filósofo e matemático alemão Gottlob Frege distingue entre sentido [*Sinn*] e referência [*Bedeutung*] (MIRANDA, 2011), como no exemplo: a referência para a estrela da manhã e a estrela da tarde (sentido) é o mesmo planeta – Vênus. A importância de Frege para a virada linguística e desdobramentos atuais são apresentadas, de maneira didática, em alguns vídeos disponíveis no *YouTube*, como <https://bit.ly/3jjXX7T> e <https://bit.ly/2Ciyuv2> (acesso em: 19 jul. 2020). Note-se que Frege privilegia as denotações (excluindo o psicológico), mas o sentido, para nossa discussão cultural, abarca também o domínio das conotações – e do subjetivo, i.e., da identidade.

nos últimos tempos, visando mais despertar a curiosidade de quem possa quiçá se interessar pelo assunto do que fazer uma análise sistemática – inviável no quadro desta breve exposição, de todo modo.

Michael Tomasello, por exemplo, pesquisa, no campo da psicologia e da antropologia histórica, o que difere o comportamento linguístico dos humanos face ao de seus parentes mais próximos, os primatas. Em *Origens da comunicação humana* (TOMASELLO, 2008), o autor destaca dois fatores como fundamentais para o desenvolvimento de nossa capacidade linguística: 1) a possibilidade de chamar a atenção de nossos pares através de gestos ostensivos (analógicos), gerando a atenção compartilhada; 2) a disposição a interagir socialmente com objetivos compartilhados. Ao longo de um processo milenar, o signo, que nasceu analógico, torna-se digital, criam-se sistemas de oposições que levam às diferentes gramáticas da linguagem humana.

Mas como fica, nesse cenário, a questão da diversidade das línguas<sup>6</sup>? Tradicionalmente, pensa-se tal diversidade como advinda da falta de contato, do isolamento geográfico etc., uma hipótese bastante consolidada pela linguística histórica e que podemos manter, como bom descritor daquilo que ocorre quando há barreiras naturais – passivas – à comunicação. Mas existem também barreiras criadas pelo próprio ser humano, as quais podemos compreender como segundo vetor explicativo da diversidade das línguas. Em seu texto sobre as *Origens da mente social humana*, Mark Pagel (2012) propõe uma tese instigante, segundo a qual a diversidade das línguas humanas, por oposição à homogeneidade das formas analógicas de comunicação de outras espécies, deriva de um mecanismo de coesão de grupos vivendo em organizações tribais, em que a linguagem é ao mesmo tempo elemento de coesão intragrupo e fronteira de demarcação face àqueles que não pertencem ao grupo. Seu exemplo favorito são as ilhas tropicais da Papua Nova Guiné, onde se encontram cerca de 15% das línguas faladas no planeta, num espaço reduzido da ordem de 808 mil km<sup>2</sup>, abrigando mais de 800 línguas distintas, em média com 2 mil falantes cada e fronteiras linguísticas separadas por poucos quilômetros de distância (PAGEL, 2012, cap. 1). Compare-se

---

6 Retomo aqui uma síntese elaborada em outro contexto (OLIVEIRA, 2016), à qual já recorri parcialmente também em trechos anteriores da exposição. O argumento atual aprofunda a discussão em certos aspectos e agrega-lhe outros.

essa tese com o que sabemos ocorrer nos espaços urbanos das grandes metrópoles contemporâneas, com suas diferentes “tribos” que criam jargões próprios para delimitar quem pertence ou não ao grupo, de modo combinado com formas de vestir ou se comportar. Ou tomemos a prática linguística do *code switching* por parte de falantes bi ou plurilíngues, em suas interações com seus diversos interlocutores (AUER, 1999), e chegaremos à conclusão de que a hipótese de Pagel merece, pelo menos, ser levada em consideração.

Isso posto, repassemos brevemente alguns pontos que demandam diferenciação adicional. Um deles é a caracterização da linguagem como transmissor de memes culturais – à semelhança da transmissão dos genes na biologia – que Pagel (2012) mobiliza com franca inspiração em Richard Dawkins. Tal raciocínio tem certamente alguns aspectos polêmicos, como a ideia de seleção natural dos memes, sobrevivendo os mais aptos. Aplicada às línguas naturais, tal hipótese significaria que, no longo prazo, o processo de globalização levaria quase inexoravelmente à adoção de uma única língua franca (o inglês?), até mesmo como forma de superar as dificuldades impostas pela necessidade de tradução – com os custos aí envolvidos etc<sup>7</sup>. Num certo sentido, essa é uma tendência inegável, como atesta a própria cultura acadêmica atual, em que publicar em inglês torna-se cada vez mais um imperativo e idiomas antes fortes como o alemão e o francês perdem gradativamente seu estatuto de língua compartilhada da ciência, ao passo que o mandarim não se impõe como alternativa, apesar de ser a língua mais falada no mundo<sup>8</sup>.

Por outro lado, o próprio Pagel não deixa de fornecer pistas – que ele mesmo ignora, neste caso específico – no sentido de que o mecanismo de padronização por cópia deixa de ser efetivo quando a diversidade e com ela a capacidade de inovação se esgotam. Sua proposta de que grandes organizações sociais são tributárias da manutenção de regras locais para seu funcionamento (PAGEL, 2012, cap. 10) pode ser tomada como outro indicador de que, por mais que se construa uma cultura

7 Pagel coloca essa hipótese de modo explícito em seu TED-Talk de julho de 2011. (Disponível em: [https://www.ted.com/talks/mark\\_pagel\\_how\\_language\\_transformed\\_humanity#t-11626](https://www.ted.com/talks/mark_pagel_how_language_transformed_humanity#t-11626). Acesso em: 19 jul. 2020).

8 Ver *Wikipedia* para um cômputo genérico, ainda que carente de atualizações mais recentes e com maior grau de formalização. Disponível em: <https://bit.ly/2WveOeb>. Acesso em: 19 jul. 2020.

globalizada pela via da integração tecnológica e econômica, a preservação de culturas locais, até mesmo na forma de modificações impostas localmente ao modelo global, é um imperativo vital. E aqui retomamos a questão do risco das generalizações muito amplas, não raro derivadas da imposição de características do modelo teórico à realidade que se quer descrever/compreender.

Em *Cognição e comunicação na evolução da linguagem*, Anne Reboul (2017) propõe uma tese praticamente simétrica à que defendo aqui, como implicação quase necessária da compreensão de que animais não-humanos já possuem conceitos e uma forma rudimentar de linguagem:

A tese principal deste livro – isto é, que a linguagem é um sistema de comunicação apenas num sentido fraco e que ela inicialmente desenvolveu-se para o pensamento, antes de ser externalizada para a comunicação – pode ou não ser compatível com a hipótese de Sapir-Whorf (de relance, eu diria que não é), mas isso é irrelevante, posto que a hipótese de Sapir-Whorf dificilmente pode ser considerada justificada pelos resultados experimentais (REBOUL, 2017, p. 138)<sup>9</sup>.

Dada essa perspectiva, não surpreende que Reboul discorde frontalmente de Tomasello, que é escolhido como interlocutor privilegiado no argumento da autora contra a relevância dada ao princípio da cooperação (REBOUL, 2017, p. 170-181). Tomasello, por sua vez, adere a uma visão de linguagem informada também pelo Wittgenstein tardio, de cuja obra são retiradas as epígrafes dos diversos capítulos do livro sobre as *Origens da comunicação humana*. É certo que não temos de “comprar o pacote completo” da proposta de Tomasello, nem de qualquer outro teórico, notadamente quando se atravessam fronteiras disciplinares. Mas alguns *insights* e resultados de sua pesquisa, e de outras áreas do saber, podem certamente ser mobilizados com ganhos para nossa própria reflexão – se feito o devido trabalho de compatibilização.

9 No original: “The main thesis of this book –that is, that language is a communication system only in a weak sense and that it initially evolved for thought before being externalized for communication– may or may not be compatible with the Sapir-Whorf-Hypothesis (at a glance, I would say that it is not), but that is irrelevant, given that the Sapir-Whorf hypothesis is hardly vindicated by experimental results.”

Reboul faz um apanhado geral de teorias cognitivistas e tratamentos dados pela linguística *mainstream* à questão da evolução da linguagem, porém sem abrir espaço para problematizações de alguns preceitos hegemônicos nessas áreas. O que nos importa aqui é questionar uma postura teórica e metodológica que supervaloriza a empiria/materialidade (expressa em “resultados experimentais”) e desconsidera a dimensão mais abstrata da cultura. Tal tendência a restringir-se aos referentes empíricos se expressa, dentre outros, na forma como são construídos os experimentos que visariam comprovar ou descartar a validade da hipótese de Sapir-Whorf [-Humboldt], como num estudo em larga escala feito por pesquisadores de Stanford:

Curiosamente, as principais diferenças entre as línguas encontradas deram-se principalmente em quatro domínios: tempo, espaço, numerais e cores. É digno de nota que dois desses domínios (tempo e espaço) parecem estar ligados ao léxico funcional, ao passo que, dos dois restantes, um (cores) é claramente perceptivo, mas o outro (numerais) é claramente abstrato (REBOUL, 2017, p. 133-134)<sup>10</sup>.

Em sua discussão, a autora valoriza os aspectos sistemáticos (p. ex. léxico), mas também leva em conta fatores como o quadro de referência espacial e sua relação com o processamento cognitivo. Não deixa de ser significativo que, nesses experimentos, e na análise de seus resultados, são fatores empíricos, do mundo material (e de nossos sistemas para descrevê-lo), o que é usado com padrão “objetivo” de comparação. Fica fora toda uma conceptualização mais abstrata, envolvendo descritores de aspectos culturais propriamente ditos. Nesse sentido, tem-se aqui pelo menos uma forte tendência a reduzir a linguagem à sua função referencial/designativa.

A questão do parâmetro de objetividade não é trivial e já foi colocada, dentre outros, na *Filosofia da Gramática* de Wilhelm Köller (1988), cuja argumentação permite um matizamento muito maior do debate. Por esse motivo, recorrerei em alguns momentos a essa obra já mais

---

10 No original: “Interestingly, it has turned out that the main differences between languages are mostly found in four domains: time, space, numerals, and colours. It is noteworthy that two of those domains (time and space) seem to be linked to the functional lexicon, while, of the remaining two, one (colours) is clearly perceptual, but the other (numerals) is clearly abstract.”



antiga, à guisa de contraponto – sem qualquer pretensão à exaustão/sistematicidade. Nesse livro, o autor argumenta que, a despeito de toda polêmica que envolve tanto a hipótese de Humboldt (sobre como a visão de mundo é estruturada pela linguagem) quanto a tese da relatividade linguística de [Sapir-] Whorf, é válido concluir “que pode haver dissenso sobre o grau dessa força de determinação [da gramática/linguagem] e sobre a possibilidade de seu controle explícito, mas não sobre sua existência” (KÖLLER, 1988, p. 38)<sup>11</sup>. Daí sua crítica à tradição que atribui categorias ônticas à estruturação da linguagem, nas quais se estabelecem correlações fixas entre estrutura linguística e realidade empírica, e a opção por favorecer, como alternativa, o estudo dos padrões cognitivos:

Quando queremos relacionar diretamente padrões de ordenamento gramatical com ônticos, precisamos já ter uma compreensão pré-estabelecida da própria realidade, através da qual pudéssemos avaliar o conteúdo ôntico dos padrões gramaticais. A pergunta, no entanto, é de onde retiramos essa imagem **normativa** da realidade e como poderíamos legitimar seu valor de verdade (KÖLLER, 1988, p. 30, ênfase no original)<sup>12</sup>.

A pergunta sobre o padrão de correção mobiliza o *insight* de que só podemos legitimar algo com parâmetros que já fazem parte da linguagem. O argumento de Reboul (2017) parece passar ao largo dessa perspectiva, tomando a empiria como se ela comportasse dados “puros”, i.e., como se aquilo que é medido independesse dos instrumentos de medição – cujo papel fundamental não raro nos passa despercebido, é

---

11 No original: “*daß es über das Ausmaß dieser Determinationskraft und über die Möglichkeit, sie zu kontrollieren, Streit geben kann, über die Tatsache selbst aber nicht*”. Vide discussão mais detalhada em capítulo específico (KÖLLER, 1988, p. 212-306).

12 Em alemão: “*Wenn wir grammatische Ordnungsmuster direkt auf ontische Ordnungsmuster beziehen wollen, dann müssen wir schon eine fest vorgegebene Vorstellung von der Realität selbst haben, von der her wir den ontischen Gehalt grammatischer Ordnungsmuster beurteilen können. Die Frage ist allerdings, woher wir dies normgebende Realitätsbild haben und wie wir seinen Wahrheitsgehalt legitimieren können*”. O termo “ôntico” é estranho à discussão de Reboul (2007), mas caberia perguntar se não é essa exatamente a operação feita por esse tipo de cognitivismo.

bem verdade<sup>13</sup>. Na pragmática linguística, uma visada completamente distinta da de Reboul é assumida por Kanavillil Rajagopalan (1992), em sua resenha das tentativas de catalogação universal dos diferentes atos de fala nas diversas línguas e culturas, em estudos da década de 1980. Rajagopalan conclui que tais propostas de universalização das funções comunicativas esbarraram na “irredutibilidade do conceito de ato ilocucionário” (1992, p. 116), i.e., de seu caráter “êmico”, de unidade mínima, somente explicável em termos do lugar que ocupa em determinado sistema de oposições (p. 116, 119). Têm-se aqui casos como

a inexistência nas línguas aborígenes da Austrália de verbos correspondentes a ‘agradecer’ e ‘pedir desculpas’, como também, as observações sobre o receio cultural dos japoneses em relação a ‘pedir demissão’ (conceito intraduzível em japonês [naquela época]), por se tratar, no modo de entender desse povo, de um gesto unilateral e arrogante por parte do empregado (RAJAGOPALAN, 1992, p. 102).

Ainda que Rajagopalan considere tais exemplos apenas como “reforço” a teorias contrárias à *received opinion*, i.e. ao *mainstream* da linguística, por serem casos mais raros, ou “esporádicos”, eles servem bem para ilustrar a ideia de que uma “visão de mundo”, no sentido de Humboldt, não se deixa reduzir à função referencial da linguagem, sendo antes algo que organiza as relações das pessoas entre si e com o mundo, dentro de diferentes culturas – ou formas de vida, nos termos de Wittgenstein (conceito amplo, capaz de englobar também variantes discursivas na ciência, em distintas formações ou grupos sociais etc.).

---

13 Wittgenstein (2009, p.29 [IF, § 50]) argumenta que não se pode dizer, por exemplo, que o metro padrão (*Urmeter*) de Paris “tem” um metro de comprimento, pois ele é o próprio instrumento de medição. De modo semelhante, as amostras de cores também não “têm” certas cores – elas servem de **padrão** para dizer a que outras superfícies podem ser atribuídas essas cores. É certo que hoje há outras formas (matemáticas, combinadas a conceitos da física) para definir extensão ou cor, mas isso não invalida o argumento. Segundo Arley Ramos Moreno, eminente comentador de Wittgenstein no Brasil, a empiria é incorporada à linguagem **enquanto símbolo**, i.e., as amostras fazem parte da linguagem, na condição de paradigma de comparação. Ver, dentre outros, *Bild: de Satz a Begriff; Epistemology of Usage* (MORENO, 2013, 2019; OLIVEIRA, 2020). Note-se ainda que, na literatura de pesquisa especializada, as referências à obra de Wittgenstein são feitas via sigla (título da obra) seguida de número do(s) do parágrafo(s), e não da(s) página(s) – salvo nos raros casos em que os parágrafos não são numerados. Agrego esse dado nas citações.

Nesse sentido, atribuir aos animais o domínio de linguagem e de uma espécie de pensamento rudimentar comporta o risco de salientarmos na linguagem sobretudo aquilo que há de mais básico, do animal que também somos. Nessa operação, pode-se tirar o foco do que é característico do ser humano: a linguagem como fator constitutivo para a formação do pensamento e da cultura – e com isso também da identidade social ou individual.

Tomemos como exemplo o domínio do tempo, reconhecido por Reboul (2017, p. 133-134) como relevante nos experimentos a que recorre em sua discussão – com a ressalva de que as evidências a esse respeito lhe parecem “altamente controversas e abstratas” (p. 134). Aqui, novamente, podemos fazer um contraponto via Köller, que lembra haver no alemão antigo (*Althochdeutsch*) apenas duas formas temporais, presente e passado (*Präsens* vs. *Präteritum*), ao passo que o alemão moderno (*Neuhochdeutsch*) contempla seis variantes (KÖLLER 1988, p. 84, 86, 103, 140). O autor sugere que talvez não seja muito complicado tomar o referencial da física clássica para criar categorias ônticas sobre as formas correspondentes nas diferentes línguas, onde elas existirem<sup>14</sup>. Mas como ficariam essas categorias ônticas de tempo, se substituirmos o conceito de tempo da física clássica pelo da teoria da relatividade? (KÖLLER, 1988, p. 39) Trocando em miúdos: como falar da teoria da relatividade, em termos temporais, usando apenas duas formas, como o *Präsens* e o *Präteritum*? Tanto a física clássica de Newton quanto a teoria da relatividade de Einstein são resultados do pensamento – articulado na linguagem de sua respectiva época, com reflexos, no longo prazo, sobre a estruturação linguística, em sua coevolução com a cultura (e a ciência). Questões como essa não se deixam articular em abordagens como a de Reboul (2017) – sem prejuízo do fato de que o pensamento da física, seja ela clássica, da relatividade ou quântica, se expressa sobretudo em linguagem matemática, de modo que, para dizê-lo em línguas naturais, usaremos sempre traduções aproximadas, analogias destinadas, sobretudo, ao público leigo, independentemente de como nas línguas naturais se articulam os conceitos de tempo e espaço etc.

14 Paul Ricœur, por sua vez, registra que “o chinês [contemporâneo] não tem tempos verbais porque não possui o conceito de tempo elaborado por Aristóteles em *Physique IV*, reconstruído por Kant na ‘Estética Transcendental’ e universalizado por Hegel através das ideias de negativo e da *Aufhebung* [suspensão]” (RICŒUR, 2011, p. 67).

Feitas essas breves notas sobre as relações não triviais entre a linguagem e o mundo empírico, podemos agora retomar a questão da origem da linguagem humana, em termos mais amplos. Se há hoje um mito de origem passível de consenso (criacionistas à parte), ele certamente alinha-se ou pelo menos dialoga com a tradição fundada por Darwin e seus desdobramentos posteriores. Köller (1988, p. 107, 110) aborda o assunto, retomando teorias que remontam ao séc. IX, e faz uma discussão sistemática da supracitada coevolução de linguagem e cultura (sistemas sociais).

Mais recentemente, em *As origens da linguagem – um guia sintético*, James Hurford (2014) apresenta, de maneira “não técnica”, acessível para um público mais geral, alguns aspectos salientes da discussão contemporânea sobre o assunto – com um recorte temporal bem mais largo e foco maior na biologia. Particularmente interessante parece-me a questão da formação dos órgãos que usamos na fala, diante do pano de fundo de sua evolução e diferenciação face aos respectivos órgãos em outros animais. O aparelho fonador, por exemplo, teria se desenvolvido para possibilitar a fala, ou seria ele uma alteração funcional de órgãos surgidos originalmente com outras funções? (HURFORD, 2014, p. 86; ver também EVANS, 2014, p. 45). É certo que alguns animais conseguem emular a fala humana, mas o escopo de sua capacidade articulatória é claramente muito mais reduzido que o nosso. Também não há diferenças de linguagem em outras espécies: o canto de um pássaro, o latir de um cão ou o miado de um gato são característicos da espécie, não importa em que lugar do mundo estejam. Já a fala humana diverge de uma cultura a outra, não apenas na forma de diferentes línguas, como também de sotaques. Há sotaques regionais até mesmo nas línguas de sinais dos diferentes países. Hurford (2014) também reconhece, como Reboul (2017, p. 138), que outros animais já têm alguma forma de pensamento, mas seu argumento é mais matizado:

Os conceitos precederam as palavras na evolução [...], e animais desprovidos de linguagem são capazes de pensar sobre o mundo em alguns modos bastante abstratos. Mas no momento em que as palavras entram na cena, as palavras e os pensamentos se entrelaçam. Emoções universais como raiva ou desgosto, e o reconhecimento conceitual delas, incluindo as expressões

faciais para isso [comunicação analógica], não são afetadas por palavras, e há boa traduzibilidade entre as línguas para essas emoções. Mas outros conceitos são mais específicos para determinadas culturas, tendo sido moldados por suas línguas [sistemas digitais, organizados estruturalmente por oposições internas], havendo apenas uma traduzibilidade interlingual desajeitada para tais conceitos (HURFORD, 2014, p. 124-125, comentários entre chaves acrescidos)<sup>15</sup>.

Cabe também retomar algumas observações do autor sobre o conceito de “significado”, com distinções que precedem sua discussão sobre a diferenciação da percepção e produção de sons nas diferentes espécies:

Parte dos significados que transmitimos na linguagem são conceitos. Uma perspectiva evolutiva começa a partir de criaturas que têm conceitos de partes do seu mundo, mas que ainda não têm formas convencionais de comunicar a outros esses conceitos (e talvez nenhum desejo de fazê-lo, como discutido no capítulo anterior). Todos os animais não-humanos superiores se enquadram nessa descrição: das espécies existentes, somente o *Homo sapiens* anexou a conceitos rótulos linguísticos, palavras, o que confirma que alguns (mas não todos) aspectos do que entendemos por ‘significado’ existem independentemente da comunicação entre as pessoas, como nos conceitos mais simples com quais os animais administram suas vidas. Quais foram os antecessores evolutivos dos conceitos, antes de serem atrelados às línguas que falamos? (HURFORD, 2014, p. 60-61)<sup>16</sup>.

Vê-se que, apesar de salientar a existência de algum tipo de linguagem e mesmo de conceitos na comunicação de animais não-humanos,

---

15 No original: “*Concepts precede words in evolution [...], and languageless animals are able to thin in even some quite abstract ways about the world. But once words enter the scene, words and thoughts become intertwined. Universal emotions as anger or disgust, and the conceptual recognition of these, including the facial expressions for them are not affected by words, and there is good translatability between languages for these emotions. But other concepts are more specific to particular cultures, having been moulded by their languages, and there is only clumsy translatability between languages for such concepts.*”

16 No original: “*Part of the meanings we convey in language are concepts. An evolutionary perspective starts from creatures who have concepts of parts of their world, but as yet have no conventional ways of communicating these concepts to others (and perhaps no desire to do so, as discussed in the previous chapter). All higher non-human animals fit this description. Of extant species, only Homo sapiens has attached linguistic labels, words, to concepts. This acknowledges that some (but not all) aspects of what we mean by ‘meaning’ exist independently of communication between people, as the simpler concepts by which animals manage their lives. What were the evolutionary predecessors before they got harnessed into the languages we speak?*”

Hurford não trivializa a diferença de nossa linguagem com as formas de comunicação desses outros animais. Por essa perspectiva, entendo que não caberia procurar refutar a hipótese de Sapir-Whorf-Humboldt com base em sistemas conceituais próximos àqueles de outras espécies, como a orientação espacial que Reboul (2017) tanto valoriza nos experimentos realizados por linguistas de Stanford, nem tampouco através de dados diretamente ligados à percepção empírica, como os sistemas de cores – por mais que eles possam afetar, de algum modo, a estruturação linguística em diferentes culturas<sup>17</sup>.

Não deixa de ser significativo que Reboul procure excluir de sua análise tanto as cores quanto a noção de tempo, mantendo seu foco apenas naquilo que diz respeito a “categorizações do mundo enquanto tal” (REBOUL, 2017, p. 134). Como se o pensamento humano fosse redutível, naquilo que lhe é característico, a “categorizações sobre o mundo”. E como se dados como os elencados a partir de Köller (1988) acima, na discussão do conceito de tempo, fossem realmente “altamente controversos e abstratos”. Do ponto de vista retórico, o gesto de Reboul é revelador: para negar a existência de diferenças, exclui-se da discussão tudo aquilo que não cabe no modelo teórico privilegiado, i.e., exclui-se a diferença. Em outras palavras: para que o argumento funcione, é preciso que o parâmetro seja relativo ao mundo empírico, e não às diferentes culturas propriamente ditas.

Um outro gesto de procurar no empírico/biológico explicações sobre a linguagem humana é a célebre e controversa hipótese chomskyana de um dispositivo de fala específico dos seres humanos, resultante de algum tipo de mutação que teria ocorrido apenas em nossa espécie. Nos últimos tempos, tal hipótese vem sendo rechaçada sob diversos ângulos. Em sua resenha da filosofia da linguagem na virada do século/milênio, Sören Stenlund (2002, p. 13, 34, 38, 45), por exemplo, entende que a “teoria da linguagem de Chomsky, na qual a ideia de uma gramática universal biologicamente fundamentada é central” (p. 34)<sup>18</sup>, não se sustenta – exatamente por confundir o domínio do empírico/material com fatos de

17 Essa discussão, por outro lado, não é irrelevante, e já ocupou pensadores de renome na tradição ocidental. Abordo o tema em seção dedicada à “cor azul faltante”, em texto sobre a relação entre linguagem, tradução e percepção (OLIVEIRA, 2015, p. 105-110).

18 No original: “[...] Chomsky's theory of language, in which the idea of a biologically grounded universal grammar is central” [...].

sentido, derivados da própria linguagem. Vyvyan Evans (2014), por sua vez, combina resultados da pesquisa em ciências cognitivas com dados da linguística comparada, para criticar exatamente a ideia de aquisição da linguagem como resultado de um dispositivo biológico inato, propondo, em vez disso, “a tese da linguagem como uso” (p. xi, dentre outros). Trata-se aqui de resposta direta à posição de Chomsky, mas sem qualquer referência à filosofia do Wittgenstein tardio, que nas *Investigações Filosóficas* apresenta a célebre definição segundo a qual “o significado de uma palavra é seu uso na linguagem” (WITTGENSTEIN, 2009, p. 25 [IF, § 43]), e não decorrência de uma relação de projeção – biunívoca – com o mundo empírico, como defendia no *Tractatus* (WITTGENSTEIN, 1989), sua obra de juventude.

A autora entende que o postulado de uma linguagem universal à maneira de Chomsky articula-se de um modo “incompatível com os fatos” [*at odds with the facts*] colhidos na pesquisa empírica, i.e., resultante da descrição de línguas realmente existentes (EVANS, 2014, p. 68-70, 78-79, 93-94, dentre outros), e remete à linguística comparada, citando trabalhos como os de N. Evans & D. H. Levinson, que teriam feito uma resenha da diversidade linguística em 2009 e chegado à conclusão de que “as alegações da Gramática Universal... são empiricamente falsas, infalsificáveis ou enganosas” (EVANS, 2014, p. 69-70)<sup>19</sup>. De um ponto de vista informado pela filosofia tardia de Wittgenstein, uma tal teorização universalizante e “incompatível com os fatos” concretos da linguagem encontrável no mundo real – como expressão das diversas culturas – configura-se como exemplo paradigmático daquilo que o filósofo austríaco caracterizou como projeção de propriedades do modelo ao objeto analisado, ou seja: generalizações dogmáticas, indevidas.

Para fechar nossa breve resenha, seja também mencionado o livro *Darwin's incomplete idea*, em que o jornalista sueco Gunnar Odhner (2015) defende a tese da “linguagem como instinto”, também a partir de suas leituras de Wittgenstein. Trata-se de abordagem assaz peculiar, à qual poder-se-iam fazer várias críticas, notadamente por em muitos pontos não conseguir fazer uma apresentação tecnicamente adequada em uma linguagem não-técnica – notadamente quando tira a discussão

19 No original: “*The claims of Universal Grammar... are either empirically false, unfalsifiable, or misleading.*”

de seu contexto de origem e faz extrapolações indevidas<sup>20</sup>. Mas em alguns lugares o livro registra tópicos que merecem atenção. Um deles é a ideia de que não faz sentido separar o ser humano da linguagem, uma vez que “somos linguagem”, que nos definimos através da linguagem e não temos como falar do mundo senão através da linguagem – como já aludido via Köller (1988) acima. Se nossas categorias dependem dos instrumentos com os quais as construímos, é impossível falar da linguagem de um ponto de vista exterior a ela. Na hermenêutica, Gadamer (em polémica contra Hegel) coloca essa questão num célebre aforismo segundo o qual não há um “ponto arquimediano fora da linguagem”, o que implica que o mundo que formos capazes de construir, em termos de categorias do pensamento, já estará articulado na linguagem. Odhner, por sua vez, evoca também o matemático Kurt Gödel, que teria mostrado “que um sistema axiomático não poderá ser provado como confiável nem ser entendido **a partir de si mesmo**” (ODHNER, 201, p. 32, ênfase no original)<sup>21</sup>. Uma outra forma de apresentar o axioma de Gödel é dizer que um sistema ou é incompleto, ou é inconsistente. Daí a conclusão que, se a linguagem “desenvolveu-se numa simbiose entre a natureza e a consciência humana”, isso implica que “mundo e linguagem se comunicam”, i.e., que a “essência do mundo é a essência da linguagem” (ODHNER, 2015, p. 33)<sup>22</sup>. A questão é complexa, mas creio que os exemplos acima, pincelados de uma discussão mais ampla, envolvendo os resultados de pesquisas feitas em diversas áreas do saber, vão no sentido de que separar assepticamente pensamento e linguagem, reduzindo-os a seus aspectos empíricos/materiais, pode não ser o caminho mais promissor para uma compreensão adequado do que está realmente em jogo<sup>23</sup>.

20 A própria ideia de “linguagem como instinto” é enganosa, como leitura de Wittgenstein. Note-se que o argumento de Evans (2014), com sua ênfase na “linguagem como uso”, procura exatamente explicar por que motivos a linguagem humana não é um instinto, algo puramente animal. Poder-se-ia dizer que Odhner confunde a “intuição” (humana), derivada de práticas culturais (memes), com o “instinto” animal, que é repassado através dos genes.

21 No original: “...that an axiomatic system cannot be proven as reliable, not be understood from within itself”.

22 No original: “Language developed in a symbiosis with nature and human consciousness”; “world and language communicate”; “the essence of the world is the essence of language”.

23 Para uma boa síntese das posições mais relevantes envolvendo lógica e filosofia, podemos novamente recorrer a Köller (1988, p. 175-306) que, de resto, admite a existência de alguns universais em níveis muito básicos, mas enfatiza também as inegáveis diferenças entre línguas e culturas, naquilo que lhes é característico – e, portanto, menos “animal”, podemos agregar, para estabelecer uma ponte com nossa discussão.



Dentre os comentadores da obra de Wittgenstein, um tópico controverso é o conceito de formas de vida, citado pouquíssimas vezes de forma explícita pelo filósofo. Uma leitura em destaque é aquela que traça uma linha divisória entre a linguagem humana e os animais. Uma outra vertente, hoje predominante, é aquela que enfatiza a diversidade das formas de vida humanas, diferentes culturas, diferentes jogos de linguagem. Pessoalmente, entendo que a discussão, nesses termos, não está bem colocada. Com base nas formas de vida de que fala Wittgenstein, é possível traçar não só uma linha divisória entre o especificamente humano e o animal, como também outras linhas divisórias, entre diversas culturas. O fundamental é entender que não se trata de uma divisão baseada na biologia, por mais que a biologia também exerça um papel. Trata-se de entender que a questão do sentido passa necessariamente pela linguagem, e que para entendê-la é preciso olhar para o uso real, é preciso descrever como operamos na linguagem – sem tentar reduções ônticas àquilo que, ecoando a tradição platônica, chama-se ainda hoje de “essência”, tida como imutável e universal; ou a uma pretensa referencialidade tida por “objetiva” (independente dos sujeitos observantes e da linguagem utilizada), numa perspectiva cientificista que ignora a inexorável influência do ato de observar naquilo que se compreende como o fenômeno observado (um princípio basilar da física quântica, mas aplicável também, *mutatis mutandis* e com a devida adequação de escala, a outros campos). Ao fazermos isso, estaremos mais próximos de um entendimento adequado de como articulamos nosso pensamento e mesmo nossos sentimentos mais íntimos, nossa identidade. Por essa perspectiva, tratam-se aqui de construções desprovidas de essências pré-determinadas; ou, se quisermos, tratam-se antes de essências construídas no convívio – e na linguagem. A constatação de que “a **essência** se expressa na gramática” (WITTGENSTEIN, 2009, p. 123 [IF, § 371], ênfase no original) remete ao fato de que nossos conceitos são construídos na linguagem, i.e., nas aplicações concretas, no uso que damos às nossas palavras etc<sup>24</sup>. Retenhamos a continuação desse trecho e parte de outro,

---

24 Lembre-se que o termo “gramática”, na filosofia de Wittgenstein, remete à lógica interna dos nossos conceitos (articulados linguisticamente e operando via jogos de linguagem), não se reduzindo à acepção de “gramática” tal como a conhecemos na linguística, ou como discutido por Werner Köller (1988) em seu livro sobre a *Filosofia da gramática*.

em que isso também é explicitado, à guisa de fecho de nossa discussão, ou ponto de partida para sua ampliação futura:

Reflita: “O único correlato na linguagem para uma necessidade natural é uma regra arbitrária. Ela é a única coisa que se pode extrair dessa necessidade natural para uma proposição” (2009, p. 123 [IF, § 372]).

A gramática diz que espécie de objeto uma coisa é. (Teologia como gramática) (2009, p. 123 [IF, § 373]).

Você aprendeu o conceito “dor” com a linguagem (2009, p. 125 [IF, § 384]).

Dizemos também que uma pessoa nos é transparente. Para esta observação é importante, porém, que uma pessoa possa ser para outra um enigma completo. Experimenta-se isso quando se chega num país estrangeiro, com tradições completamente diferentes; ou seja, mesmo quando se domina a língua do país. Não se **entende** as pessoas. (E não pelo fato de não se saber o que elas dizem a si mesmas). Não somos capazes de nos reconhecer nelas (2009, p. 235 [IF, Parte II, xi: PPF, § 325]; ênfase no original).

Se um leão pudesse falar, não poderíamos compreendê-lo (2009, p. 235 [IF, Parte II, xi: PPF, § 327])<sup>25</sup>.

Registre-se também que Wittgenstein recorria frequentemente a exemplos da literatura para ilustrar seu pensamento, mesmo em meio a uma argumentação eminentemente técnica, ao discutir problemas da lógica. Daí encerrarmos nosso texto remetendo ao final da *Ode ao gato* de Pablo Neruda, que parece dialogar diretamente com as observações do filósofo sobre o leão:

Eu não.

Eu não subscrevo.

Eu não conheço o gato.

Tudo sei, a vida e seu arquipélago,  
o mar e a cidade incalculável,

---

25 Citado conforme tradução de José Carlos Bruni (1999): p. 120-121 [§§ 371-373, 384], 201 [Parte II, xi]. Na última edição bilíngue alemão-inglês (WITTGENSTEIN, 2009), numeram-se os parágrafos da assim chamada Parte II das *Investigações Filosóficas*, que recebeu o título de *Filosofia da Psicologia – um Fragmento* [PPF].

a botânica,  
o gineceu com seus extravios,  
o por e o menos da matemática,  
os funis vulcânicos do mundo,  
a casaca irreal do crocodilo,  
a bondade ignorada do bombeiro,  
o atavismo azul do sacerdote,  
mas não posso decifrar um gato.  
Minha razão resvalou em sua indiferença,  
seus olhos têm números de ouro<sup>26</sup>.

## REFERÊNCIAS

AUER, P. From codeswitching via language mixing to fused lects: Toward a dynamic typology of bilingual speech. **The International Journal of Bilingualism**, v. 3 n. 4, Dec. 1999, p. 309-332.

EVANS, V. **The Language Myth**. Why Language is not an Instinct. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

HURFORD, J. R. **The Origins of Language**. A slim Guide. Oxford: University Press, 2014.

JAKOBSON, R. Aspectos linguísticos da tradução. In: JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. Tradução Izidoro Blickstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 5. ed., 1971, p. 63-72. (1st ed. in A. Browner [Org.]: On translation. Harvard University Press, 1959).

KÖLLER, W. **Philosophie der Grammatik**. Stuttgart: Metzler, 1988.

KOPETZKI, A. **Beim Wort nehmen**: Sprachtheoretische und ästhetische Probleme der literarischen Übersetzung. Stuttgart: M&P, 1996.

MIRANDA, S. R. N. O artigo “Sobre o sentido e a referência” de Frege. **Fundamento**, Rev. de Pesquisa em Filosofia, Ouro Preto, v. 1, n. 3. 2011, p. 11-20.

---

26 Tradução de Maria Teresa Almeida Pina, levemente modificada.

MORENO, A. R. Bild: de Satz a Begriff. In: MORENO, A. R. **Wittgenstein: Apontamentos para uma epistemologia do uso**. Salvador: Quarteto, 2013, p. 151-186.

MORENO, A. R. Epistemology of Usage. In: OLIVEIRA, P.; PICHLER, A.; MORENO, A. (ed.). **Wittgenstein in/on translation**. Campinas: CLE/Unicamp, 2019, p. 33-47. Disponível em: <https://urless.in/pzifT>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ODHNER, G. **Darwin's incomplete idea**. Wilmington: Vernon Press, 2015.

OLIVEIRA, P. Epistemologia do traduzir. In: RODRIGUES, C. T. (org.). **Arley Morenum Liber Amicorum: Homenagem a Arley Ramos Moreno in memoriam**. São Paulo: Editora FiloCzar, 2020, p. 306-327 (e-book).

OLIVEIRA, P. Translation, Sprache und Wahrnehmung. **Pandaemonium Germanicum**, v. 18, n. 25, jun. 2015, p. 91-120. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/pg/article/view/100425>. Acesso em: 2 jul. 2020.

OLIVEIRA, P. Babel não revisitada. **Graphos**, João Pessoa, v. 18, p. 24-42, 2016.

PACHECO, M. A. Q. Wittgenstein in Bibri Language. In: OLIVEIRA, P.; PICHLER, A.; MORENO, A. (ed.). **Wittgenstein in/on translation**. Campinas: CLE/Unicamp, 2019, p. 309-342. Disponível em: <https://urless.in/pzifT>. Acesso em: 5 jul. 2020.

PAGEL, M. **Wired for Culture**. Origins of the Human Social Mind. New York & London, 2012. Versão compacta em palestra do TED-Talk disponível em: <https://bit.ly/2WC5u8d>. Acesso em: 19 jul. 2020.

RAJAGOPALAN, K. A irredutibilidade do ato ilocucionário como fator inibidor do êxito das tentativas taxonômicas. **D.E.L.T.A.** 8(1), 1992, p. 91-133.

REBOUL, A. **Cognition and Communication in the Evolution of English**. Oxford: University Press, 2017.

RICER, P. **Sobre a tradução**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

SCHLEIERMACHER, F. D. E. **Schleiermacher** – Hermeneutik und Kritik. Frankfurt: Suhrkamp, 1995, p. 69-237, 6. ed. Editor: Manfred Frank.

SCHLEIERMACHER, F. D. E. Sobre os diferentes métodos de tradução. In: HEIDERMAN, W. (org.). **Clássicos da teoria da tradução**, p. 38-101. Tradução Celso R. Braidá. Florianópolis: UFSC, 2010. (Conference: Mai 24<sup>th</sup> 1813, Academy of Sciences, Berlin; 1<sup>st</sup> publication: 1838).

STENLUND, S. On the Linguistic Turn in Philosophy. In: GUSTAFSSON, M.; HERTZBERG, L. (Eds.): **The Practice of Language**. Dordrecht: Kluwer, 2002, pp.11-50.

TOMASELLO, M. **Origins of Human Communication**. Cambridge/London: Bradford/MIT, 2008.

WITTGENSTEIN, L. Tractatus logico-philosophicus. **Werkausgabe 1**, p. 11-85. Frankfurt: Suhrkamp, 1989. ([T]).

WITTGENSTEIN, L. **Philosophische Untersuchungen = Philosophical Investigations**. Malden & Oxford, Wiley-Blackwell, 2009. (4th., 1st. revised edition. Bilingual. Ed.: P. S. M. Hacker; J. Schulte. English Translation: G. E. M. Anscombe; P. S. M. Hacker; J. Schulte. *Investigações Filosóficas* [IF]. Tradução José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1999. Coleção Os pensadores).

# UM DICIONÁRIO BILÍNGUE INGLÊS- PORTUGUÊS DE COLOCAÇÕES VERBAIS: QUESTÕES E DECISÕES

Stella E. O. Tagnin (USP)

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Gostaria de compartilhar um pequeno histórico para contextualizar a compilação deste dicionário.

Minha dissertação de mestrado, intitulada *‘To do’ or ‘to make’: that’s the question* tratava das diferenças entre esses dois verbos, com base na teoria dos casos de Charles J. Fillmore (1968). Nesse trabalho, já me chamava a atenção a combinação do verbo com determinados substantivos.

Em 1982 fiz um curso de verão com o professor Fillmore intitulado *Conventionality in Language*<sup>2</sup>, que determinou o rumo de minha carreira acadêmica, tanto assim que em minha tese de doutorado, *Levels of Conventionality and the Translator’s Task*<sup>3</sup> (TAGNIN, 1987) eu

- 1 Quero agradecer à Profa. Regiani Zacarias por seus comentários e sugestões a fim de tornar este capítulo mais elucidativo.
- 2 Fillmore jamais publicou o elenco dessas categorias, mas propôs o termo *‘innocent speaker’* (falante ingênuo) para identificar justamente aquele falante que desconhece os vários níveis convencionais da língua (FILLMORE, I. *A second idealization for linguistics*, 1979).
- 3 Dessa tese resultou um pequeno livro. *Expressões idiomáticas e convencionais* (TAGNIN, 1989), publicado pela Editora Ática. Foi atualizado em 2005 com a inclusão de um capítulo sobre Linguística de *Corpus* (TAGNIN, 2005) e ampliado em 2013 com a inclusão de exemplos em alemão, espanhol, francês e italiano, para os quais contei com a colaboração das professoras Eva Glenk, Heloisa Cintrão, Adriana Zavaglia e Angela Zucchi (TAGNIN, 2013).

apresentava as categorias convencionais que Fillmore abordou. Meu objetivo era identificar todas essas categorias numa novela de Saul Bellow, *Him with His Foot in His Mouth*, e oferecer uma tradução que mantivesse essas categorias na língua de chegada, ou seja, que mantivesse a convencionalidade no português. Ao final da tese, minha análise já apontava a necessidade de um dicionário de colocações verbais, uma das categorias menos contempladas nas obras lexicografias consultadas. Na tese de livre docência, *Convencionalidade e Produção de Texto: um dicionário de colocações verbais português/inglês-inglês/português* (TAGNIN, 1998), finalmente, apresentei um estudo justificando a necessidade desse dicionário e sugerindo o protótipo de um verbete. Salientava que se tratava de um dicionário de produção, uma vez que as colocações, via de regra, não apresentam problema de decodificação<sup>4</sup>. Dessa forma, o público-alvo previsto é qualquer pessoa que precise produzir um texto, conforme evidenciado pelo título da tese de livre-docência acima mencionada, seja aprendiz ou não, pois, mesmo em nossa língua materna, cometemos erros colocacionais<sup>5</sup>.

A compilação dessas colocações já teve início à época da dissertação de mestrado quando coletei ocorrências dos verbos *do* e *make*, principalmente em romances, jornais e revistas. Essa coleta, bastante oportunista, continuou por muitos anos, durante os quais contei também com a colaboração de vários alunos aos quais dei como tarefa de avaliação, em diversos cursos, a compilação de exemplos a partir de quaisquer fontes. Em 1995 fui finalmente apresentada à Linguística de *Corpus*, com o *Brown Corpus*<sup>6</sup>, o que veio a mudar o rumo da coleta, por meio do acesso a vários *corpora* que foram sendo disponibilizados on-line. Isso permitiu encontrar novas colocações, validar outras, bem como extrair exemplos autênticos, tanto para a língua inglesa quanto para a portuguesa.

---

4 Cabe esclarecer que, embora o foco tenha sido a produção, o dicionário configura-se na direção português-inglês como de produção para a língua inglesa e de compreensão para a língua portuguesa e vice-versa, ou seja, na direção inglês-português pode ser consultado para a produção em português e para a compreensão em inglês.

5 Recentemente deparei, num trabalho acadêmico, com várias instâncias do verbo ‘traçar’ em combinações que causam estranhamento por não serem consagradas, ou seja, não são combinações convencionais, tais como ‘traçar algumas conclusões’, ‘traçar julgamentos de valor’ e ‘traçar uma análise’.

6 Sou grata ao Prof. Göran Kjellmer, da Universidade de Gotemburgo, que me facilitou o acesso a esse *corpus* e pude fazer, em apenas dois dias, um levantamento que, de outra forma, teria levado meses.

Os *corpora* mais usados foram o COMPARA<sup>7</sup>, o British National *Corpus* (BNC)<sup>8</sup>, o COCA<sup>9</sup> e o *Corpus* do Português<sup>10</sup>, além de outros como o NOW e o iWeb, por exemplo. Devido a essa trajetória não houve, de fato, um planejamento prévio de coleta, uma compilação sistemática, de modo que muitas decisões foram sendo tomadas ao longo do processo. No momento, o dicionário já conta com mais de 3000 colocações em ambas as línguas.

Neste artigo, definirei inicialmente o que entendo por colocação e quais colocações serão abordadas no dicionário. Em seguida, apresentarei brevemente o resultado de um estudo sobre o tratamento das colocações verbais em vários dicionários monolíngues e bilíngues em inglês e português a fim de justificar a estrutura adotada para este dicionário. Por fim, tratarei das questões que foram surgindo ao longo do trabalho e das soluções encontradas.

## /// A CONVENCIONALIDADE E AS COLOCAÇÕES VERBAIS

As colocações verbais representam apenas um dos tipos de expressões convencionais ou fraseologismos da língua, que abrangem desde coligações gramaticais (casos de regência, por exemplo) e binômios ('cara e coragem', 'vivo ou morto') até expressões idiomáticas propriamente ditas ('bater as botas', 'pintar o sete') e provérbios ('Nem tudo que reluz é ouro'), que são as expressões convencionais mais fixas da língua<sup>11</sup>. As colocações verbais, objeto específico do dicionário em questão, são, em sua grande maioria, formadas por um substantivo e um verbo. O substantivo constitui a base da colocação segundo nomenclatura de Hausmann (1985), que preconiza que as colocações verbais devem ser listadas pelo substantivo que é a base da colocação, ou seja, é o elemento

7 Trata-se de um *corpus* paralelo inglês-português com excertos de obras literárias: [www.linguateca.pt/COMPARA](http://www.linguateca.pt/COMPARA).

8 No início consultamos o site original <http://www.natcorp.ox.ac.uk/>, que só permitia acesso a uma parte do *corpus* total. Posteriormente, a plataforma de Mark Davies disponibilizou o *corpus* completo: <https://www.english-corpora.org/bnc/>.

9 É um *corpus* de inglês americano: <https://www.english-corpora.org/coca/>.

10 É um *corpus* que abarca a produção de vários países de língua portuguesa: <https://www.corpusdoportugues.org/>.

11 Para um tratamento amplo da convencionalidade ver Tagnin 2015.



conhecido, enquanto o verbo é o colocado, o elemento desconhecido. O substantivo pode ser o sujeito do verbo ou seu objeto. Há também colocações verbais formadas por verbo mais adjetivo e verbo mais advérbio ou locução adverbial. Por exemplo:

- a. Subst [suj] + V = *cattle lows/gado muge, a bell tinkles/um sino bate*
- b. V + Subst [obj] = *pay attention/prestar atenção, shrug shoulders/dar de ombros*
- c. V + Adj = *get rich/ficar rico, go wrong/dar errado*
- d. V + Adv = *climb aboard/subir a bordo*

As colocações formadas por substantivo mais verbo podem exigir um artigo, como em *make an impression/causar uma impressão*, ou uma preposição, como em *come into force/entrar em vigor*.

## O TRATAMENTO LEXICOGRÁFICO DAS COLOCAÇÕES VERBAIS

Um estudo de como as colocações verbais eram apresentadas em dicionários (TAGNIN, 1998) investigou quatro dicionários monolíngues em inglês, um dicionário monolíngue em português, quatro dicionários bilíngues na direção inglês-português e dois na direção português-inglês. Para tanto foram consultadas nove colocações verbais (Fig. 1) a fim de averiguar se eram contempladas e, em caso positivo, de que forma e onde apareciam: (a) pelo substantivo ou pelo verbo, (b) como cabeça do verbete, (c) como um subverbo, (d) na definição, (e) num exemplo?

Figura 1: Colocações investigadas nos dicionários

Make/take a decision	Tomar uma decisão
Meet/satisfy a need	Satisfazer uma necessidade
Make a living	Ganhar a vida
Put a curse on sb	Rogar (uma) praga em alg.
Dispel/remove a doubt	Dirimir uma dúvida

Deliver a speech	Fazer uma palestra
Take an exam	Fazer um exame
Do battle	Travar (uma) batalha
Wage war	Travar uma guerra

Fonte: Adaptado de Tagnin, 1998

O primeiro estudo foi realizado em 1998 como parte integrante da tese de livre docência, porém foi atualizado em 2016 (TAGNIN, 2016) com a inclusão de dois outros dicionários. No entanto nenhuma diferença significativa foi observada. No geral, o levantamento<sup>12</sup> revelou não haver um tratamento sistemático dessas colocações. Por exemplo:

- na maioria das vezes, quando a colocação era contemplada, era elencada pelo verbo. Essa abordagem se justifica apenas num dicionário que visa facilitar a compreensão, mas não a produção de um texto, pois, conforme já expusemos, o colocado é exatamente o elemento que o consulente não conhece; ele conhece o substantivo, mas não sabe com qual verbo esse substantivo comumente coocorre. Houve casos em que a colocação era elencada tanto pelo substantivo quanto pelo verbo;
- por vezes a colocação aparecia como subverbetê, o que dificultava sua localização;
- ora aparecia apenas num exemplo, por vezes salientada em itálico ou negrito, por vezes sem qualquer ênfase.

Fica evidente, dessa forma, a dificuldade que o consulente tem para encontrar a colocação que busca. Na próxima seção, discutiremos as questões que surgiram ao longo da compilação do dicionário e as soluções encontradas.

12 Para um detalhamento desse estudo e a lista completa dos dicionários consultados, ver Tagnin 1998 e Tagnin 2016.

## QUESTÕES E DECISÕES

Nesta seção discutiremos os critérios que adotamos, ao longo do processo, para a inclusão ou exclusão de uma combinação.

### Questão 1: Esta é mesmo uma colocação?

Adotamos a seguinte definição:

**Uma colocação é uma combinação lexical recorrente, não-idiomática, coesa, cujos constituintes são contextualmente restritos e de coocorrência arbitrária.**

Em outras palavras, a combinação deve ser recorrente, de significado transparente e formando uma unidade de significado. Além disso, seus constituintes são determinados pelo contexto, não havendo explicação gramatical ou semântica para sua ocorrência. Por exemplo, em português empregamos o verbo ‘travar’ tanto para ‘batalha’ quanto para ‘guerra’, enquanto em inglês são usados dois verbos distintos: *do battle* e *wage war*. E não há explicação para essa diferença a não ser que cada substantivo se coloca com determinado verbo.

Nesse sentido, *give a book* e ‘dar um livro’ são consideradas combinações livres, pois tanto *give* quanto ‘dar’ podem ocorrer praticamente com qualquer substantivo: *give a bicycle*, *give a pencil*, *give a home* / ‘dar uma bicicleta’, ‘dar um lápis’, ‘dar uma casa’. Já *give a paper*, no sentido de ‘apresentar uma comunicação’, é uma colocação, pois a coocorrência da base e seu colocado é restrita pelo contexto. Por último, seu sentido não deve ser idiomático, razão pela qual ‘pagar o pato’ não faz parte da nomenclatura do dicionário.

## Questão 2: Colocações cognatas devem ser incluídas?

Acreditamos que devem ser incluídas, pois o consulente pode não saber que são cognatas. Além disso, pode haver uma diferença quanto ao uso do artigo. Enquanto em inglês a colocação *have a prejudice* exige um artigo, em português dizemos ‘ter preconceito’, sem artigo. Vejamos os exemplos abaixo:

1. *I believe that New Yorkers have a prejudice against the southern dialect.*
2. *Samuel L. Jackson interpreta um negro que **tem preconceito** contra os próprios negros.*

O mesmo ocorre com *make a difference* em oposição a ‘fazer (uma) diferença’, em que o artigo é opcional:

3. *What is your organization doing to **make a difference**?*
4. *Brilho menos intenso ou cores mais amareladas, poderão **fazer a diferença**.*
5. *A educação é o que pode **fazer diferença** na vida das pessoas.*

Por essa razão, optamos por incluir colocações cognatas.

## Questão 3: Colocações especializadas devem ser incluídas?

A solução encontrada foi incluir aquelas que são de conhecimento do falante instruído. Por exemplo ‘dar queixa’ é uma colocação do âmbito jurídico, mas é do conhecimento geral, ‘prestar depoimento’ é outra que qualquer pessoa instruída conhece, pois ambas são colocações correntes e recorrentes, principalmente no discurso jornalístico, ou seja, basta ler um jornal para encontrar essas colocações. Já ‘instruir um processo’ é uma colocação mais especializada, empregada especificamente em contextos jurídicos. Enquanto ‘abrir um processo’ e ‘instaurar

um processo' têm 7410 e 1977 ocorrências, respectivamente, no *corpus* NOW do Português, 'instruir um processo' tem apenas 179. Nos exemplos abaixo, fica clara sua diferença contextual.

6. A Agência **abriu um processo** administrativo para apurar possíveis irregularidades em relação à operação da aeronave acidentada.
7. A Prefeitura também **instaurou um processo** administrativo para apurar como a criança deixou a creche sem ser notada.
8. Bertulucci explicou ao relator que ele poderá **instruir o processo** de pedido de suspeição ou decidir liminarmente.

Dessa forma, as duas primeiras colocações serão contempladas no dicionário, enquanto a terceira não o será por se configurar como uma colocação de uso mais restrito e mais especializado.

#### Questão 4: A frequência deverá o único critério a ser seguido?

Embora a frequência seja um indicador positivo da recorrência de uma combinação, deve-se também considerar a exclusividade (BREZINA *et al.*, 2015), ou seja, a restrição de coocorrência da colocação. Por exemplo, se buscarmos os verbos que ocorrem com maior frequência com 'dúvida', no *corpus* NOW, teremos 278 ocorrências para ESCLARECER<sup>13</sup> e apenas 66 para DIRIMIR. No entanto, quando buscamos DIRIMIR e os substantivos com os quais coocorre, obtemos 2062 ocorrências para 'QUESTÃO'. O segundo substantivo mais frequente é 'DÚVIDA' com 259 ocorrências. Isso demonstra que 'dirimir uma dúvida' é uma colocação pouco frequente, porém bastante restrita, de modo que é imprescindível que seja incluída na obra.

---

13 A grafia em versalete indica tratar-se da forma canônica do lexema, ou seja, inclui todas suas formas lexicais.

### Questão 5: Como selecionar um bom exemplo?

Aqui cabe uma observação: o dicionário não trará definições, de modo que é imprescindível oferecer um exemplo que deixe claro o significado da colocação. Surge então a questão de como escolher um bom exemplo. Como inicialmente se cogitava uma publicação impressa, um dos critérios era que fosse objetivo e curto. Mas o principal critério é que fosse autoexplicativo, ou seja, que o exemplo deixasse claro o significado. É interessante observar que essa é uma preocupação que transparece no Sketch Engine (KILGARRIFF *et al.*, 2004) que oferece uma ferramenta específica denominada GDEX (Good Dictionary EXample) (KILGARRIFF *et al.*, 2008). Nos exemplos (9) e (11) abaixo, o contexto é insuficiente para que o consultante possa inferir o sentido da colocação, enquanto (10) e (12) são adequados.

9. *Tom, you **bring up a point** that I brought up a few weeks back.*
10. *While I doubt this is true, it does **bring up a point I want to discuss**.*
11. *A empresa **apurou um prejuízo** líquido de R\$ 15,7 milhões no último trimestre de 2018.*
12. *A empresa **apurou prejuízo** líquido de R\$ 3,24 bilhões, contra lucro de R\$ 129,6.*

Vale esclarecer que os exemplos extraídos dos *corpora* sofrem apenas mínimas alterações, quando necessário, para deixá-los coesos. Além disso, são anonimizados, como se vê acima, em que o nome da companhia foi substituído por ‘empresa’.

### Questão 6: Como determinar uma tradução adequada da colocação?

Em primeiro lugar é preciso deixar claro que os exemplos que contêm as colocações em ambas as línguas são autênticos, de uso no idioma, ou seja, não são traduções uns dos outros. Buscou-se encontrar traduções das colocações que também fossem colocações na outra língua,

embora isso nem sempre tenha sido possível, como veremos abaixo. Outra questão que surgiu foi a escolha da colocação ‘equivalente’. Por exemplo, em inglês diz-se *dig a well*, enquanto em português temos, em ordem de frequência: ‘perfurar’ / ‘cavar’ / ‘furar um poço’. Como as três possibilidades são correntes, embora possam ser empregadas em registros distintos, todas farão parte do dicionário.

O que fazer quando a uma colocação A corresponde uma colocação B totalmente diversa? É o caso de *crash a party* em inglês, à qual corresponde ‘entrar de penetra (numa festa)’ em português. Ou seja, o substantivo-base da colocação em inglês *party*, ao ser traduzido, torna-se a locução adverbial ‘numa festa’. Nesse caso, a entrada na direção inglês-português será pela base *party*, enquanto na direção português-inglês será pela base ‘penetra’. Pensando no consulente, teremos uma remissiva em ‘festa’ apontando para ‘penetra’. O mesmo ocorre com *a volcano erupts* que, em português, é traduzido como ‘um vulcão entra em erupção’, onde o colocado *erupts* transforma-se numa colocação verbal *per se*: ‘entra em erupção’. Nesse caso teremos em inglês a entrada por *volcano* e no português por ‘erupção’ com uma remissiva em ‘vulcão’.

Outra questão é quando a uma colocação A corresponde, na outra língua, um verbo monolexemático, ou seja, não lhe corresponde uma colocação. Por exemplo, *go sour*, uma colocação em inglês, é expressa apenas como ‘azedar’ em português. Nesses casos, buscou-se sempre uma tradução que fosse funcionalmente equivalente, ou seja, que funcionasse naquele contexto, mesmo não sendo uma colocação verbal. Essas ocasiões trouxeram à tona outro problema: por se tratar de um dicionário de colocações verbais, os verbetes devem ser colocações em suas línguas de origem. Dessa forma, como ‘azedar’ não faz parte de uma colocação, esse lexema não será contemplado na direção português-inglês. Além disso, ‘azedar’ é um verbo e, no nosso caso, todas as entradas são de substantivos (adjetivos e advérbios, em alguns casos).

É comum também os substantivos diferirem nas duas línguas, como em ‘tomar providências’, traduzido como *make arrangements*, ou ‘dar o peito’ que pode ser traduzido como *give suck*. Nesses casos, buscas em *corpora* paralelos podem ser de grande ajuda, embora *corpora* comparáveis – *corpora* cujos textos sejam do mesmo domínio, do mesmo gênero

textual e do mesmo período nas duas línguas – podem ser bastante úteis por abrangerem os mesmos contextos (TAGNIN, 2007). Relato um caso bastante elucidativo, apesar de não ter envolvido uma colocação verbal. Buscava, sem êxito, uma tradução para ‘gol contra’. Felizmente, contava com um *corpus* comparável de uma das Copas do Mundo. Ao identificar o autor de um ‘gol contra’ no *corpus* de língua portuguesa, busquei linhas de concordância com o nome desse jogador no *corpus* em língua inglesa e eis que aparece **own goal**. Isso demonstra o quanto importante é estabelecer critérios muito claros para a construção de um *corpus*.

## /// CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo discutimos a compilação de um dicionário específico de colocações verbais inglês-português com foco nas questões que surgiram ao longo do processo. O dicionário se justifica por não haver, salvo engano, obra similar, pois essas colocações têm sido negligenciadas nas obras lexicográficas e, quando não o são, costumam ser tratadas de maneira assistemática, com exceção de dicionários de colocações de língua inglesa, que, entretanto, abarcam vários tipos de colocações. Nesse cenário, o consulente terá grande dificuldade para encontrar o que busca, razão pela qual optamos por focar na produção linguística.

As colocações têm um significado transparente e, em geral, não causam problemas de compreensão. Mesmo que uma pessoa jamais tenha ouvido aquela colocação, muito provavelmente será capaz de entendê-la. No entanto, não há garantia alguma de que será capaz de produzi-la. Por essa razão, este dicionário está estruturado conforme Hausmann (1985), para quem as colocações devem sempre ser elencadas pelo substantivo, por ele ser a base da colocação, o elemento conhecido. E é a partir desse elemento que o consulente buscará seu colocado.

Abordamos desde questões de como definir se uma combinação é uma colocação verbal ou não, passando pela busca de exemplos apropriados e chegando à tradução das colocações.

No geral, adotamos uma abordagem pragmática, a exemplo do que os autores do *Oxford Dictionary of Collocations* 2002 postularam,



colocando-nos no lugar do consulente e tomando decisões que garantissem que esse teria facilidade de encontrar aquilo que buscava. Em suma, nossa preocupação foi o usuário, quer fosse um aprendiz iniciante ou um produtor de texto já mais avançado.

## REFERÊNCIAS

BREZINA, V., MCENERY, T.: WATTAM, S. Collocations in context: A new perspective on collocational networks. **International Journal of Corpus Linguistics**, 2015, p. 139-173.

FILLMORE, C. J. Innocence: A Second Idealization for Linguistics. **Proceedings of the Annual Meeting of the Linguistic Society of America**, 1979, p. 63-76.

FILLMORE, C. J. The Case for Case. In: **Universals in Linguistic Theory**, BACH E.; HARMS, R. T. (ed.). p. 1-25. London: Holt, Rinehart and Winston, 1968.

HAUSMANN, F. Kollokationen im deutschen Wörterbuch. Ein Beitrag zur Theorie des Lexikographischen Beispiels. In: **Lexikographie und Grammatik**, BERGENHOLZ, H.; MUGDAN, J. Tübingen: Niemeyer, 1985.

KILGARRIFF, A.; HUSÁK, M.; MCADAM, K.; RUNDELL, M.; RYCHLÝ, P. GDEX: Automatically Finding Good Dictionary Examples in a *Corpus*. **Proceedings of the 13th EURALEX International Congress**, July 2008, p. 425-432.

KILGARRIFF, A.; RYCHLÝ, P.; SMRZ, P.; TUGWELL, D. The Sketch Engine. **Proceedings EURALEX**. Lorient, France, 2004.

Oxford University Press. **Oxford Collocations Dictionary for students of English**. Oxford University Press, 2002.

TAGNIN, S. E. O. A identificação de equivalentes tradutórios em *corpora* comparáveis. **Anais do I Congresso Internacional da ABRAPUI, 2007**. Disponível em: [http://comet.fflch.usp.br/sites/comet.fflch.usp.br/files/u30/StellaAbrapui%202007\\_artigo.pdf](http://comet.fflch.usp.br/sites/comet.fflch.usp.br/files/u30/StellaAbrapui%202007_artigo.pdf) Acesso em: 28 set. 2020.

TAGNIN, S. E. O. **Convencionalidade e Produção de Texto**: um dicionário bilíngue de colocações verbais inglês/português-português/inglês. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998. Tese de livre-docência, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TAGNIN, S. E. O. **Expressões idiomáticas e convencionais**. São Paulo: Ática, 1989.

TAGNIN, S. E. O. **Levels of Conventionality and the Translator's Task**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TAGNIN, S. E. O. **O jeito que a gente diz**: combinações consagradas em inglês e português. São Paulo: Disal, 2005.

TAGNIN, S. E. O. **O jeito que a gente diz**: combinações consagradas em inglês e português. São Paulo: Disal, 2013.

TAGNIN, S. E. O. Proposta para um dicionário bilíngue de colocações verbais inglês/português-português/inglês. In: SILVA, S. (org.). **Fraseologia & Cia**. Entabulando diálogos reflexivos. Campinas: Pontes Editores, 2016, p. 159-183.

TAGNIN, S. E. O. **'To do' or 'to make': that's the question**. Boletim n. 38 (Nova Série). São Paulo: Departamento de Letras Modernas, n. 10 – Curso de Língua e Literatura Inglesa n. 01, 1982.

TAGNIN, S. E. O. **'To do' or 'to make': that's the question**. São Paulo, 1981. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

# FORMAS LEXICOGRÁFICAS DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO LÉXICA: UMA ANÁLISE DE DICIONÁRIOS ELETRÔNICOS DE ESPAÑHOL

Odair Luiz Nadin (UNESP)

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

*Tiempos modernos como decía Chaplin, y con ellos la era de las nuevas tecnologías, el bum de la informática y sus distintas aplicaciones. ADSL, CD-ROM, USB, Internet o en línea son ya unidades léxicas de uso cotidiano que apenas extrañan a nadie. El tiempo pasa y la vida se transforma, y la lexicografía no es ajena a los profundos cambios a los que asistimos.*

(ÁGUILA ESCOBAR, 2009, p. 9)

Esses “tempos modernos” e as “novas tecnologias”, aos quais se refere o autor da epígrafe acima, continuam influenciando e transformando a forma como pensamos, entendemos e vivenciamos nossas experiências cotidianas. A Lexicografia, como qualquer outra área

---

<sup>1</sup> Parte da pesquisa à qual está vinculado este artigo foi desenvolvida durante nosso estágio de Pós-Doutorado no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), no período de 01/03/2017 a 28/02/2018, sob a supervisão da Profa. Dra. Ieda Maria Alves e com financiamento do Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES (PNPD/FFLCH/USP).

do conhecimento humano, não ficou e não poderia ficar alheia a essas transformações.

Ao longo de seu milenar percurso como técnica, e mais recentemente, a partir do século XX, como ciência, a Lexicografia<sup>2</sup> experimentou inúmeras (r)evoluções no sentido de tornar o dicionário, além de sua característica própria de “repertório de dados léxicos” (TORRES DEL REY; FUENTES MORÁN, 2013), cada vez mais útil ao usuário.

Tarp (2013, p. 54), ao se referir à Lexicografia prática, salienta as diferentes etapas com relação aos suportes utilizados. O autor menciona “obras esculpidas em barro, manuscritas em papel ou papiro, impressas com tecnologias diferentes e, mais recentemente disponibilizadas eletronicamente em vários suportes, como CDs, computadores portáteis, celulares, internet etc”<sup>3</sup> (TN). Obras disponíveis nestes últimos suportes mencionados pelo autor consistem em nosso objeto de estudo no presente texto.

É nesse contexto, portanto, que se insere a discussão que apresentamos no presente texto. Temos por objetivo estudar formas de representação de informação léxica e lexicográfica em três dicionários bilíngues no par de línguas português e espanhol, disponíveis em diferentes suportes eletrônicos, que podem ser usados por brasileiros aprendizes de espanhol. Entendemos por “formas de representação de informação léxica” as formas com as quais se condensam (apresentam, representam) informações léxicas/lexicográficas de qualquer natureza, como, por exemplo negrito, itálico, figura, cores etc. (FUENTES MORÁN; NADIN, 2016).

Para esta reflexão, selecionamos o *Dicionário Santillana*, em sua segunda edição (GARCÍA-TALAVERA, 2008), que acompanha versão do

2 Lexicografia Teórica ou Metalexicografia como se tem denominado nas últimas décadas a face teórica da Lexicografia (WELKER, 2004). Usaremos aqui o termo Lexicografia tanto para fazer referência à teoria quanto à prática.

3 During its more than four thousand years of existence, practical lexicography has passed through various stages in terms of its media: lexicographical works have been carved in clay, handwritten on paper or papyrus, printed with different technologies and, more recently, made available electronically on various platforms such as compact disks, handheld computers, mobile phones, the internet, etc. (TARP, 2013, p. 54). Esta e as demais traduções presentes no texto são de nossa autoria (TN).

dicionário em CD-ROM, o *Michaelis* (2016), que disponibiliza código para que se possa fazer o “download da versão digital para uso em computadores” (MICHAELIS, 2016) e o *Dicionário Linguae* (2020), que está disponível tanto *on-line* quanto para aplicativo.

Por questões de delimitação do tema, analisamos uma amostra de três aspectos linguísticos no contraste entre as línguas portuguesa e a espanhola que se apresentam como dificuldades específicas de brasileiros aprendizes de espanhol e que já foram debatidas sob vários pontos de vista: (i) os falsos cognatos (*heterossemânticos/falsos amigos*); (ii) a problemática da diferença de gênero em algumas palavras entre o português e o espanhol (*heterogenéricos*) e; (iii) a diferença na sílaba tônica de algumas palavras entre as duas línguas em questão (*heterotônicos*).

## LEXICOGRAFIA E DICIONÁRIOS EM SUPORTES ELETRÔNICOS

O século XX foi marcado por grandes transformações em todas as áreas do conhecimento. Foi o século em que as denominadas “novas tecnologias” experimentaram não só um desenvolvimento extraordinário, mas também em uma velocidade impensável para os séculos anteriores. Nesse veloz avançar das tecnologias, a informática e a internet cumprem um papel fundamental e trouxeram, entre outras questões, possibilidades de pesquisas e de divulgação de resultados antes inimagináveis. Nesse contexto, áreas como a Linguística Computacional, a Linguística de *Corpus* e a Lexicografia, entre outras, têm se movido e se transformado.

Tarp (2013, p. 56) chama a atenção para o fato de que “O computador e as ciências da informação criaram um ambiente tecnológico completamente novo no qual a Lexicografia está agora se desenvolvendo<sup>4</sup>”. Essa é também a opinião de Águila Escobar (2009, p. 26). O autor salienta que o surgimento dos primeiros dicionários em formato eletrônico

---

4 The computer and information sciences have created a completely new technological environment in which lexicography is now developing (TARP, 2013, p. 56).

provocou, inclusive, um *repensar* a definição de dicionários, assim como sua própria concepção.

Esse *repensar* faz com que a Lexicografia, enquanto teoria, não perca seu espaço, pelo contrário, cabe a essa ciência o papel de buscar respostas tanto aos novos aspectos que se derivam da informatização e que implicam mudanças no processo de elaboração e no uso da obra lexicográfica, quanto nas novas demandas sociais.

Na primeira década do século XXI, Águila Escobar já destacava algumas mudanças provocadas pelo processo de informatização como, por exemplo, a criação de novos produtos lexicográficos e o aparecimento das bases de dados (DB) que mudou, segundo o autor, a “natureza da Lexicografia cujo objetivo último não é exclusivamente o de produzir um dicionário” (ÁGUILA ESCOBAR, 2009, p. 13-14, TN<sup>5</sup>). Transcorrida mais de uma década, estas são questões que ainda estão presentes na Lexicografia. O processo de informatização ao qual se refere o autor, por exemplo, deu origem aos denominados “dicionários eletrônicos” que têm se desenvolvido, ainda que, aparentemente, não no mesmo ritmo do desenvolvimento das tecnologias, sobretudo da informática e da internet.

Com relação ao termo “dicionário eletrônico”, propriamente dito, Töpel (2014, p. 11<sup>6</sup>) observa que trata-se de um termo genérico para denominar diferentes tipos de dicionários em diferentes tipos de suportes. Gelpí Arroyo (2003, p. 310) corrobora essa afirmação ao observar que não há um único tipo de dicionário eletrônico e discorre sobre três tipos

- 
- 5     1. Creación de nuevos productos lexicográficos en formato electrónico.  
      2. Cambio de la definición misma de diccionario a raíz de la aparición de estos nuevos productos.  
      3. Necesidad de que el lexicógrafo conozca las herramientas y las cuestiones informáticas si aspira a una obra lexicográfica de calidad, moderna y ágil.  
      4. Desarrollo, por parte del lector, de unas habilidades especiales si quiere obtener todo el rendimiento posible de esta clase de obras.  
      5. Aparición de la base de datos (BD) y con ello el cambio por completo de la naturaleza de la Lexicografía: el objetivo último de la actividad lexicográfica no es exclusivamente el de producir un diccionario. (ÁGUILA ESCOBAR, 2009, p. 13-14).
  - 6     The term electronic dictionary is therefore, as Nesi has already argued, a generic term for different types of electronic dictionaries. For this reason, some academics have tried to develop typologies of electronic dictionaries. (TÖPEL, 2014, p. 11).

básicos: (i) dicionários máquina; (ii) dicionários digitalizados; (iii) dicionários *on-line*. O primeiro caso, segundo a autora, são os dicionários incorporados em sistemas de tradução automática ou sistemas de verificação automática de textos. O segundo, os dicionários digitalizados que são, na prática, versões eletrônicas de dicionários impressos e o terceiro caso, que nos interessa mais diretamente nesta pesquisa são, ainda segundo a autora, os “verdadeiros dicionários digitais” que estão disponíveis em CD-ROM ou na internet. Embora a afirmação da autora seja de 2003 e muito se evoluiu do ponto de vista tecnológico nos últimos anos, ainda encontramos no mercado brasileiro dicionários impressos que acompanham CD-ROM para uso em computadores, como é o caso do *Diccionario Santillana* (GARCÍA-TALavera, 2008<sup>7</sup>).

Quanto à forma de estruturação e organização dos dados, Torres del Rey e Fuentes Morán (2013, p. 243<sup>8</sup>) salientam que:

A forma de estruturação e organização dos dados que já era apresentado nos dicionários tradicionais oferecia claras possibilidades de adaptação a novos formatos; de fato, pode se considerar que os primeiros dicionários em formato eletrônico não eram [...] se não a transposição eletrônica a formas de acesso já presentes nos formatos anteriores.

Essa prática, à qual se refere os autores com relação aos primeiros dicionários eletrônicos, ou seja, a “transposição”, é constatada em algumas obras na atualidade. Ainda é possível observar, em muitas obras eletrônicas, independente do suporte (CD, DVD, *on-line* etc.) a mesma estrutura e informações da obra impressa transposta para o formato eletrônico. Isso, em geral, não facilita o acesso do usuário à informação, sobretudo no nível da microestrutura, pois apenas substitui o “virar as páginas em papel” pelo “rolar da barra na interface” da obra.

7 Esclarecemos, no entanto, que a edição impressa de 2016 desse dicionário inclui um código para que o consulente baixe o aplicativo, não dispondo mais do CD-ROM.

8 La forma de estructuración y organización de los datos que ya presentaban los diccionarios tradicionales ofrecía claras posibilidades de adaptación a nuevos formatos; de hecho, puede considerarse que los primeros diccionarios en formato electrónico no eran (más o menos, o aparentemente) sino la transposición electrónica a formas de acceso ya presentes en los formatos anteriores (TORRES DEL REY; FUENTES MORÁN, 2013, p. 243).

## FORMAS LEXICOGRÁFICAS DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO LÉXICA: EXEMPLOS DE HETEROSSEMÂNTICOS, HETEROGENÉRICOS E HETEROTÔNICOS

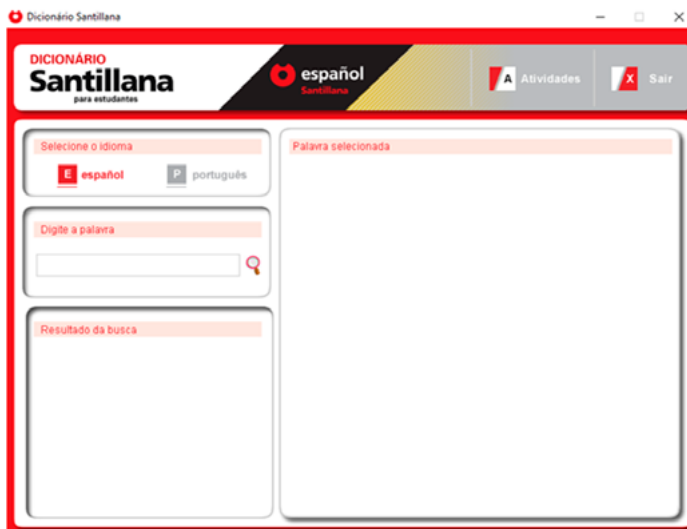
O *corpus* de análise da presente pesquisa é composto por três dicionários bilíngues no par de línguas português-espanhol disponíveis em suportes eletrônicos e caracterizam-se por apresentarem ambas as direções, ou seja, espanhol-português e português-espanhol. As obras analisadas são:

- i. GARCÍA-TALAVERA, M. D. *Dicionário Santillana para estudantes: espanhol-português, português-espanhol*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2008. (GARCÍA-TALAVERA, 2008);
- ii. MICHAELIS: *Dicionário Escolar Espanhol. Espanhol-Português/Português-Espanhol*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2016. (MICHAELIS, 2016);
- iii. Dicionário Linguee (2020) – *Dicionário espanhol-português e buscador de traduções*. Disponível em: <https://www.linguee.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2020. (LINGUEE, 2020).

O *Dicionário Santillana* (GARCÍA-TALAVERA, 2008) possui uma característica diferente dos demais aqui analisados por se propor a ser semibilíngue. Isso significa que, além de incluir na microestrutura da obra a definição, proporciona unidade léxica em relação de equivalência em língua portuguesa. Com uma interface bastante simples, o Santillana (GARCÍA-TALAVERA, 2008) possui a opção para a escolha da língua de entrada, espanhol ou português; uma opção direta para a busca – Digita a palavra –; um ícone para acesso a atividades didáticas, um diferencial neste dicionário, e outro ícone fechar o aplicativo.



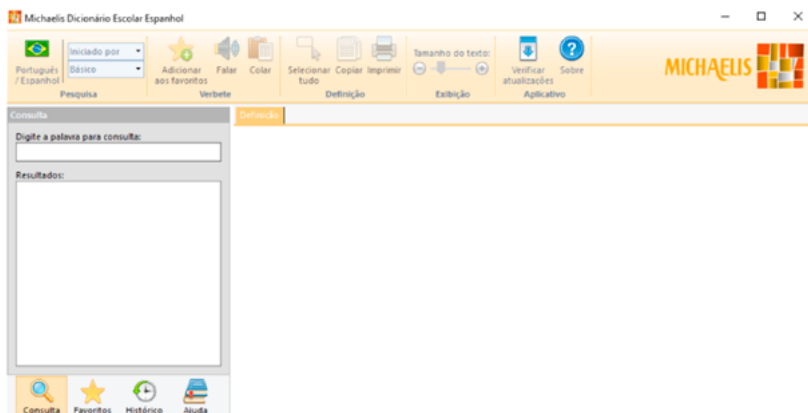
Figura 1: Interface inicial do Dicionário Santillana (GARCÍA-TALavera, 2008)



Fonte: García-Talavera (2008)

O *Dicionário Michaelis* (2016) apresenta um texto denominado “Como utilizar o aplicativo” no qual proporciona algumas instruções sobre a organização da obra. Inicialmente, demonstra por meio de uma imagem da interface como está organizada e o que significam os ícones presentes nela. Em seguida, explica, separadamente, as seções “Consulta”, “Palavras favoritas”, “Histórico de consultas” e “Ajuda”.

Figura 2: Interface do Dicionário Michaelis

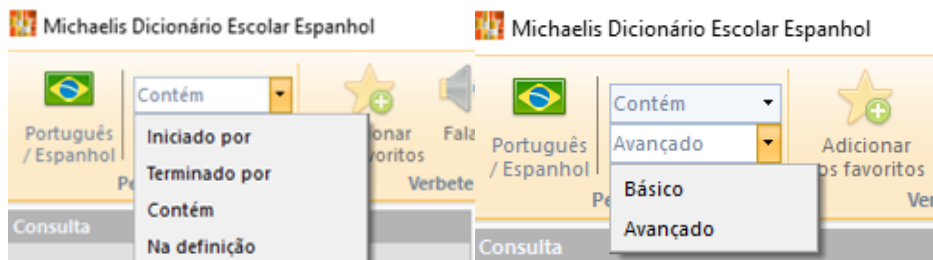


Fonte: Michaelis (2016)

Na parte inferior da página, encontramos quatro possibilidades. A primeira, a da “consulta”, que descrevemos abaixo (vide figura 3). Na sequência, caso o usuário tenha “adicionado em favoritos” algum verbete pesquisado, pode-se recuperar os dados nessa aba. É possível também obter um histórico das buscas realizadas. A última aba é a “Ajuda”. Há, aí, um conjunto de informação bastante relevante para o usuário. A aba se divide em: *Como utilizar o aplicativo*; *Organização do dicionário*; *Gramática e Curiosidades*; *Guia prático da nova ortografia* e *Sobre o dicionário*. Cada seção se subdivide em outras que podem auxiliar o usuário, o brasileiro aprendiz de espanhol mais especificamente, a não só ampliar e aperfeiçoar seus conhecimentos em espanhol, mas também em língua materna, já que há informações sobre a reforma ortográfica do português, por exemplo.

A interface do aplicativo é bastante amigável e apresenta muitas possibilidades de pesquisa. No alto da página, figura, identificado pela bandeira da Espanha ou do Brasil, a língua de entrada do dicionário. Aparece uma ou outra língua como língua de acesso à informação, português-espanhol ou espanhol-português. Faz-se necessário clicar na bandeira para fazer a alteração. Ao lado da bandeira, encontram-se os diferentes filtros – *Iniciado por*, *Terminado por*, *Contém*, *Na definição* – por meio dos quais se pode fazer a pesquisa. O usuário pode, também, optar pelo nível de proficiência na língua que está buscando, entre *básico* ou *avanzado*.

Figura 3: Interface do *Dicionário Michaelis* (2016): vias de acesso e nível de proficiência



Fonte: Michaelis (2016)

A terceira obra trata-se de um dicionário bilíngue disponível *on-line* ou para aplicativo. No *site* do *Dicionário Linguee* (2020<sup>9</sup>) disponibiliza-se o acesso a diferentes obras lexicográficas nos mais variados pares de línguas. Ademais, o usuário pode acessar, também, um tradutor *on-line* e contextos de uso contrastando diversas línguas<sup>10</sup>.

Figura 4: Interface inicial do *Dicionário Linguee Português-Espanhol* (2020)



Fonte: Linguee (2020)

Ressaltamos que não se trata de uma análise exaustiva das obras em questão. Nosso objetivo, conforme supramencionado, é o de observar como esses dicionários bilíngues, considerando os três diferentes tipos de suportes eletrônicos (CD-ROM, aplicativo e *on-line*), tratam informações lexicográficas e se essas formas podem ser potencialmente didáticas para o brasileiro aprendiz de espanhol.



9 [www.linguee.com](http://www.linguee.com).

10 O DeepL é uma empresa de *deep learning* que desenvolve sistemas de inteligência artificial para idiomas. A empresa, sediada em Colônia, na Alemanha, foi fundada em 2009 com o nome de *Linguee* e introduziu o primeiro motor de busca de traduções na internet. (<https://www.deepl.com/pt-BR/publisher/>).

## HETEROSSEMÂNTICOS, HETEROGENÉRICOS E HETEROTÔNICOS: POSSÍVEIS PEDRAS NO CAMINHO DE BRASILEIROS APRENDIZES DE ESPANHOL

Nos três casos que nos ocupamos diretamente neste texto, quais sejam, os *heterossemânticos* (falsos cognatos); *heterogenéricos* (diferenças de gênero) e os *heterotônicos* (diferenças na sílaba tônica), cada obra analisada utiliza-se de uma forma diferente para proporcionar a informação ao usuário.

Iniciamos pelos falsos cognatos ou *heterossemânticos*. Escolhemos, para essa análise, a unidade léxica cachorro/*cachorro*<sup>11</sup>. Embora esta unidade léxica também se refira, em língua portuguesa, ao filhote, como se pode constatar nos dicionários *Aurélio* (2003) e *Houaiss* (2009), no português brasileiro é mais usada para se referir ao animal canino de forma geral. É comum, para o filhote, usar “filhote de cachorro”, “filhotinho” ou, ainda, no diminutivo “cachorrinho”.

Tabela 1: Verbetes referentes a *cachorro*, -a.

Dicionários	Verbetes Direção espanhol-português
García-Talavera (2008)	❑ <b>ca.cho.rrro, rra.</b> s. Cria dos mamíferos. ► Filhote. ⚔ Reino animal
Michaelis (2016)	<b>ca.cho.rrro, -a</b> [katʃ'oõ] s 1 Zool/ Filhote de cachorro. 2 Filhote (mamíferos). Veja nota em <b>cachorro</b> (português).
Linguee (2020)	<b>cachorro</b> 🔊 substantivo, masculino (plural: cachorros m) cachorro m 🔊 ⓘ menos frequentes: cachorrinho m 🔊 ⓘ

Fonte: García-Talavera (2008); Michaelis (2016); Linguee (2020)

11 Esclarecemos que no português europeu a unidade léxica ‘cachorro’ se refere também ao filhote (AULETE DIGITAL, 2020; PRIBERAM, 2020). Entretanto, como nosso estudo tem como foco o tipo de informação proporcionada ao aprendiz brasileiro, entendemos esta unidade como heterossemântica de um ponto de vista didático e sincrônico, como podemos observar nos dicionários *Santillana* (GARCÍA-TALAVERA, 2008) e *Michaelis* (2016) aqui analisados.

Dentre os três dicionários analisados, o *Santillana* (GARCÍA-TALAVERA, 2008) opta por uma informação iconográfica representada por um quadro situado à esquerda do lema (□). Essa informação pode intensificar a função didática do dicionário, pois proporciona ao usuário, sobretudo no caso de adolescentes, a informação de uma forma visual com a qual estão muito habituados no mundo moderno. Atualmente, tudo é muito visual; o adolescente está exposto a uma imensurável quantidade de imagens, ícones, figuras, *emoticons*, *emojis*, *gifs* etc. que dificilmente um quadro a esquerda do lema passaria despercebido por esse usuário. Entretanto, faz-se necessário que o aprendiz seja orientado a ler essa informação.

O *Michaelis* (2016), por sua vez, usa estratégia diferente – a remissão –, mas também bastante pertinente e didática em se tratando de dicionário em suporte eletrônico. No dicionário em papel, essa forma de proporcionar a informação, por meio de remissão, poderia desmotivar esse tipo de usuário especificamente. No formato eletrônico, no entanto, com o uso de *hyperlinks*, esse processo se torna mais rápido e pode, inclusive, se bem orientado, tornar-se lúdico para o aprendiz, contribuindo para seu processo de aprendizagem e o desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento de sua competência léxica.

Ao clicar no *hyperlink*, o usuário é direcionado para o dicionário português-espanhol e encontra uma nota explicativa no verbete sobre a questão do falso cognato. Esse movimento entre os dois dicionários pode dar ao aprendiz maior contato com a língua, ampliar suas possibilidades de aprendizado e contribuir para o desenvolvimento de sua autonomia nesse processo, conforme demonstrado na sequência na tabela 2.


Tabela 2: verbetes referentes a cachorro,-a na direção Português-Espanhol<sup>12</sup>

**ca.chor.ro** [kaʃoɾu] *sm Zool pop* Perro.  
Em espanhol, **cachorro** significa “filhote”, filho pequeno de outros animais mamíferos, tais como leão, tigre etc.

Fonte: Michaelis (2016)

No caso do *Dicionário Linguee*, há um avanço significativo com a inserção da possibilidade de o usuário poder ouvir a pronúncia das palavras em língua espanhola, bem como nas variantes europeia e brasileira da língua portuguesa (vide tabela 3). Entretanto, não há nenhuma menção ao fato de que no português brasileiro essa unidade léxica pode ser considerada como um falso cognato. Isso poderia provocar, no aprendiz brasileiro, equívoco na compreensão do significado e no uso da palavra.

Tabela 3: verbetes referentes a *cachorro*

Espanhol-Português (LINGUEE, 2020)	Português-Espanhol (LINGUEE, 2020)
	

Fonte: Linguee (2020)

O segundo aspecto que nos propomos a observar é a questão da diferença entre os gêneros de algumas palavras no par de línguas

- 12 Nota-se que no dicionário na direção espanhol-português, o lema ‘cachorro’ possui a marca de gênero – *cachorro,-a*; na direção português-espanhol essa marca não existe porque há um verbete para ‘cachorra’. Isso se dá devido à acepção que essa palavra possui no feminino no português do Brasil para se referir à mulher de forma pejorativa. Trata-se de um tipo de acepção que não julgamos pertinente registrar em um dicionário dito para aprendizes. Além disso, opta-se no dicionário pela marca de uso **figurado**, mas deveria ser **pejorativo** ou **vulgar**. Os verbetes em questão são os mesmos da versão impressa do dicionário.

português-espanhol ou, os *heterogenéricos*, como tem sido denominado nos contextos de ensino e de aprendizagem de espanhol para brasileiros. Os três dicionários analisados usam somente a estratégia da marca do gênero comum na Lexicografia, no caso do qual nos ocupamos, *m* para masculino e *f* para feminino.

Tabela 4: verbetes referentes a *sonrisa*

Dicionários	Verbetes
García-Talavera (2008)	<b>son.ri.sa.</b> <i>f.</i> Expressão do rosto quando se ri levemente e sem ruído. ► Sorriso.
Michaelis (2016)	<b>son.ri.sa</b> [sonr'isa] <i>sf</i> Sorriso. <i>la joven tenía una sonrisa muy bonita / a jovem tinha um sorriso lindo.</i>
Linguee (2020)	<p><b>sonrisa</b> 🗣️ <i>substantivo, feminino (plural: sonrisas f)</i></p> <p><b>sorriso</b> <i>m</i> 🗣️ ⓘ (plural: sorrisos <i>m</i>)</p> <p><i>Exemplos:</i></p> <p>sonrisa grande <i>f</i> — grande sorriso <i>m</i> ⓘ</p> <p>brillante sonrisa <i>f</i> — sorriso brilhante <i>m</i> ⓘ</p> <p>hermosa sonrisa <i>f</i> — belo sorriso <i>m</i> ⓘ · lindo sorriso <i>m</i> ⓘ</p> <p>bella sonrisa <i>f</i> — sorriso lindo <i>m</i></p>

Fonte: García-Talavera (2008); Michaelis (2016); Linguee (2020)

O *Santillana* (GARCÍA-TALAVERA, 2008) introduz a letra *f* em itálico ao lado da entrada (**son.ri.sa.** *f.*). Teoricamente bastante adequado já que no verbete as informações apresentadas se direcionam à esquerda, assim, o aprendiz pode ser levado e observar que:

- i. *f* é a marca de nome feminino.
- ii. *f* se refere à *sonrisa*.
- iii. *sonrisa* é um substantivo feminino.
- iv. *sonrisa* – feminino em espanhol – tem como equivalente *sorriso* – masculino no português.

- v. *Sonrisa* – em espanhol – e *sorriso* – em português – são um caso de heterogênicos.

Para que o usuário possa fazer esse tipo de abstração, faz-se necessário que antes ele tenha tido informação/formação sobre os *heterogênicos*, caso contrário ele poderá ver que se trata de gênero diferente, mas não compreender de fato o que isso significa, não internalizando, assim, tal conhecimento.

Neste caso, o *Dicionário Michaelis* (MICHAELIS, 2016) possui o diferencial de incluir um exemplo de uso. Os exemplos de uso são fundamentais para que o dicionário pedagógico cumpra de forma mais efetiva sua intenção didática, sobretudo quando se trata de um dicionário ativo, ou seja, um dicionário para a produção de texto na língua estrangeira. Ao incluir a frase “*la joven tenía una sonrisa bonita* / a jovem tinha um sorriso lindo”, o aprendiz poderá observar a questão do gênero e, inclusive, em casos como este, questionar a relação de equivalência entre os adjetivos *bonita* no espanhol e *lindo* no português haja vista haver, neste caso em ambas as línguas, uma questão de gradação de sentido entre *bonito* e *lindo*.

O dicionário *Linguee*, por sua vez, marca com *f* para o lema em espanhol e *m* para o equivalente em português, ou seja, feminino e masculino respectivamente. O *Linguee* registra, também, alguns exemplos que podem contribuir para que o aprendiz perceba a diferença entre as línguas como, por exemplo, *hermosa sonrisa f* – belo sorriso *m*, em que o adjetivo, por sempre concordar com o substantivo, poderia fazer o aprendiz perceber e internalizar a diferença.

O terceiro aspecto analisado foram os *heterotônicos*, ou seja, a diferença de sílaba tônica entre as duas línguas. O dicionário *Santillana* (GARCÍA-TALavera, 2008), como já havíamos constatado na análise da versão impressa (FUENTES MORÁN; NADIN, 2016, p. 65), “a sílaba tônica é destacada mediante uma indicação sob a sílaba com uma linha<sup>13</sup>”, como podemos observar na Tabela 4 em que o lema *sonrisa* ou na Tabela 5 em que *democracia* possuem uma linha sob a sílaba ‘*ri*’ e ‘*cra*’, respectivamente. A estratégia adotada por esse dicionário é bastante didática e

13 Em [...] *Santillana/Moderna* (2008) [...], la sílaba tónica se encuentra destacada la sílaba tónica destacada mediante una indicación ampliada hacia abajo con una línea (FUENTES MORÁN; NADIN, 2016, p. 67).



proporciona, assim como no caso dos falsos cognatos, uma indicação visual que facilita e dificilmente não seria notada pelo adolescente aprendiz de espanhol. Entretanto, essa estratégia pode ficar comprometida na medida em que o dicionário opta por marcar sistematicamente todos os lemas com essa indicação. Assim, o que poderia ser um diferencial para o aprendiz brasileiro, torna-se somente mais uma marca e não destaca a sílaba tônica das palavras em espanhol quando são casos de unidades léxicas *heterotônicas*.

No caso do *Michaelis* (2016), a estratégia utilizada é marcar a sílaba tônica na transcrição fonética, o que para um adolescente pode não ser a forma mais adequada de proporcionar a informação haja vista os símbolos fonéticos não serem, em geral, de conhecimento desse tipo de usuário. O dicionário *Linguee* (2020) não apresenta nenhuma marca visual para destacar a sílaba tônica, no entanto, proporciona ao aprendiz, como observado anteriormente, a possibilidade de ouvir a pronúncia das palavras. Dessa forma, o professor precisa orientar o aprendiz para que este possa se atentar para a diferença de pronúncia entre as duas línguas em questão.

Tabela 5: verbetes referentes a *democracia*

Dicionários	Verbetes
García-Talavera (2008)	<b>de.mo.cra.cia.</b> <i>f. Polít.</i> Regime baseado na constituição dos poderes governamental e legislativo por meio do voto popular. ► Democracia.
Michaelis (2016)	<b>de.mo.cra.cia</b> [demokr'aθja] <i>sf Polít</i> <b>Democracia.</b>
Linguee (2020)	<p>democracia ◀) <i>substantivo, feminino (plural: democracias f)</i></p> <p>democracia f ◀) ⓘ (plural: democracias f)</p> <p><i>Exemplos:</i></p> <p>democracia representativa f — democracia representativa f ⓘ</p> <p>democracia directa f — democracia directa f ⓘ</p> <p>democracia parlamentaria f — democracia parlamentar f ⓘ</p> <p>...</p>

Fonte: García-Talavera (2008); Michaelis (2016); Linguee (2020)

Buscamos, com esta pequena amostragem, chamar a atenção para os diferentes recursos que as obras lexicográficas, neste caso em suportes eletrônicos, podem oferecer ao professor e ao aprendiz de línguas. Recursos estes que estão disponíveis nas diferentes obras e de diferentes formas e que podem contribuir, sobremaneira, nos processos de ensino e de aprendizagem de línguas.

## /// CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, buscamos descrever e analisar uma amostra de dicionários bilíngues no par de línguas português-espanhol em formato eletrônico, neste caso obras disponíveis nos suportes CD-ROM, Aplicativo e/ou *on-line*, a fim de observar as formas de tratamento de informações léxicas e lexicográficas que podem contribuir nos processos de ensino e de aprendizagem de línguas.

Partimos da hipótese de que, em geral, as obras lexicográficas disponíveis em formatos eletrônicos, ao menos no par de línguas em questão, são ainda transposições de suas respectivas versões impressas. Evidentemente que há que se considerar que houve certo avanço com relação a algumas questões, como por exemplo, o acesso à macroestrutura da obra.

Assim, procuramos observar em três dicionários bilíngues bidirecionais – português-espanhol/espanhol-português e nos centramos em questões referentes ao tratamento lexicográfico de *heterossemânticos*, *heterogenéricos* e *heterotônicos*, dando continuidade, de certa forma, ao que havíamos analisado antes em Fuentes Morán e Nadin (2016).

É verdade que o advento das tecnologias trouxera inúmeras melhorias para todas as áreas do conhecimento, entretanto, há que se considerar que sem os avanços teórico-metodológicos que ocorreram ao longo do século XX nas diferenças esferas do saber, a tecnologia por si só não proporcionaria tais avanços. Foi a união das “facilidades” trazidas pelas tecnologias com as reflexões teóricas próprias de área do saber que fizeram, no caso da Lexicografia, por exemplo, que comesçassem a surgir obras mais úteis e eficazes aos usuários.

Dos três dicionários que serviram de *corpus* para este estudo, pudemos constatar que há diferentes tipos e níveis de avanços. O *Santillana* (GARCÍA-TALavera, 2008) e o *Michaelis* (2016), por exemplo, embora as edições estudadas se caracterizem, em geral, como transposições das versões impressas, podem cumprir adequadamente a função didática a que se propõem, dada a forma como apresentam as informações. A forma icônica escolhida por *Santillana* para sinalizar a questão dos falsos cognatos, por exemplo, pode ampliar seu potencial didático haja vista ser a imagem algo bastante presente na vida dos adolescentes e possíveis usuários da obra. O *Michaelis* também nos casos dos heterossemânticos em que proporciona a remissão para o dicionário na direção contrária, pode despertar no aprendiz o interesse em pesquisar outras unidades léxicas, desenvolvendo, assim, sua competência léxica.

O *Linguee*, por outro lado, embora apresente alguns problemas como no caso de não fazer referência ao fato de que a unidade *cachorro* da língua espanhola tem como equivalente no português brasileiro filhote de alguns mamíferos, conforme demonstramos, bem como privilegiar neste caso o português europeu, possui uma característica bastante didática que é a presença de multimodalidades (CAMPOS; NADIN, 2020), neste caso a inclusão de *link* para que o aprendiz possa ouvir a pronúncia da palavra.

As análises apresentadas aqui, longe de serem exaustivas e de abordar um conjunto maior de obras, faz-nos pensar que há muito sobre o que se refletir quanto as possíveis melhorias que a tecnologia pode proporcionar à Lexicografia e ao Ensino. No caso dos dicionários analisados, o que constatamos é que são, no geral e salvo diferenças pontuais, mas expressivas entre eles, transposições das versões impressas, como afirmaram Torres del Rey e Fuentes Morán (2013) com relação aos primeiros dicionários eletrônicos.

Desse modo, a realidade que ainda, quase adentrando na terceira década do século XXI, e considerando tanto a questão da Lexicografia Eletrônica quanto o contexto dos dicionários bilíngues que incluem o português brasileiro, há ainda um longo percurso de pesquisas, estudos, descrições e análises a fim de termos acesso a obras em suportes eletrônicos mais eficientes e didáticas. A Lexicografia em suporte eletrônico

parece ser o *caminho* e a Lexicografia Pedagógica tem, no nosso entendimento, papel fundamental nesse *caminhar*.

## REFERÊNCIAS

ÁGUILA ESCOBAR, G. **Los diccionarios electrónicos del español**. Cuadernos de Lengua Española. Madrid: Arco Libros S.L., 2009.

AULETE DIGITAL. **Dicionário da Língua Portuguesa Caldas Aulete**. Disponível em: [http://www.aulete.com.br/site.php?mdl=aulete\\_digital](http://www.aulete.com.br/site.php?mdl=aulete_digital). Acesso em: 20 set. 2020.

CAMPOS, M. D. V.; NADIN, O. L. A multimodalidade em Dicionários Bilíngues Eletrônicos Português-Espanhol/Espanhol-Português. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**. Dossiê Léxico, Terminologia e Políticas Linguísticas. SAJEBTT, Rio Branco, UFAC, v. 7, p. 107-121, 2020.

CORDÓN GARCÍA, J. A.; GÓMEZ-DÍAZ, R.; ALONSO ARÉVALO, J. (ed.). **Documentos Electrónicos y textualidades digitales**. Nuevos lectores, nuevas lecturas, nuevos géneros. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2013.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2003.

FUENTES MORÁN, M. T.; NADIN, O. L. Algunas formas de presentación de datos en diccionarios de español para aprendices brasileños. In: NADIN, O. L.; ZAVAGLIA, C. (org.). **Estudos do Léxico em contextos bilíngues**. Campinas: Mercado de Letras, 2016, p. 53-78.

FUERTES-OLIVERA, P. A.; BERGENHOLTZ, H. **e-Lexicography**. The Internet, Digital Initiatives, and Lexicography. London/New York: Bloomsbury, 2013.

GARCÍA-TALAVERA, M. D. **Dicionário Santillana para estudantes: espanhol-português, português-espanhol**. 2. ed. Rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2008.

GELPÍ ARROYO, C. El estado actual de la lexicografía: los nuevos diccionarios. In: MEDINA GUERRA, A. (coord.). **Lexicografía española**. Barcelona: Ariel, 2003, p. 307-327.

HOUAISS, A.; VILAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LINGUEE Dicionário. **Dicionário espanhol-português e buscador de traduções**. Disponível em: <https://www.linguee.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MEDINA GUERRA, A. (coord.). **Lexicografía española**. Barcelona: Ariel, 2003.

MICHAELIS: **Dicionário Escolar Espanhol**. Espanhol-Português/Português-Espanhol. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2016.

MÜLLER-SPITZER, C. (ed.). **Using Online Dictionaries**. Lexicographica Series Maior. Berlin/Boston: De Gruyter, 2014.

NADIN, O. L.; ZAVAGLIA, C. (org.). **Estudos do Léxico em contextos bilíngues**. Campinas: Mercado de Letras, 2016.

PRIBERAM, **Dicionário da Língua Portuguesa** (DPLP). Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/>. Acesso em: 20 set. 2020.

TARP, S. Lexicographical and Other e-Tools for Consultation Purposes: Towards the Individualization of Needs Satisfaction. In: FUERTES-OLIVERA, P. A.; BERGENHOLTZ, H. **e-Lexicography**. The Internet, Digital Initiatives, and Lexicography. London/New York: Bloomsbury, 2013, p. 54-70.

TÖPEL, A. Review of research into the use of electronic dictionaries. In: MÜLLER-SPITZER, C. (ed.). **Using Online Dictionaries**. Lexicographica Series Maior. Berlin/Boston: De Gruyter, 2014, p. 13-54.

TORRES DEL REY, J.; FUENTES MORÁN, M. T. Dictionarios electrónicos: (re)estructuras de acceso. In: CORDÓN GARCÍA, J. A.; GÓMEZ-DÍAZ, R.; ALONSO ARÉVALO, J. (ed.). **Documentos Electrónicos y textualidades digitales**. Nuevos lectores, nuevas lecturas, nuevos géneros. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2013, p. 237-245.

WELKER, H. A. **Dicionário. Uma pequena introdução à Lexicografia**. 2. ed. Brasília: Thesaurus, 2004.

# DA ANÁLISE LINGUÍSTICA À ANÁLISE SEMIÓTICA: NOVOS DESAFIOS AO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA

Eliane Soares de Lima (USP)

## INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, no contexto da educação básica – o que faz com que ainda hoje seja assim para muitos –, ensinar português era sinônimo de ensinar gramática, e isso nos moldes tradicionais, da vertente normativo-prescritiva. Todavia, já na década de 1980, estudos de linguistas preocupados com a aprendizagem sobre a língua na escola (GERALDI, 1984, 1997; FRANCHI, 1991, entre outros) chamavam a atenção para a necessidade de dar novos direcionamentos às práticas de ensino de língua portuguesa, sobretudo, no que tange ao trabalho didático com a gramática, que passou, a partir daí, a ser ressignificado sob a perspectiva da *análise linguística*. Conforme salienta Geraldi (1984), não se tratava apenas de uma mudança terminológica, mas de uma nova forma de compreender o ensino da língua, tendo como base o seu uso efetivo, em situações concretas e específicas, de interlocução.

De fato, uma consulta, mesmo que breve, aos documentos oficiais referentes às diferentes reformas curriculares para o ensino básico de Língua Portuguesa, formuladas, no Brasil, ao longo dos anos (Guias Curriculares, 1975; Proposta Curricular, 1987; Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, 1998; Base Nacional Comum Curricular – BNCC, 2018), permite constatar o avanço das contribuições trazidas a esse

domínio pela Linguística. Um novo olhar para o ensino de língua foi aos poucos se configurando e com ele uma outra concepção das funções e dos objetivos da escola, do que deve ser ensinado e do tipo de texto que o professor deve explorar em suas aulas.

Dentro dessa perspectiva, tem-se, desde então, procurado chamar a atenção dos professores para o fato de a língua não poder ser ensinada apenas em suas regularidades gramaticais, menos ainda apoiando-se, de maneira quase exclusiva, na nomenclatura e na classificação das unidades linguísticas, mas sim como recurso de produção e expressão de sentidos, de representações sociais e atividades discursivo-textuais de interação e intervenção. Combate-se, portanto, “a perspectiva reducionista do estudo da palavra e da frase descontextualizadas” (ANTUNES, 2003, p. 19), com destaque à importância da compreensão do funcionamento da dinâmica linguística, da sua dimensão expressiva, intersubjetiva.

As atividades de leitura e escrita passaram, assim, ao primeiro plano – segundo comprovam as orientações curriculares dos PCNs, em 1998 –, sendo o texto a unidade de ensino a ser considerada. Para além de um ponto de vista puramente gramatical, o aspecto discursivo-interacional é o que agora deve ter maior relevância no processo de ensino-aprendizagem da língua, com os conteúdos de língua portuguesa devendo se articular em torno de dois grandes eixos didáticos: o do *uso* e o da *reflexão*.

A análise gramatical deve ser, nesse sentido, substituída pela análise linguística, preocupada esta última com a construção de um conhecimento crítico-reflexivo sobre as condições de produção e recepção dos enunciados, ou seja, com a produção de sentidos, o tipo de interação social em pauta e os recursos expressivos que se podem mobilizar. É preciso reconhecer, contudo, como afirma Antunes (2003, p. 19-20), que, “embora muitas ações institucionais já se tenham desenvolvido, no sentido de motivar e fundamentar uma reorientação da prática, as experiências de renovação, infelizmente, ainda não ultrapassam o domínio de iniciativas assistemáticas, eventuais e isoladas”. A mudança reivindicada segue ainda como um desafio à formação inicial e continuada dos professores de língua, acrescentando-se a esse impasse, mesmo assim, um outro, o da exigência de multiletramentos e, com ela, o da análise semiótica, agora reivindicada pela BNCC.

No contexto atual, contemporâneo, em que a cultura digital desempenha um papel cada vez mais evidente nas atividades socioculturais, o conhecimento sobre as especificidades de outras linguagens (não-verbais e/ou sincréticas, multimodais) traz novas demandas à formação básica dos alunos e, conseqüentemente, à prática didático-pedagógica do professor. O trabalho apenas com o conteúdo dos textos já não é suficiente, pedindo-se também a exploração competente do seu plano de expressão textual – conforme comprovam as prescrições da BNCC. Ao lado do saber sobre a língua propriamente dita e o seu funcionamento discursivo-interacional, ganha força a problemática das novas formas de uso e compreensão das linguagens de modo geral e, com ela, a da necessidade de ampliação da competência comunicativa dos alunos.

Diante disso, interessa-nos, em primeiro lugar, discutir de forma mais detalhada as noções de análise linguística e análise semiótica, para, em seguida, apresentar alguns princípios teórico-metodológicos que podem fundamentar uma prática de análise semiótica consistente, capaz de oferecer condições efetivas, dado seu caráter operacional, a sua realização em sala de aula. Com esse intuito, tomaremos como base a proposta da Semiótica Discursiva, que, ao caracterizar-se, antes de mais nada, como prática de leitura e interpretação crítica dos diferentes tipos de texto, preocupada, portanto, com a descrição e compreensão da sua organização estrutural, dos processos de construção da significação subjacentes às mais variadas produções discursivo-textuais (verbal, visual, audiovisual, etc.), faz melhor dialogar aspectos teóricos com aspectos práticos. Isso importa por colaborar de maneira considerável para uma formação docente de fato “multiletradora”, passível de oferecer subsídios concretos para extinguir a distância, ainda hoje grande, entre as orientações a respeito *do que e como* se deve ensinar e *o que e como* é de fato ensinado; ou mesmo por viabilizar – fazendo nossas as palavras de Antunes (2003, p. 27) – “alguns elementos que possam ajudar na descoberta de ‘novos jeitos’ de ver a língua [e as linguagens quaisquer que sejam] e, conseqüentemente, de ver-se como professor em aulas de português”, um ensino de língua portuguesa cada vez mais útil e contextualmente significativo.



## DA ANÁLISE GRAMATICAL À ANÁLISE LINGUÍSTICA

Na concepção da tradição gramatical, costuma-se pensar, conforme dissemos anteriormente, o ensino da língua como transmissão de regras gramaticais, impondo aos alunos um único padrão linguístico, pautado por normas de uso correspondentes ao que é considerado correto e adequado. A preocupação fundamental neste modelo de ensino-aprendizagem é, portanto, o estudo sistemático dos componentes lexical, morfológico e sintático, a partir da classificação de unidades em sentenças descontextualizadas, apenas para exemplificar – e treinar – a aplicação das regras. Desconsidera-se todo conhecimento internalizado que o aluno, enquanto falante de uma língua, já traz para a situação de aula. Faz-se análise pela análise, ou seja, para o conhecimento das estruturas da língua em si e por si, distante do uso real, cotidiano. Trata-se de um trabalho teórico que se contrapõe a um estudo mais prático e reflexivo, este sim capaz de aumentar a competência no uso consciente da língua.

É só a partir da segunda metade do séc. XX que essa tradição gramatical de ensino-aprendizagem vai começar a ser questionada e mesmo combatida, sendo a publicação dos PCNs, como diretrizes curriculares de âmbito nacional, o marco de maior “pressão” a uma outra forma de condução do ensino da língua na escola, baseada em uma nova concepção de linguagem, e, conseqüentemente, também do que deveria ser a prática didático-pedagógica dominante. Da língua ensinada como forma de expressão produzida por um único padrão aceitável, avança-se para a sua abordagem como um fenômeno variável, não uniforme, submetido às coerções da situação de interação na qual se realiza. Daí a centralidade do texto como unidade de trabalho a ser adotada em sala de aula, e manifestado em diferentes gêneros discursivos.

Esse ponto de vista trazido pelos estudos linguísticos vai evidenciar um dos grandes problemas do processo de ensino-aprendizagem baseado na gramática tradicional: a sistematização de fatos linguísticos dissociados do uso concreto da língua, desconsiderando as diferenças entre a realização oral ou escrita, por exemplo; a influência do contexto de enunciação no condicionamento do uso. O que se procurará enfatizar,

como contraponto, é, nesse sentido, o fato de ensinar gramática ser, antes de mais nada, ensinar a língua em toda a sua variedade de usos; assim como ensinar regras ser ensiná-las a partir do domínio do uso, pon-do sob exame o exercício concreto da linguagem por meio de atividades de leitura e interpretação de textos que possam levar o aluno a perceber os variados recursos expressivos disponíveis, a estabelecer as regras de exigências formais do padrão escrito e do contexto de produção em causa, ou seja, a compreender o uso linguístico em sua dimensão social, que determina, entre outras coisas, a escolha da variedade linguística mais apropriada ao gênero do discurso utilizado.

No interior das atividades de leitura e produção de textos, a prática didática pautada pela análise linguística, que articula aspectos discursivos e gramaticais, deve, pois, promover a reflexão acerca dos sentidos possíveis, das construções e até mesmo das lacunas de natureza distinta, podendo enfocar questões de ordem ortográfica, lexical, semântica, morfossintática, textual, discursiva, mas sempre em função de um *o que, como, quando e para que* se diz, elementos essenciais ao processo de ensino-aprendizagem como um todo, perguntas fulcrais à condução das práticas didáticas de ensino da língua.

Por meio dessa gramática fundada na língua em uso, o aluno deve ser levado a compreender o seu funcionamento interno, partindo de uma percepção intuitiva dos fatos linguísticos a uma reflexão consciente e de maior sistematização, acompanhada da progressiva introdução do vocabulário gramatical básico, de modo a desenvolver uma atitude intencional de observar e descrever a organização da língua. Trata-se justamente de uma prática didática que parte das atividades epilinguísticas (de reflexão sobre o uso da língua) às metalinguísticas (de descrição sistemática das regras de uso), tal como proposto por Franchi (1991) e Geraldí (1984). Privilegia-se, dessa forma, uma concepção de gramática como conjunto de regras e procedimentos que oferece as condições de produção de enunciados destinados à interação entre os falantes e à construção de múltiplos efeitos de sentido.

Nessa dinâmica de integração entre texto e gramática, os alunos passam a mobilizar estratégias de leitura e de escrita ao mesmo tempo em que refletem sobre questões relacionadas às regras de funcionamento da

língua, em um movimento de interdependência, de não dicotomização dos conhecimentos linguísticos e de seus usos. O importante é que os alunos possam perceber a correlação entre o uso da língua no(s) texto(s) e os efeitos de sentido nele construídos, porque só assim a atividade linguística poderá ser vista como o exercício pleno da própria linguagem (FRANCHI, 1991).

Também para Faraco (2016), a proposta da análise linguística, seguindo um ponto de vista discursivo-interacional, dá maior concretude ao ensino de gramática, justamente por proporcionar aos alunos as condições de ampliar seu conhecimento sobre os recursos expressivos da língua, levando-os a adequar seu falar aos propósitos comunicativos e aos padrões socioculturais pré-determinados. Conscientizar o aluno do uso adequado da língua não é, pois, fazê-lo decorar regras ou reproduzir modelos, mas fazer aflorar, de maneira reflexiva, a gramática que ele já traz internalizada.

A análise linguística, por isso mesmo, pode ser considerada, conforme destaca Mendonça (2006), parte importante das práticas de letramento escolar, pois viabiliza uma reflexão explícita e sistemática sobre a constituição e o funcionamento da língua em suas dimensões sistêmica, textual, discursiva e também normativa, mas com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de habilidades de leitura e produção de textos orais e escritos, para além da análise e sistematização dos fenômenos linguísticos. De acordo com a autora, atividades desse tipo devem permitir ao aluno a *apropriação* do sistema da escrita, inserindo-o nas diversas práticas letradas. Ela insiste que não se deve sobrecarregar os alunos com uma metalinguagem sem função, justificada exclusivamente pela tradição de ensiná-la. Apenas os termos que tenham utilidade para abordar os conteúdos e facilitar a comunicação nas atividades de reflexão sobre a língua devem ser alvo do ensino.

Em resumo, ainda pautando-nos pelas palavras da autora (MENDONÇA, 2006), podemos dizer que a prática didática de análise linguística deve, pois, atentar às seguintes questões: (i) a integração do exame gramatical com as atividades de leitura e escrita; (ii) o trabalho de reflexão sobre o uso dos recursos linguísticos a partir da análise de casos particulares identificados em textos reais; (iii) o destaque dos efeitos de

sentidos associados aos gêneros discursivos em pauta; (iv) a associação progressiva entre atividades epilinguísticas (reflexão sobre o uso) e metalinguísticas (reflexão voltada para a descrição da língua).

A esse respeito, Travaglia (2009) propõe objetivos claros para essa etapa da análise linguística, explicando que quando se trabalha com o ensino teórico, ele deve ter o objetivo de facilitar, no processo de ensino-aprendizagem, a referência a elementos da língua, como um instrumento de mediação e não como um fim em si mesmo, usado, portanto, como instrumento para ensinar a pensar. Também para Perini (1995), o trabalho didático com a metalinguagem no estudo de aspectos gramaticais, lexicais e discursivo-textuais deve ser conduzido como parte da formação científica dos alunos, quando terão a oportunidade de descrever, interpretar e compreender melhor, porque de forma sistematizada, o universo linguístico e social que os cerca. Trata-se da construção progressiva de conhecimentos mais aprofundados. Sua proposição é que, ao invés de fornecer a teoria pronta, e exigir dos alunos a sua memorização, o professor desenvolva atividades que os levem a, primeiro, descobrir fatos da estrutura e do funcionamento da língua em situações específicas de uso, para, somente depois, descrever tais fenômenos com base em uma reflexão explícita e organizada, aproveitando tanto a sua intuição de falantes, quanto as categorias explicativas até então aprendidas; o que certamente pode ampliar sua consciência e competência linguística, sua capacidade de emprego adequado da língua nas mais variadas situações de comunicação.

## **ANÁLISE LINGUÍSTICA E SEMIÓTICA**

No caso da análise semiótica, não se trata – segundo o modo como é apresentada na BNCC – de uma mudança do que se defendia antes, de uma prática didática que deve substituir aquela pautada pela análise linguística, nem mesmo de algo que se deva fazer separado desta; ao contrário, a orientação é de uma ampliação do objeto de conhecimento escolar: não mais a língua somente, mas as linguagens de modo geral, os meios de produção e circulação dos conteúdos, sobretudo, no que diz respeito ao contexto digital.

Propõe-se uma extensão do foco de trabalho com os textos, dirigido por um único eixo de integração, uma única prática de linguagem, a da *análise linguística/semiótica*, envolvendo, pois, tanto o domínio do linguístico (conhecimentos ortográficos, gramaticais, discursivos etc.) quanto o de outras semioses (elementos constituintes e modos próprios de organização de linguagens não verbais e/ou multimodais). De acordo com Rojo (2007, p. 65), “já não basta mais a leitura do texto verbal escrito – é preciso colocá-lo em relação com um conjunto de signos de outras modalidades de linguagem que o cercam, ou intercalam ou impregnam”; daí a BNCC (BRASIL, 2018, p. 81, grifo nosso) assinalar:

Assim, as práticas de leitura/escuta e de produção de textos orais, escritos e multissemióticos oportunizam situações de reflexão sobre a língua e as linguagens de uma forma geral, em que essas descrições, conceitos e regras operam e nas quais serão *concomitantemente construídos*: comparação entre definições que permitam observar diferenças de recortes e ênfases na formulação de conceitos e regras; comparação de diferentes formas de dizer “a mesma coisa” e análise dos efeitos de sentido que essas formas podem trazer/suscitar; exploração dos modos de significar dos diferentes sistemas semióticos etc.

Definida como um dos eixos estruturantes do ensino de Língua Portuguesa, a análise linguística/semiótica na BNCC continua a envolver o desenvolvimento de habilidades para a análise e reflexão, seja no que se refere às formas de composição, determinadas pelos gêneros, pela situação de produção e pelos estilos adotados, seja pelos elementos linguístico-gramaticais relacionados à ortografia, pontuação, morfologia, sintaxe, semântica, variação linguística etc., mantendo o deslocamento da figura do usuário para a do analista.

Em relação a esse ponto, a BNCC destaca que “essa dimensão analítica é proposta não como fim, mas como meio para a compreensão dos modos de se expressar e de participar no mundo, constituindo práticas sistematizadas de formulação de questionamentos, seleção, organização, análise e apresentação de descobertas e conclusões” (BRASIL, 2018, p. 64). O novo desafio que se coloca aos professores é, dessa forma, o de ultrapassar o exame do conteúdo e dos aspectos puramente gramaticais dos enunciados para privilegiar também o seu plano de expressão, a sua

materialidade significativa, os recursos propriamente textuais, de manifestação discursiva. Mais. Os novos meios de produção e circulação dos textos contemporâneos da cultura digital passam também a interessar; e, às práticas de letramento mais tradicionais, relacionadas ao letramento da letra e do impresso, impõem-se os novos e multiletramentos, que demandam outras habilidades comunicativas (ROJO, 2012). Nesse particular, a BNCC adverte:

Em função do privilégio social e cultural dado à escrita, tendemos a tratar as outras linguagens como tratamos o linguístico – buscando a narrativa, relato, exposição, a relação com o verbal –, os elementos presentes, suas formas de combinação, sem muitas vezes prestarmos atenção em outras características das outras semioses que produzem sentido, como variações de graus de tons, ritmos, intensidades, volumes, ocupação no espaço (presentes também no escrito, mas tradicionalmente pouco explorado) etc. (BRASIL, 2018, p. 81).

Segundo Lemke (2010, p. 461), os novos letramentos, “que as novas tecnologias de informação estão tornando tanto necessários quanto possíveis”, demandam algumas habilidades específicas de letramento: a de autoria multimidiática; de análise crítica; de estratégias de exploração do ciberespaço; e de navegação. São habilidades bastante próximas às práticas tradicionais de leitura e produção textuais, mas cuja inovação está justamente na marca de integração, de superposição de mídias e linguagens. Ainda nas palavras do autor:

[...] nossas teorias e ensino do letramento têm sido desde há muito logocêntricos. Enquanto as crianças estão aprendendo a distinguir recursos semióticos diferentes (por exemplo, desenhando e escrevendo) e portanto dando vazão a espaços combinatórios mais amplos para usá-los de formas coordenadas, nós estamos apenas ensinando-as a usar um deles: a escrita. Quando nós de fato ensinamos outras modalidades [...] nós ainda não ensinamos os alunos sobre as tradições e possibilidades para combiná-las com a escrita e vice-versa. Isto precisa mudar, muito rápida e profundamente, se queremos ajudar os alunos a desenvolverem letramentos multimidiáticos sofisticados (LEMKE, 2010, p. 462).

Por isso ele ressalta que “o que realmente precisamos ensinar, e compreender antes que possamos ensinar, é como vários letramentos e tradições culturais combinam estas modalidades semióticas diferentes para construir significados que são mais do que cada parte poderia significar separadamente” (Idem, *ibid.*). Essa necessidade enfatizada pelo estudioso é também assinalada na BNCC, quando explica o documento que “ao componente **Língua Portuguesa** cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/construídas pela oralidade, escrita e outras linguagens” (BRASIL, 2018, p. 68), esclarecendo que “não se trata de deixar de privilegiar o escrito/impreso nem de deixar de considerar gêneros e práticas consagradas pela escola [...] mas de contemplar também os novos letramentos, essencialmente digitais” (p. 69). Só assim, conforme salienta ainda o referencial curricular, “os conhecimentos grafofônicos, ortográficos, lexicais, morfológicos, sintáticos, textuais, discursivos, sociolinguísticos e semióticos que operam nas análises linguísticas e semióticas, necessárias à compreensão e à produção de linguagens, estarão, *concomitantemente*, sendo construídos” (BRASIL, 2018, p. 81, grifo nosso).

De fato, não se pode mais ignorar, no contexto escolar, os sentidos que se constroem na combinação de diferentes linguagens, nos recursos materiais oferecidos por cada uma delas, na relação – semissimbólica, que explicaremos a seguir – que essa dimensão de manifestação textual, o plano da expressão, estabelece com o plano de conteúdo discursivo. Isso para não falar da questão do suporte material, no qual se inscreve o enunciado, e mesmo as práticas e formas de vida<sup>1</sup> que o englobam.

Dentro dessa perspectiva, as atividades de leitura/interpretação e produção textuais – entendidas agora em sentido amplo – não podem ser trabalhadas apenas como ações mecânicas, mas como forma de interação entre leitor, texto, contexto sócio-histórico-cultural e mídias,

---

1 Estamos remetendo às noções de *práticas semióticas* e *formas de vida* tal qual foram concebidas por Jacques Fontanille (2008a; 2008b), sendo a primeira definida como uma cena preditiva (ou situação enunciativa), uma concatenação de ações que constroem no seu movimento mesmo a significação de uma situação, sendo regida por códigos de conduta, normas e procedimentos estabelecidos e uma deontologia, e a segunda, como estilos de comportamentos (*éthos*) característicos, ações sobredeterminadas por um modo próprio (estereotipado) de ser/estar no mundo, de pertencer ao seu contexto sociocultural.

como forma de análise das condições discursivo-textuais de construção dos sentidos. Para Lemke (2010, p. 457), “um letramento é sempre um letramento em algum gênero e deve ser definido com respeito aos sistemas sógnicos empregados, às tecnologias materiais usadas e aos contextos sociais de produção, circulação e uso de um gênero particular”; e ele acrescenta: “em cada caso as habilidades de letramento específicas e as comunidades de comunicação relevantes são muito diferentes” (Idem, *ibid.*).

O texto em sala de aula precisa, portanto, ser trabalhado e explorado por vários ângulos e perspectivas, permitindo a discussão não apenas de fenômenos relacionados ao sistema da língua e à composição discursivo-textual, mas também de elementos não-linguísticos, relacionados a novos aparatos tecnológicos, dispositivos e, conseqüentemente, novos regimes de interação com os textos, novos comportamentos éticos e estéticos etc.

Se na perspectiva da análise linguística, o trabalho de reflexão sobre o funcionamento da língua visa a compreensão dos sentidos produzidos e o exame dos fatos na articulação textual e discursiva, ou seja, no uso concreto da língua, para análise semiótica os objetivos não serão diferentes, mas sim o objeto de análise, que traz à cena a materialidade de significante – da língua, mas também das outras linguagens – suas formas de combinação e de convocação da atenção, suas diferentes maneiras de produzir sentidos, de se combinar ao conteúdo, muitas vezes recriando-o de maneira pujante, o que passa a igualmente interessar. De acordo com a BNCC:

[...] no que diz respeito aos textos multissemióticos, a análise levará em conta as formas de composição e estilo de cada uma das linguagens que os integram, tais como plano/ângulo/lado, figura/fundo, profundidade e foco, cor e intensidade nas imagens visuais estáticas, crescendo, nas imagens dinâmicas e performances, as características de montagem, ritmo, tipo de movimento, duração, distribuição no espaço, sincronização com outras linguagens, complementaridade e interferência etc. tais como ritmo, andamento, melodia, harmonia, timbres, instrumentos, sampleamento, na música (BRASIL, 2018, p. 81).



Diante dessa nova exigência que se apresenta ao processo de ensino-aprendizagem na educação básica, os desafios colocados à prática didática dos professores – e por conseguinte a sua formação inicial e continuada – vão além da seleção diversificada dos textos a serem tratados em aula para concentrarem-se, sobretudo, no modo com o qual eles serão explorados, uma vez que “os discursos neles enunciados são manifestados por diferentes situações de enunciação, cada qual com suas especificidades discursivo-textuais, com suas exigências de habilidades práticas de compreensão e produção” (LIMA, 2019, p. 169). Conhecimentos teóricos e metodológicos diretamente relacionados a essas questões tornam-se, assim, fundamentais aos docentes, como condição mesmo a um ensino eficiente e significativo. Afinal, conforme enfatiza Teixeira (2008, p. 339), “garante-se, com a adesão a uma teoria, um caminho a seguir nas análises, não uma forma, um modelo a seguir, mas um percurso do olhar dado por uma orientação metodológica”. De nossa parte, diríamos que garante ainda a possibilidade de melhor definir objetivos, procedimentos e resultados de ensino-aprendizagem, de maneira que todas as ações em sala de aula se orientem para um fim comum e socialmente relevante: conseguir ampliar, refinando-a por meio dos multiletramentos, a competência comunicativa dos alunos e, por conseguinte, a sua competência cidadã.

## **A SEMIÓTICA DISCURSIVA COMO FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA À PRÁTICA DIDÁTICA**

Partindo de algumas ideias discutidas, e exemplificadas, em estudo anterior (LIMA, 2019), a intenção é apresentar aqui alguns princípios teóricos básicos da Semiótica discursiva aptos a servirem de respaldo metodológico à prática de análise linguística/semiótica em sala de aula. A ênfase recairá, todavia, nesta última, por ser ela justamente a novidade e, por conseguinte, o maior desafio colocado à prática didática do professor. Um dos grandes ganhos trazidos por essa perspectiva teórica é o de poder aplicá-la em qualquer tipo de texto, independente de qual seja a sua linguagem de manifestação, uma vez que, ao constituir-se como uma teoria geral, ela tem por finalidade o exame dos processos de

significação dos textos, procurando mostrar, para além do que ele diz, que sentidos produz e com que procedimentos os constrói.

A teoria semiótica de linha francesa, a que temos chamado Semiótica discursiva, caracteriza-se por elaborar procedimentos operatórios adequados à análise interna dos textos, procurando definir as leis que os engendram e, por meio delas, o modo de produção da significação que os particulariza. Para tanto, a partir da ideia de que os textos têm invariantes que se realizam de maneira variável a cada produção, oferece instrumentos de análise para que questões relacionadas à compreensão e à descrição da organização estrutural, da dinâmica dos processos de construção da significação subjacentes às mais variadas produções discursivo-textuais (verbal, visual, audiovisual etc.) possam ser didaticamente exploradas. Esse aspecto é bastante relevante, sobretudo, quando pensamos na imensa variedade de enunciados, continuamente criados e recriados, complexificados, sobretudo, na esfera digital.

Propõe-se, assim, uma verdadeira gramática discursivo-textual, na forma de um percurso gerativo do sentido organizado como uma superposição de níveis de profundidade diferentes, do nível mais concreto e singular de cada realização textual ao mais simples e geral, e vice-versa. Como simulacro metodológico, esse percurso prevê, pois, tanto a construção do sentido que se faz na produção de um dado enunciado, quanto a sua interpretação no momento da análise, da leitura crítica, ambos em diferentes instâncias de abstração, etapas variadas de “complementação” ou “enriquecimento” da significação global produzida (BARROS, 2001).

Tal ponto de vista interessa por fornecer elementos de orientação e reflexão sobre o uso das linguagens e as consequências das escolhas assumidas na produção de sentidos, melhor dizendo, sobre os “usos expressivos” que se pode fazer das linguagens de modo geral, conforme destaca a BNCC. Mas, para que isso de fato ocorra, é preciso que o professor possa conceber as noções teóricas oferecidas pela Semiótica discursiva como estratégias didáticas para o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita por parte dos alunos, um caminho que, ao conceber o texto como construção, um todo organizado de sentido, uma estrutura em que cada constituinte desempenha uma dada função, desperte a

compreensão sistematizada do funcionamento dos enunciados verbais e não-verbais.

O conhecimento da proposta teórico-metodológica deve servir, assim, como meio para a aquisição progressiva de um sistema descritivo-explicativo apto a tornar possível a familiaridade com os processos envolvidos em uma dada configuração discursivo-textual. Não são, portanto, as noções teóricas em si, pensadas no quadro epistemológico da Semiótica Discursiva como níveis (hierárquicos) de análise, o que tem valor didático, e sim a possibilidade que oferecem ao professor, enquanto procedimentos para atividades epilinguajeiras (pensando numa ampliação do termo “epilinguístico”), de instituir pontos de partida para a observação da organização textual, da função das unidades constituintes de uma dada totalidade significante qualquer que seja. A própria ideia de levar o aluno a perceber o texto como estrutura, composto de “partes” que estabelecem relações entre si e desempenham, a partir daí, funções específicas, já representa um ganho considerável para a reflexão sobre o uso efetivo da(s) linguagem(ns), permitindo ao aluno, em um primeiro momento, conceber os textos como espaço de construção e, em um segundo, a operar, em suas próprias produções, sobre e com a linguagem que os materializa. Nas palavras do próprio Greimas (GREIMAS; FONTANILLE, 1984, p. 124, tradução nossa<sup>2</sup>), fundador da teoria, trata-se de “um método estruturador, mas também um método de descoberta; é aí que reside o caráter heurístico dos modelos da semiótica”.

Como forma de exemplificar o que temos dito, vejamos, então, muito brevemente, algumas das noções básicas da Semiótica discursiva que podem servir ao professor na condução das atividades de análise semiótica, conforme o que determina a BNCC. O intuito, ao tomá-las como instrumentos úteis ao trabalho didático com os textos na escola, deve ser o de desenvolvimento de habilidades comunicativas suscetíveis a levar os alunos à compreensão da dinâmica de funcionamento da linguagem em diferentes esferas da atividade humana, nos mais variados gêneros discursivos que nelas circulam, incluindo aí o contexto digital. Interessa estimulá-los ao uso consciente desses recursos em suas produções textuais.

---

2 No original: “C’est une démarche structurante, mais aussi une démarche de découverte; c’est en cela que les modèles sémiotiques sont heuristiques”.

O conceito-chave para esse tipo de trabalho, e mesmo para teoria em si, é o de texto, concebido como qualquer totalidade significativa dotada de um plano de conteúdo e um plano de expressão. O primeiro é definido como discurso, objeto linguístico, histórico e ideológico, responsável pela “mensagem transmitida”. O segundo, pelo texto em si, ou seja, pelo discurso materializado em dada linguagem de manifestação, verbal e/ou não-verbal. A união de um plano de conteúdo a um plano de expressão – no sentido hjelmsleviano dos termos – é, desse ponto de vista, o processo de textualização, de semiose, momento no qual o discurso se submete às coerções textuais impostas pela materialidade significativa de cada linguagem e também às particularidades do gênero em questão. Assim, um discurso manifestado pela linguagem verbal vai ter que se adequar à imposição da linearidade, da organização consecutiva, sequencial de seus elementos constitutivos, definindo para a sua apreensão também esse modo de funcionamento; diferente do que acontecerá com um discurso manifestado pela linguagem visual, cuja dinâmica é da ordem da simultaneidade, da concomitância na apresentação dos elementos.

A identificação de um plano de conteúdo e de um plano da expressão nos textos é, como explica Fiorin (2012), uma discriminação metodológica e operatória, permitindo caracterizar certas questões que precisam ser examinadas para compreensão aprofundada do processo de produção do sentido nos diferentes tipos de enunciados. Ela deve ser encarada como uma primeira separação dos constituintes textuais, uma primeira etapa da análise semiótica, em que se chama a atenção para as especificidades formais de cada “parte” identificada e sua parcela de responsabilidade na composição do sentido global produzido. É preciso, inicialmente, separar para identificar cada uma das “partes”, compreendendo, na sequência, o tipo de relação que elas estabelecem entre si, porque aí é que reside as condições de emergência da significação. Garante-se, dessa forma, a duratividade necessária à observação crítica e consciente dos textos, contraposta à subitaneidade do impacto, da convocação sensível-inteligível que os seus efeitos de sentido têm sobre nós; “desacelera-se o impacto do efeito para que ele ganhe sentido” (TEIXEIRA; FARIA; SOUSA, 2014, p. 317), maior inteligibilidade; um “movimento desacelerado de desconstrução, em que letras, linhas, cores

e movimentos são segmentados para alcançar a composição, a organização que confere à ideia uma forma” (Idem, *ibid.*).

No que se refere especificamente ao exame da composição do plano da expressão, que é o que mais nos interessa aqui<sup>3</sup>, são dois os conceitos que mais importam: o de *sincretismo* e o de *semissimbolismo*. Aquele diz respeito à combinação de diferentes linguagens em um mesmo plano da expressão; este, a um tipo específico de relação que o plano da expressão contrai com o plano de conteúdo que veicula, não só manifestando-o, como o faz a linguagem utilitária, mas recriando-o, de forma sensível, na materialidade da linguagem, como é próprio à linguagem estética<sup>4</sup>. A relevância dessas problemáticas ao ensino de língua é atestada na BNCC, ao destacar que “as linguagens [...] passam a ter *status* próprios de objetos de conhecimento escolar. O importante, assim, é que os estudantes se apropriem das especificidades de cada linguagem, sem perder a visão do todo no qual elas estão inseridas” (BRASIL, 2018, p. 63), acrescentando: “Mais do que isso, é relevante que compreendam que as linguagens são dinâmicas, e que todos participam desse processo de constante transformação” (Idem, *ibid.*).

A noção de sincretismo em Semiótica, conforme explica Teixeira (2004), é herdeira direta da definição de Hjelmslev (2013 [1943]), que a associava à ideia de neutralização em fonologia, chamando a atenção para o procedimento, e resultado, estabelecido pela superposição da relação entre duas (ou mais) categorias diferentes, reunidas em uma única grandeza semiótica. Nesse sentido, por meio do sincretismo, ocorre a neutralização da oposição, de modo que a diferença transforma-se em uma identidade. O interesse didático dessa ideia está em mostrar aos alunos que o que de fato interessa na análise de um discurso manifestado por uma linguagem sincrética – multimodal, ou multisemiótica como preferem outras perspectivas teóricas – é muito mais o efeito de unidade na composição do sentido construído por uma mesma estratégia

---

3 Para a compreensão dos níveis de análise relacionados ao plano de conteúdo dos diferentes textos, e das categorias de análise que a teoria propõe para o seu exame, recomendamos a leitura de Fiorin (2006) e Barros (1997).

4 O termo está sendo usado aqui em seu sentido mais amplo, relacionado a todo e qualquer tipo de texto que demonstre um trabalho consciente com a forma do conteúdo e da expressão, com vistas à convocação sensível do enunciatário; não se restringe, portanto, necessariamente aos textos artísticos, ainda que sejam esses o exemplo clássico.

enunciativa, do que a multiplicidade das materialidades em jogo, para evitar justamente a ideia equivocada de uma soma das partes e a desconsideração da significação global que se alcança através do arranjo textual, do acúmulo e da combinação das qualidades matéricas em jogo. Na linguagem sincrética, a autonomia de cada materialidade mobilizada se perde para formar um todo de sentido único e ampliado – ou um “significado multiplicador”, se adotarmos a perspectiva teórica de Lemke (2010), que mesmo sendo distinta daquela que estamos apresentando, nesse ponto coincidem.

O sentido produzido por uma dada linguagem, ou pela combinação delas em um mesmo plano da expressão, não é demarcado e, portanto, aditivo (o sentido veiculado pelo verbal mais o sentido do visual), mas sim, quando sincretizadas, “multiplicativo”, uma vez que o sentido do segmento verbal se amplia quando em diálogo com o do segmento visual e/ou sonoro e vice-versa. Uma vez organizadas e combinadas em um mesmo plano da expressão, as materialidades variadas operam na forma de um *continuum* de solidarização que pode ir desde a convergência total entre elas, com maior ou menor grau integração, a uma possível divergência, por contraposição. Pode-se assim falar de uma solidariedade por: *conexão*, quando houver uma vinculação de sentidos por acréscimo entre os segmentos em questão; *redundância*, apontando para uma autonomia aparente do sentido de cada materialidade mobilizada; *síntese*, na retomada por resumo entre os sentidos produzidos pelos diferentes segmentos materiais; ou mesmo em uma combinação por *discordância*, com destaque ao contraste entre os sentidos de cada linguagem (TEIXEIRA, 2004).

Um outro ponto importante na análise dos textos sincréticos, conforme destaca Gomes (2009), diz respeito aos modos de estruturação das materialidades envolvidas, que podem se dar: ou por *justaposição*, quando o efeito de unidade parece se construir por adição, como no caso das trilhas sonoras de filmes, novelas etc, das imagens que passam a compor um videoclipe; ou por *sobreposição*, com efeito de unidade mais explícito, como ocorre nos quadrinhos, nas charges e mesmo nas canções elas mesmas (junção letra e melodia).

O exame de textos sincréticos tem, então, como tarefa descrever e explicar as estratégias de construção do efeito de unidade produzido, observando como as diferentes substâncias do plano da expressão se articulam para produzir uma forma coerente e apreensível como um todo no plano de conteúdo discursivo (TEIXEIRA; FARIA; SOUSA, 2014). Baseada nesse ponto de vista, a análise semiótica desenvolvida na escola pode levar os alunos a perceberem o tipo de relação que se institui entre as diferentes linguagens selecionadas por uma mesma enunciação, que as organiza em um todo de sentido, a compreender como a heterogeneidade matérica se converte em unidade. Isso permitirá a eles atentar, de maneira consciente, às condições propriamente textuais das quais resultam o efeito de sentido final criado, podendo tentar reproduzi-las em seus próprios textos.

Além desse sincretismo que se pode chamar *stricto sensu*, pode-se falar também, de acordo com Teixeira (2004), de um sincretismo *lato sensu*, que se configuraria pelo adensamento da qualidade material de uma mesma linguagem, por meio da exploração máxima de suas potencialidades expressivas. Diante desse tratamento estético, tal linguagem passa a fazer referência a outro código, a outro sistema de significação, resultando em um conteúdo discursivo que tem efeito icônico e “explosivo”, com maior poder de convocação sinestésica do enunciatário. É o caso, por exemplo, da poesia, que pela reiteração sintagmática de certos fonemas põe em evidência a característica sonora da linguagem verbal; ou a poesia concreta, por acrescentar a esse aspecto também a faceta visual. Isso, mais uma vez, pode ser associado à visão de Lemke (2010, p. 456), para quem “toda semiótica é semiótica multimídia e todo letramento é letramento multimidiático”.

Esses pontos de interesse para a reflexão sobre as possibilidades diversas de composição do plano da expressão dos textos remetem ainda ao segundo conceito semiótico que havíamos mencionado anteriormente, o de *semissimbolismo*. A partir da distinção hjelmsleviana entre semióticas monoplanas e biplanas, a Semiótica discursiva adotou a diferença entre sistemas simbólicos e sistemas semióticos, acrescentando a esses os sistemas semissimbólicos.

Os sistemas simbólicos são aqueles em que há, como explica Fiorin (2008, p. 58), pautando-se por Hjelmslev (2013 [1943]), “uma correspondência termo a termo entre o plano da expressão e o plano do conteúdo, o que significa que existe uma conformidade total entre esses dois planos”, não sendo possível decompô-los em unidades menores, para a partir daí fazer novas combinações, como acontece nos sistemas semióticos. Nestes, como esclarece o autor (Idem, *ibid.*), “não há conformidade entre o plano da expressão e o do conteúdo”; a relação entre eles é, portanto, arbitrária e, além disso, deixa-se examinar em unidades menores. Ele acrescenta (Idem, *ibid.*): “Não há, entretanto, correspondência entre as unidades menores da expressão e as do conteúdo”.

Os sistemas semissimbólicos são, desse modo, aqueles em que se pode estabelecer certa conformidade entre conteúdo e expressão, mas não a partir de unidades inteiras, como nos sistemas simbólicos (no farol de trânsito, o verde representa sempre a autorização para seguir, o amarelo, a necessidade de atenção e o vermelho, a interdição da passagem), mas pela correlação entre categorias de cada um dos planos. Assim, nos textos nos quais atuam a articulação semissimbólica entre o plano da expressão e o plano do conteúdo, a materialidade da linguagem de manifestação não apenas textualiza o discurso em questão, mas recria-o sensorialmente por meio dos recursos expressivos por ela oferecido, adiciona a ele sentidos “suplementares”, de modo que em uma poesia como “Os sinos”, de Manuel Bandeira, por exemplo, não apenas se fala da badalada dos sinos, mas também, por intermédio da exploração sonora dos fonemas selecionados, pode-se “ouvi-las”; na pintura “O semeador ao pôr do sol” [Le Semeur au soleil couchant], de Van Gogh, a posição central e superior em que o enunciador coloca o sol, com maior intensidade cromática, reforça a força da função de Destinador por ele desempenhada no plano discursivo<sup>5</sup>; etc.

O interesse didático dessa noção está, pois, na abertura que proporciona para um exame acurado das relações que se pode estabelecer entre plano da expressão e plano de conteúdo, entre os recursos expressivos que, a depender da situação concreta de uso, pode-se mobilizar a partir das especificidades materiais oferecida por cada linguagem,

---

5 Para uma análise mais detalhada dessa pintura, e o modo como pode ser trabalhada em sala de aula, ver Lima (2019).



chamando a atenção dos alunos para o papel da percepção sensorial, da “vivência” do sentido (a experiência estética), na produção e apreensão (sensível) da significação produzida. Evita-se, dessa forma, que os textos, em sua diversidade e complexidade crescente de configuração, sejam vistos apenas em sua função utilitária, desconsiderando o plano da expressão para ir diretamente ao conteúdo transmitido, à informação em causa; a forma da expressão ganha relevância.

Vale destacar ainda um outro ponto importante e que remete aos textos em que há uma exacerbação do plano da expressão, que é posto em destaque, conforme se vê muitas vezes nas fotografias artísticas, por exemplo; outros em que a exploração dos recursos materiais utilizados, a sua análise, é colocada como condição de acesso ao conteúdo discursivo, como é comum acontecer na poesia concreta, por exemplo. Por isso, essa possibilidade de condução das atividades de leitura e escrita tem a vantagem de, ao indicar claramente o que se deve examinar com mais atenção no contato com os textos, viabilizar uma análise cuidadosa dos diversos mecanismos internos de constituição do sentido, relacionados à composição discursiva e textual, independente da linguagem de manifestação em causa.

Mesmo que isso represente apenas uma parte das questões envolvidas na necessidade dos multiletramentos na escola, podemos dizer que, como um importante primeiro passo nessa direção, ela já responde, sim, de modo satisfatório ao compromisso primeiro do professor de língua materna de tornar o aluno um leitor autônomo e crítico, ao mesmo tempo, um produtor competente de textos variados. Afinal, conforme assinala Fiorin (2004, p. 108), “uma pedagogia da compreensão dos mecanismos constitutivos do sentido é uma pedagogia do gosto, pois, como dizia o poeta Valéry, a compreensão precede o êxtase estético”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar dos esforços de muitos pesquisadores, professores e órgãos públicos dedicados ao ensino na educação básica, mesmo a adoção da prática de análise linguística na escola ainda esbarra na falta de sistematização das propostas e da sequência dos conteúdos. Segundo

Faraco (2016), e também Bezerra e Reinaldo (2013), falta elaboração de materiais didáticos de apoio e, principalmente, uma maior atenção à transposição didática dos conhecimentos teóricos já na formação inicial e continuada dos professores de língua portuguesa. A reflexão metalinguística, por exemplo, dentro do ponto de vista dos estudos linguísticos, relacionada, portanto, a atividades epilinguísticas, é, segundo os autores mencionados, a que tem menos estudos e contribuições para o ensino de língua, quando comparado à diversidade de materiais e proposições de formas de abordagem no trabalho didático com a leitura e a escrita.

O problema torna-se ainda maior quando nos voltamos à problemática da análise semiótica, que agora se junta às determinações do que deve ser ensinado. Neste caso particular, mesmo a inserção obrigatória das teorias específicas sobre a questão na formação universitária dos futuros docentes ainda está por fazer. Daí nosso esforço em integrar as iniciativas independentes preocupadas em fomentar condições de desenvolvimento de uma prática de ensino renovada, realmente significativa, porque comprometida com seu tempo, com sua missão política e humanitária de formar sujeitos críticos e autônomos na aquisição de novos e contínuos conhecimentos.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, I. **Aula de Português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola, 2003.
- BARROS, D. L. P. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 1997.
- BEZERRA, M. A.; REINALDO, M. A. **Análise linguística: afinal, a que se refere?** São Paulo: Cortez, 2013.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** (versão final homologada). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- FARACO, C. A. Gramática e ensino. **Diadorim**, v. 19, n. 2. UFRJ, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/14443> Acesso em: 25 jun. 2020.

FIORIN, J. L. Da necessidade de distinção entre texto e discurso. *In*: BRAIT, B.; SOUZA-E-SILVA, M. C. (org.). **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012, p. 145-163.

FIORIN, J. L. **Em busca do sentido**. São Paulo: Contexto, 2008.

FIORIN, J. L. Linguística e pedagogia da leitura. **Scripta**, v. 7, n. 14. Belo Horizonte, 2004. p. 107-117. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/12547> Acesso em: 05 set. 2020.

FONTANILLE, J. **Pratiques sémiotiques**. Paris: PUF, 2008a.

FONTANILLE, J. Práticas semióticas: imanência e pertinência, eficiência e otimização. *In*: DINIZ, M. L. V. P.; PORTELA, J. C. (org.). **Semiótica e mídia**: textos, práticas, estratégias. São Paulo: Unesp/Faac, 2008b, p. 15-74.

FRANCHI, C. **Criatividade e gramática**. São Paulo: Secretaria da Educação, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, 1991.

GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GERALDI, J. W. (org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Editora Ática, 1984.

GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. Entretien. **Langue française**. Sémiotique et enseignement du français, n. 61, Larousse, 1984, p. 121-128.

GOMES, R. de S. O sincretismo no jornal. *In*: OLIVEIRA, A. C. de; TEIXEIRA, L. (org.). **Linguagens na comunicação**: desenvolvimentos de semiótica sincrética. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009, p. 215-245.

HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2013 [1943].

LEMKE, J.. Letramento metamidiático: transformando significados e mídias. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 49, n. 2. Campinas, 2007, p. 455-479. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8645275>. Acesso em: 22 ago. 2020.

LIMA, E. S. de. (Multi)letramentos na escola: proposições da Semiótica discursiva à ação didática. **Revista do GEL**, v. 16, n. 3. São Paulo, 2019, p. 165-190. Disponível em: <https://revistadogel.emnuvens.com.br/rg/article/view/2804/1660>. Acesso em: 27 ago. 2020.

MENDONÇA, M. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto. *In*: MENDONÇA, M.; BUNZEN, C. (org.). **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 199-226.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

PIETRI, É. de. **A constituição do discurso da mudança no ensino de língua portuguesa**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2003.

ROJO, R. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, R.; MOURA, E. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012, p. 11-31.

ROJO, R. Letramentos digitais: a leitura como réplica ativa. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 46, n. 1. Campinas, 2007, p. 63-78. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8639443>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Proposta Curricular para o ensino de Língua Portuguesa – Ensino Fundamental**. São Paulo: SE/CENP, 1997.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Guias curriculares propostos para as matérias do núcleo comum do ensino do 1º grau**. São Paulo: SE/CERHUPE, 1975.

SOARES, M. Português na escola. História de uma disciplina curricular. In: BAGNO, M. (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002, p. 155-177.

TEIXEIRA, L. Ensinar a ver, ensinar a gostar. **Estudos Linguísticos**, v. 37, n. 3. São Paulo, 2008. p. 335-340. Disponível em: [http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/volumes/37/EL\\_V37N3\\_34.pdf](http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N3_34.pdf). Acesso em: 28 ago. 2020.

TEIXEIRA, L. Entre dispersão e acúmulo: para uma metodologia de análise de textos sincréticos. **Gragoatá**, v. 9, n. 16, 2004, p. 229-242. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33349>. Acesso em: 27 jul. 2020.

TEIXEIRA, L.; FARIA, K.; SOUSA, S. Textos multimodais na aula de português: metodologia de leitura. **Desenredo**, v. 10, n. 2. Passo Fundo, RS, 2014, p. 314-336. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/4295>. Acesso em: 20 ago. 2020.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

## **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

### **Anise D'Orange Ferreira**

Doutora em Psicologia e em Letras Clássicas (grego), fez parte da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (1994-97), projeto do MCT que implementou a Internet acadêmica no Brasil. Quando docente do LAEL/ PUCSP (1999-2009) na linha Linguagem, Educação e Tecnologia, filiou-se ao grupo ALTER no qual permanece. Desde 2003, é docente da Unesp, na FCL de Araraquara, no Departamento de Linguística, responsável por disciplinas da área de Grego. Na Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, orienta, desde 2010, projetos ligados a tecnologias digitais no trabalho de ensino, aprendizagem e pesquisa em Letras e Linguística Aplicada. Desde sua criação, é membro do consórcio Sunoikisis Digital Classics. É filiada ainda ao Grupo LINCEU na linha de interface entre Clássicas com Linguística, Ensino e Hum. Digitais. Conduz na UNESP os Projetos Abertos em Clássicas Digitais, que inclui o Dic. Digital Grego-Português e o Índice Dig. de Nomes Próprios Gregos em Português. Participa de pesquisa sobre gêneros acadêmicos de escrita liderada por Eliane G. Lousada (USP) em parceria com Luzia Bueno (USF), Adriana Zavaglia (USP) e Olivier Dèzutter (Sherbrooke). Participa da Rede do PrInt (CAPES) para aprender, incluir, inovar e preservar: explorando teorias, métodos e práticas coordenado por Lília Abreu-Tardelli (UNESP-SJRP).

### **Lília Santos Abreu-Tardelli**

Docente da UNESP (S. J. do Rio Preto) no Departamento de Estudos Linguísticos e Literários e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. É líder do grupo de pesquisa ALTER-FIP/CNPq. Coordena projeto do Programa Institucional de Internacionalização da CAPES - PrInt, intitulado “Línguas para aprender, incluir, inovar e preservar: explorando teorias, métodos e práticas”. É doutora e mestra pelo Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL) da PUC-SP. Realizou estágio de pós-doutorado

(FAPESP) na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Genebra. Desenvolve e orienta pesquisas sobre trabalho docente, gêneros textuais e ensino de gramática.

### **Talita Storti Garcia**

Possui Graduação em Letras - Licenciatura - com habilitação em português / espanhol (2003), Mestrado (2006) e Doutorado (2010) em Estudos Linguísticos na Universidade Estadual Paulista (UNESP), *câmpus* de São José do Rio Preto. Durante o doutorado, realizou estágio sanduíche na *Universidad Complutense de Madrid*, Espanha (2009). Em 2013, ingressou como Professora Assistente do Departamento de Letras Modernas da UNESP, *câmpus* de São José do Rio Preto. Na Graduação, é responsável pelas disciplinas de Língua Espanhola e, na Pós-Graduação, integra o quadro de docentes do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) na linha de Descrição e Análise Funcional de Língua Falada e Escrita. Dedicar-se, portanto, à descrição e análise funcional de línguas, sobretudo o português e o espanhol, com especial atenção aos temas: encaixamento de orações e ordenação de constituintes. É coordenadora do PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) / Espanhol na UNESP/Ibilce e integra o projeto do Programa Institucional de Internacionalização da CAPES - PrInt “Línguas plurais: descrição e análise linguística em diferentes contextos”.

## SOBRE OS AUTORES

### **Eliane Soares de Lima**

É pós-doutoranda do Departamento de Linguística da USP, onde fez também o mestrado e o doutorado em Semiótica e Linguística Geral. Tem um segundo pós-doutorado em Estudos Literários, realizado na Universidade Estadual Paulista (UNESP), câmpus de Araraquara. É coeditora da revista *Estudos Semióticos* (USP) e coordenadora do LabOrino, uma das atividades do Grupo de Estudos Semióticos da USP. É autora do e-book *Entre compaixão e piedade: o estudo das paixões em Semiótica* (FFLCH-USP, 2019) e uma das organizadoras do e-book *Estilo, éthos e enunciação* (Unifran, 2016).

### **Laura Pereira Teixeira**

Possui graduação em Letras (2018) pela UNIFACEF - Franca e é Mestre (2020) em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), câmpus de Araraquara, com bolsa CNPq. Integrante do GED - Grupo de Estudos Discursivos. Sua área de atuação é em Análise Dialógica do Discurso - Estudos Bakhtinianos.

### **Luciana Salazar Salgado**

Professora dos programas de pós-graduação de Linguística e Estudos de Literatura na UFSCar, atua também no programa multidisciplinar Culturas e Identidades Brasileiras do IEB/USP. É assessora do Observatório da Literatura Digital Brasileira sediado na UFSCar, membro do Centro de Pesquisa FEStA do IEL/Unicamp e coordenadora do Grupo de Pesquisa Comunica – inscrições linguísticas na comunicação (UFSCar/CEFET-MG, CNPq), estudando processos editoriais e dispositivos comunicacionais do tempo presente.

### **Luciane de Paula**

Possui graduação em Letras (1997), Mestrado (2001) e Doutorado (2007) em Linguística e Língua Portuguesa, todos pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), câmpus de Araraquara e Pós-doutorado (2011) pela *Université François Rabelais* em Tours/França. Professora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), lotada no Departamento de Estudos Linguísticos, Literários e da Educação (DELLE) de Assis, credenciada no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, da UNESP, câmpus de Araraquara e no Programa de Mestrado Profissional em Letras - ProfLetras. Líder do GED - Grupo de Estudos Discursivos. Sua área de atuação é em Análise Dialógica do Discurso - Estudos Bakhtinianos.

### **Mónica Graciela Zoppi Fontana**

Professora Livre Docente do Departamento de Linguística (UNICAMP), atuando nas áreas de Semântica da Enunciação e Análise de Discurso. Formada em Letras pela Universidade de Buenos Aires e em Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. Realizou Pós-doutorado junto à *École Normale Supérieure Lyon / Laboratório Triangle* (França). Estuda a problemática da enunciação e dos processos de subjetivação no discurso, com foco na análise da designação/nomeação, dos lugares de enunciação, dos modos de dizer e da argumentação. Seus trabalhos abordam objetos de pesquisa inscritos nos campos do discurso político e jurídico, do discurso urbano, das políticas linguísticas e da divulgação científica e cultural, nas suas diversas materialidades. Atualmente desenvolve pesquisa sobre questões de gênero/sexualidade. É autora (entre outros) do livro *Cidadãos modernos. Discurso e representação política* (Editora Unicamp, 2014, 2.<sup>a</sup> ed.) e organizadora da coletânea em dois volumes: *Mulheres em discurso: discurso, gênero, ideologia*, vol. 1 e *Mulheres em discurso: identificações de gênero e práticas de resistência*, vol 2 (Editora Pontes, 2017).

### **Odair Luiz Nadin da Silva**

Livre-Docente em Estudos do Léxico (UNESP/2018). Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (UNESP/2008). Realizou estágio de doutoramento no *Institut Universitari de Lingüística Aplicada* da *Universitat Pompeu Fabra* em Barcelona - Espanha(2007-PDEE/CAPES). É Professor Associado de Língua Espanhola no Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP) câmpus de Araraquara.



### **Paulo Oliveira**

É professor colaborador voluntário (aposentado) na Área de Alemão do Centro de Ensino de Línguas da Unicamp e membro do quadro permanente do programa de Pós-Graduação em Língua e Literatura Alemã na USP. Atua sobretudo em três áreas: didática de línguas; tradução & interpretação; filosofia da linguagem. Tem sólida experiência com tradutor e intérprete, além de professor e pesquisador. Sua ‘epistemologia do traduzir’ é de matriz wittgensteiniana, em diálogo com a hermenêutica, os estudos descritivos e o discurso pós-estruturalista.

### **Ronaldo de Oliveira Batista**

É Mestre e Doutor em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio de Pós-Doutorado pela Katholieke Universiteit Leuven (Bélgica). Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Bolsista Produtividade do CNPq.

### **Stella E. O. Tagnin**

É professora sênior do Departamento de Línguas Modernas da Universidade de São Paulo, Brasil. Embora aposentada, continua ativa na pós-graduação. Lecionou disciplinas de Tradução no Curso de Especialização em Tradução por mais de 25 anos. Introduziu a Linguística de Corpus na USP em 1998. Coordena o Projeto COMET - Corpus Multilíngue de Ensino e Tradução. É autora de *O Jeito que a Gente Diz* (2013); organizou, em co-autoria com Vander Viana: *Corpora no Ensino de Línguas Estrangeiras* e *Corpora na Tradução* e com Cleci Bevilacqua *Corpora na Terminologia*. Atualmente trabalha num dicionário bilingue inglês-português de colocações verbais.